

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

KEILHA CORREIA DA SILVEIRA

EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O *CAMPUS*
GARANHUNS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

RECIFE

2018

KEILHA CORREIA DA SILVEIRA

EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O *CAMPUS*
GARANHUNS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal de Pernambuco, como pré-requisito à obtenção do grau de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Francisco Kennedy
Silva dos Santos

RECIFE

2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária: Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S587e Silveira, Keilha Correia da.
Expansão da universidade pública : um estudo sobre o *campus*
Garanhuns da Universidade de Pernambuco / Keilha Correia da Silveira. –
2018.
164 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2018.
Inclui Referências e anexos.

1. Geografia. 2. Universidades e faculdades públicas. 3. Ensino superior.
4. Política pública. 5. Desenvolvimento econômico. 6. Conhecimento. 7.
Planejamento do campus. I. Santos, Francisco Kennedy Silva dos
(Orientador). II. Título.

918 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2018-086)

KEILHA CORREIA DA SILVEIRA

**EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O CAMPUS
GARANHUNS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovada em: 20/02/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Kennedy Silva dos Santos (Orientador – Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Alcindo José de Sá (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Flávio Antônio Miranda de Souza (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Sérgio Cunha Farias (Examinador Externo)
Universidade Federal de Campina Grande

Profa. Dra. Roberta Medeiros de Souza (Examinadora Externa)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Á minha mãe Severina,
Á meu pai Antônio,
Aos meus irmãos Karina, Cidrack, Antônio Cezar e Kilma

AGRADECIMENTOS

O trabalho aqui apresentado resulta de um longo processo de amadurecido e acumulação de conhecimento. E apesar de ser autoral, e em muitos momentos solitário, envolve a colaboração (direta e indireta) de diversas e importantes pessoas. Assim, agradeço a todos que compõe meu núcleo familiar, acadêmico, profissional e amigos. Em especial atenção, agradeço:

À Geraldo Pimentel, meu amado marido e grande incentivador, ouvinte e colaborador no desenvolvimento da pesquisa. Minhas vitórias são suas também!

Aos meus pais e irmãos, por tanto incentivo, companheirismo e torcida. A presença de vocês me fortifica e impulsiona a crescer.

Ao professor Francisco Kennedy, orientador, pela disponibilidade com que me ajudou sempre que o procurei e por acreditar no meu potencial. O senhor é uma referência acadêmica e profissional para minha vida. Tenho um profundo apreço e gratidão pelo senhor.

Aos professores Carmem Monteiro, Socorro Cavalcanti, Arine Lyra, Pedro Falcão, Alexandre Maciel, Adauto Almeida Filho, Rosângela Falcão, Cesar Andrade, Alexandre Stamford, pela colaboração direta na coleta e análise de informações sobre o objeto de estudo. Sem a colaboração de vocês, dificilmente teria chegado neste resultado.

Aos mestres: Francisco Kennedy, Flávio de Souza, Alcindo Sá, Jan Bittoun, Tânia Bacelar, Ana Cristina Fernandes, Nilson Crocia, pelas valiosas discussões em sala de aula, e que tanto contribuíram no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos professores que participaram da qualificação da tese, Flávio de Souza e Alcindo Sá. Obrigada pela leitura, avaliação e contribuição para melhoramento do documento final.

Aos professores da banca de avaliação da tese de doutorado, Paulo Farias e Roberta Medeiros. Muito obrigado pela avaliação do documento final.

À Luciana Cruz, Christianne Farias, Lucas Cavalcanti, Nayane Cavalcanti, que compartilharam minhas expectativas e aflições, torceram por mim, respeitaram meu 'sumiço' e contribuíram para minhas conquistas.

À Itamar Couto, Eduardo Vêras e o professor Ruy Pordeus pela atenção e ajuda recebida durante minha trajetória acadêmica.

Aos amigos do Laboratório de Ensino de Geografia e Profissionalização Docente (LEGEP-UFPE).

Aos amigos da Facepe, pelo apoio e incentivo, em especial a Michelle Tenório, Andreia Santos, Izabel Fonseca, Fátima Cabral, Maria do Carmo Bentzen, Simone da Mata, Diogo Santos, Socorro Lopes.

Aos alunos e aos orientandos da geografia/Licenciatura, pelo carinho e confiança depositados.

A TODOS VOCÊS MUITO OBRIGADA!

RESUMO

A dinâmica do capitalismo globalizado induz a padronização das ações e gestão das instituições para melhor eficiência e eficácia. Mas, a depender do território, tal padronização pode não se replicar em escala local, devido as especificidades das localidades que promovem distorções (positivas ou negativas) na implementação das ações públicas. Na escala operativa das políticas públicas, destaca-se o papel das instituições e dos atores locais/regionais para se aproximar do território trabalhando as fragilidades e potencialidade, e contribuindo para o desenvolvimento local-regional. Tal cenário é verificado nas políticas de educação superior no Brasil, que imprimem certa padronização das estratégias de organização, funcionamento e expansão das universidades públicas, tendo como premissas melhorar seu desempenho e eficiência, promover articulações entre os diversos setores da sociedade, a partir das atividades de pesquisa, ensino e extensão, contribuir para o desenvolvimento local-regional. No entanto, quando implementadas as políticas de educação superior se territorializam, e a padronização inicial das ações (como por exemplo a escolha e perfil dos cursos, o perfil docente) pode se traduzir em dificuldades no diálogo entre a universidade e o território, com suas temporalidades, especificidades e territorialidades. No estabelecimento de tal dialogo, os atores locais assumem importância na liderança e tomada de decisão, mobilizando agentes institucionais governamentais e não governamentais. No entanto, a capacidade da universidade de induzir ou acelerar o desenvolvimento local-regional não ocorre de forma simples e linear, apesar do caráter regional das atividades desenvolvidas pela universidade. Além do histórico distanciamento entre o desenho das políticas públicas e as especificidades regionais, esse novo cenário ainda possui problemas como, por exemplo, o nível de amadurecimento das universidades, a interferência política de atores locais. Nessa perspectiva, buscou-se compreender o processo de expansão da universidade pública, tendo como foco seu engajamento territorial para o desenvolvimento local-regional, a partir do estudo de caso do *Campus* Garanhuns da Universidade de Pernambuco (UPE). Para tanto foram estudadas as ações realizadas no *campus* para a ampliação da oferta de vagas, de infraestrutura e do quadro de pessoal, diversificação de cursos ofertados, produção e difusão de conhecimento. Verificou-se que o *Campus* Garanhuns da UPE contribui de forma limitada para o

desenvolvimento local-regional e circunscrita ao seu entorno. A cidade de Garanhuns tem forte centralidade econômica e populacional dentro da Região de Desenvolvimento (RD) Agreste Meridional, mas essa dinâmica não dialoga com o *campus*. As estratégias para expansão do *campus* alcançaram metas estabelecidas pelas políticas estaduais e federais, mas não há engajamento consciente e planejado com a RD. Na escala operativa da política de expansão, as estratégias foram estabelecidas a partir do poder de ação e decisão de atores específicos, repercutindo na manutenção de assimetrias no funcionamento do *campus*, que possui uma histórica fragilidade para desenvolver atividades de extensão e pesquisa, e na sua contribuição para o desenvolvimento local-regional. De modo geral, a universidade contínua sofrendo influência de relações políticas e interesses específicos dos atores políticos e sociais, que as controlam, e que precede a instalação e o desenvolvimento da instituição e seus desdobramentos no território.

Palavras-chave: Universidade. Conhecimento. Desenvolvimento. *Campus* Garanhuns. Universidade de Pernambuco.

ABSTRACT

The dynamics of the globalized capitalism induces the standardization of actions and the management of institutions for better efficiency and effectiveness. But, depending on the territory, such standardization may not replicate in local scale, according to the specificities of the locations which promote distortions (positive and negative) in the implementation of public actions. In the operational scale of public policies, it stands out the role of the institutions and local/regional actors in order to approach the territory working on the weaknesses and potentialities, and contributing to the local-regional development. Such scenario can be seen in the college education policies in Brazil, which convey a certain standardization in the organization strategies, operation and expansion of public universities, having as premises improving its performance and efficiency, promoting articulations among different sectors of the society, from the research, teaching and extension activities, contributing to the local-regional development. However, when implemented college education policies become territorialized, and the initial standardization of actions (such as the choice and profile of the courses, the professor profile) can be translated into difficulties in the dialogue between the university and the territory, with its temporalities, specificities and territorialities. In the constitution of such dialogue, the local actors become important in leadership and decision-making, mobilizing governmental and non-governmental institutional agents. However, the university capacity to induce or accelerate local-regional development does not occur simply and linearly, despite the regional factor of the activities developed by the university. In addition to the historical distance between public policies and the regional specificities, this new scenario still has problems such as the level of university maturity, political interference by local actors. In this perspective it was tried to understand the public university expansion process focusing on its territorial involvement for local-regional development, based on the case study of the Garanhuns Campus of the University of Pernambuco (UPE). In this research it has been studied the actions practiced in the campus towards an amplification of vacancies, of infrastructure and staff, diversification of offered courses, production and diffusion of knowledge. It was verified that the Garanhuns Campus of UPE contributes limitedly to the local-regional development and circumscribed to its surroundings. The city of Garanhuns has powerful economic and population centrality within the Southern

Agreste Region of Development (RD), but this dynamic does not dialogue with the campus. The strategies for the campus expansion have achieved the goals set by the state and federal policies, but there is no conscious and planned effort with the RD. In the operational scale of the expansion policy, the strategies have been established from the action and decision making power of specific actors, reverberating in the maintenance of asymmetries in the campus operation, which has a historical fragility in the development of extension and research activities, and in its contribution to local-regional development. In general, the university keeps suffering from the influence of political relations and specific interests of politic and social actors who control these relations and which are the ones that precede the installation and development of the institution and its unfolding in the territory.

Key-words: University. Knowledge. Development. Garanhuns Campus. University of Pernambuco.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Tipos de difusão espacial.....	54
Figura 2 – Distribuição de Investimentos do Governo Federal em Pernambuco	82
Figura 3 - Delimitação do perímetro do <i>Campus</i> Garanhuns/PE.....	102
Figura 4 – Estação Ferroviária de Garanhuns/PE, 1887.....	111
Figura 5 – Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcanti de Garanhuns/PE, antiga Estação Ferroviária, 2013.	112
Figura 6 – Número de Grupos de Pesquisa Lattes da UPE, 2000 – 2016.	136
Figura 7 - Grupos de Pesquisa por grande área do conhecimento da Universidade de Pernambuco - 2016.....	137

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – <i>Campus</i> Garanhuns: Portão de acesso principal.	103
Fotografia 2 – <i>Campus</i> Garanhuns - Acesso principal para as salas de aula	103
Fotografia 3 – <i>Campus</i> Garanhuns - Prédio da Administração.	104
Fotografia 4 – <i>Campus</i> Garanhuns - Espaço de convivência.....	104
Fotografia 5 – <i>Campus</i> Garanhuns – Espaço de alimentação.	105
Fotografia 6 - <i>Campus</i> Garanhuns – Prédio das salas dos professores.	105
Fotografia 7 – <i>Campus</i> Garanhuns – Bloco de sala de aulas e laboratórios.....	106
Fotografia 8 - <i>Campus</i> Garanhuns – Escola de Aplicação.....	106
Fotografia 9 – <i>Campus</i> Garanhuns – Ampliação de salas de aulas.....	129
Fotografia 10 – <i>Campus</i> Garanhuns: Laboratório de Biotecnologia e Inovação Terapêutica.	130
Fotografia 11 - <i>Campus</i> Garanhuns: Sala de multimídia.....	130
Fotografia 12 - <i>Campus</i> Garanhuns: Auditório Prof ^a Eva Maria Cordeiro de Araújo	131
Fotografia 13 – <i>Campus</i> Garanhuns: Novo prédio de salas de aulas concluído.	131
Fotografia 14 - <i>Campus</i> Garanhuns: Novo prédio de salas de aulas, em construção.	132

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Região de Influência dos centros pernambucanos.....	75
Mapa 2 – Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco.....	77
Mapa 3 - APL e Projetos Estruturantes do Estado de Pernambuco.....	84
Mapa 4 – Infraestrutura de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2006.....	87
Mapa 5 – Mapa indicativo do alcance regional da UPE.	96
Mapa 6 – Construção das linhas férreas, partindo de Recife/PE.	110
Mapa 7 – Expansão urbana de Garanhuns/PE, de 1811 a 2013.	114
Mapa 8 – Rede Garanhuns/PE	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de Relacionamentos entre os Grupos de Pesquisa e outras instituições.	25
Quadro 2 – Identificação dos entrevistados, cargo/função e experiência profissional.	26
Quadro 3 – Questões discutidas com os entrevistados	27
Quadro 4 – Principais ações realizadas pela SESu no período de 2003 a 20114. ...	70
Quadro 5 – Unidades de Ensino e Saúde da FESP, de 1965 a 1990.	93
Quadro 6 - Relação dos novos <i>campi</i> da UPE	95
Quadro 7 – Cursos ofertados pela Estrutura <i>multicampi</i> Garanhuns/PE	101
Quadro 8 – Dados socioeconômicos – Garanhuns, Microrregião de Garanhuns e Pernambuco.....	119
Quadro 9 – Instituições de Ensino Superior em Garanhuns/PE.....	121
Quadro 10 - Distribuição das Unidades da UPE	137

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPF	Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas
CEPLAN	Consultoria Econômica e Planejamento
CISAM	Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Condepe/Fidem	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DCG	Diretório de Grupo de pesquisa
ESEF	Escola Superior de Educação Física
FACEPE	Fundação de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco
FCAP	Faculdade de Ciências da Administração
FESP	Fundação de Ensino Superior de Pernambuco
FFPG	Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns/PE
HR	Hospital da Restauração
HUOC	Hospital Universitário Oswaldo Cruz
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITA	Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MARE	Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado
MDIC	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PGM	Programa Governo nos Municípios
PPA	Plano Plurianual
PROCAPE	Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco - Professor Luiz Tavares
PROGRAPE	Programa Especial de Graduação em Pedagogia
RD	Região de Desenvolvimento
RMR	Região Metropolitana de Recife
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Pernambuco

UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UNIVASF	Universidade Federal do Vale do São Francisco
UPE	Universidade de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	PERCURSO METODOLOGICO.....	20
1.2	ESTRUTURA DA TESE	28
2	GLOBALIZAÇÃO, CONHECIMENTO E TERRITÓRIO	31
2.1	TERRITÓRIO, ESCALAS DE AÇÃO E PODER.....	36
2.1.1	<i>Considerações sobre Território</i>	38
2.1.2	<i>Escalas de ação e poder</i>	45
2.1.3	<i>Poder local</i>	49
2.2	CONSIDERAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTO	53
3	A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO	56
3.1	UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: HERANÇAS E CONTINUIDADES..	57
3.2	A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	66
3.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	71
4	INTERIORIZAÇÃO: UMA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO PERNAMBUCANO	73
4.1	A UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTADUAL	89
4.2	A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO	92
4.3	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	97
5	UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, CAMPUS GARANHUNS	98
5.1	<i>CAMPUS GARANHUNS</i>	98
5.2	A FORMAÇÃO E DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE GARANHUNS-PE.	107
5.3	PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAMPUS GARANHUNS	122
5.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	143
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS	154
	ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A UPE	160
	ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA	162

1 INTRODUÇÃO

As recentes políticas de educação superior no Brasil estão alinhadas ao propósito governamental de desenvolvimento. A partir do processo de expansão e interiorização da universidade pública, aumenta a possibilidade de formatar novos padrões de localização das atividades econômicas, da população e conseqüentemente novo ordenamento territorial. Tratam-se de processos há muito tempo estudados, embora não estejam bem compreendidos, devido principalmente pela dinâmica dos processos sócio-políticos e econômicos específicos de cada realidade.

Por que políticas públicas se efetivam em algumas regiões e em outras não? Quais os elementos decisivos que explicam o sucesso da política pública? Qual a influência do território no sucesso da política pública? Essas são questões cada vez mais estudadas na literatura contemporânea, e expressam um grande esforço de compreensão desses processos.

No Brasil, observa-se um distanciamento entre o desenho das políticas públicas e a realidade das regiões, o que representa uma dificuldade adicional na execução das políticas. Além disso, as políticas públicas quando implementadas se territorializam e são potencializadas ou condicionadas pelas características do sistema territorial em que se insere. No que pese o sucesso das políticas, a leitura e gestão do território e o papel das instituições e atores locais/regionais são ativos importantes, que, na escala operativa das políticas, permitem se aproximar do território trabalhando as fragilidades e potencialidade. Isso demonstra a complexidade do processo de elaboração de políticas públicas nacionais e sua necessidade de flexibilização, uma vez que serão executadas em distintos sistemas territoriais.

Estas considerações vão de encontro a dinâmica do capitalismo globalizado, que, segundo Porter (1998) e Dunker (1999), induz a padronização das ações e gestão das instituições para melhor eficiência e eficácia. Mas, a depender do território, tal padronização pode não se replicar em escala local, uma vez que as localidades possuem suas características históricas, culturais, econômicas e sociais e isso promove distorções (positivas ou negativas) na implementação das ações públicas (PUTNAM, 1997). Neste sentido, explorar as relações entre território e universidade pode indicar as necessidades postas às políticas públicas, possibilitando a promoção do desenvolvimento local/regional.

Considerando as políticas de educação superior, em especial a universidade, tem-se um entendimento geral que esta tem a capacidade de induzir ou acelerar o desenvolvimento das regiões. No entanto, a linearidade da relação não acontece de forma tão simples, apesar do caráter regional das atividades desenvolvidas pela universidade. Para alcançar efeitos multiplicadores positivos, a universidade deve estar alinhada e trabalhar em colaboração ou cooperação com um conjunto de instituições e atores territorialmente localizados. Trata-se então da relação local-global, que diferentemente do que se discute nas políticas de educação, o local possui grande importância de decisão para a implementação e desenvolvimento de ações públicas.

Em muitos aspectos, as políticas de educação superior e a organização da universidade no Brasil imprimem certa padronização das ações, como por exemplo a escolha dos cursos, o perfil docente. Isso se traduz em dificuldades no diálogo entre as universidades e o território, com suas temporalidades, especificidades e territorialidades. A relação entre o local e o global não é simplista e envolve contraditórias concepções teóricas. De um lado, Brandão (2003) defende que o local se sobrepõe ao global, e de outro Boisier (2000) afirma que a relação entre o local e global acontece de forma simbiótica, não havendo mais distinção entre eles numa ideia de *glocal*. O local é visto na perspectiva no município, que com a descentralização do poder administrativo promovido pela Constituição Federal de 1988, ganhou autonomia e poder de decisão, principalmente no gerenciamento das ações públicas em seu território. Além disso, o município imprime condicionantes (sociais, econômicos, políticos, culturais), que são particularidades. Fato que retorna a discussão já iniciada.

Um ponto a ser destacado é a atuação dos gestores públicos e atores locais/regionais. Estes são responsáveis pela operacionalização das políticas públicas, o entendimento e as ações que desenvolvem são em sua maioria decisivos. No caso, particular da universidade o gestor tem importante papel no planejamento, organização, controle e desempenho da instituição. O gestor responde em grande parte pela leitura do território, pela aproximação da universidade com esse território e pela articulação entre a universidade e outras instituições.

Diante do que foi exposto, questiona-se se a expansão da universidade hoje está comprometida em dialogar com o território para contribuir efetivamente no desenvolvimento regional. Pois, julga-se que as ações de expansão da universidade

estão mais alinhadas ao alcance de metas governamentais do que com o diálogo com o território em que se insere. Ao mesmo tempo, acredita-se não haver clareza, por parte dos gestores, da articulação entre as escalas produzidas pelas políticas de educação superior, devido à fragmentação da estrutura do sistema de ensino superior e aos múltiplos atores e escalas de ação, diminuindo a possibilidade de ações mais eficazes sobre o território.

Neste sentido, a presente investigação buscou, a partir de um estudo de caso, discutir o processo de expansão do *Campus* Garanhuns, da Universidade de Pernambuco (UPE), e seu engajamento territorial, como resposta a prática operacional das políticas públicas de educação superior.

Para alcança tal objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: compreender o contexto global em que o conhecimento e o território ganham centralidade; entender no contexto brasileiro a importância da universidade pública, seu amadurecimento institucional e seu processo de expansão; discutir o cenário pernambucano de desenvolvimento e de expansão da universidade pública estadual; discutir sobre a expansão da UPE - *Campus* Garanhuns e seu engajamento territorial.

1.1 PERCURSO METODOLOGICO

O objetivo desta investigação exigiu um esforço para a compreensão de processos de planejamento e tomadas de decisões de atores públicos, nas diferentes escalas da administração. Tais processos possuem como pano de fundo as relações institucionais e os interesses específicos dos atores, que em maior ou menor grau, influenciam a organização e funcionamento da universidade e seus desdobramentos no território em que se insere. Nesse sentido, importa compreender as experiências, motivos, valores dos atores envolvidos ou responsáveis pela expansão do *Campus* Garanhuns, assim como o contexto político e socioeconômico em que se desenvolveu a expansão.

Para contemplar tais questões, optou-se por uma investigação de abordagem qualitativa, envolvendo processos de reflexão teórica e empírica, através do método de estudo de caso. A escolha metodológica baseia-se na necessidade de estudar em profundidade a UPE, promovendo uma visão mais clara e ampla da sua contribuição ao desenvolvimento do estado. Esclarece que não foi intenção definir ou medir o

impacto da expansão do *Campus* Garanhuns, mas sim aumentar a compreensão do fenômeno específico.

O estudo de caso escolhido foi *Campus* Garanhuns da Universidade de Pernambuco (UPE), instituição estadual que desde sua criação busca interiorizar no território pernambucano a infraestrutura de ciência e tecnologia, e hoje possui unidades em todas as Regiões de Desenvolvimento (RD) do estado. O processo de escolha do *Campus* como estudo de caso envolveu uma leitura inicial sobre as universidades pernambucanas.

Pernambuco possui quatro universidades públicas: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), e todas sofreram expansão decorrentes das recentes políticas públicas, cujo objetivo perpassa a interiorização da universidade. Em termos de configuração espacial, a UFRPE e a UFPE tiveram suas unidades de ensino e sedes implantadas em Recife-PE, permanecendo centralizadas na capital pernambucana por muitos anos.

A UPE diferencia-se nesse aspecto, pois no momento de sua criação estabelece uma estrutura descentralizada com sede em Recife-PE e unidades de ensino localizadas em Recife-PE e em outras cidades do interior pernambucano (Nazaré da Mata, Garanhuns, Petrolina), com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento das regiões mais afastadas da capital. A Univasf também tem um perfil diferenciado para a interiorização. Criada em 2002, foi a primeira universidade pernambucana cuja sede se localiza no interior do estado, na cidade de Petrolina-PE, e dois *campi* fora do Pernambuco, localizados nas cidades de Juazeiro, na Bahia, e de São Raimundo Nonato, no Piauí.

Tanto a Univasf quanto a UPE se apresentaram como dois bons exemplos para estudar o processo de interiorização e engajamento territorial da universidade pública. Mas, a UPE, por ser uma instituição mantida e gerida pelo estado, apresentou maior particularidade, pois incide sobre o planejamento desta instituição recomendações da política nacional, direcionamento da política estadual e influência da dinâmica local.

Assim, a UPE foi escolhida para um estudo de caso e em um exame mais detalhado da instituição optou-se por estudar o *Campus* Garanhuns. Como critérios

para tal escolha, foi ponderado: o tempo de criação do *campus* e a mudança na oferta de cursos.

A instalação do *Campus* de Garanhuns, no ano de 1966, contribuiu para a consolidação da centralidade da cidade de Garanhuns, e respondeu a uma demanda regional de formação de professores para a educação básica, fato que caracteriza certo alinhamento entre as ações da universidade e o desenvolvimento local/regional. No entanto, ao longo de quase quarenta anos, Garanhuns expande seu centro urbano, sua área de influência e se consolida como a principal cidade da RD Agreste meridional, com grande relevância na cadeia produtiva de leite (escala estadual) e na oferta de serviços (escala regional). Mas, as ações do *Campus* Garanhuns da UPE continuam voltadas para a oferta de cursos de formação e capacitação de professores, nas mesmas áreas inicialmente definidas. O cenário começa a mudar a partir de 2005, a fase mais recente da expansão da educação superior.

A identificação desta problemática foi a base para escolha do estudo de caso, que somada ao exame da política de expansão da educação superior e aos primeiros contatos com o *campus* Garanhuns caracterizam a fase exploratória da presente investigação.

O exame da política de expansão da educação superior, federal e estadual, utilizou a análise bibliográfica, documental e a coleta de dados secundários como procedimentos metodológicos. E estes permitiram identificar questões essenciais que permeiam as políticas públicas, como entendimento do governo sobre universidade, descentralização, território e desenvolvimento, além de compreender o contexto em que se desenvolveram as políticas supracitadas. Também foi possível verificar alguns resultados quantitativos alcançados pela expansão da universidade, de 2003 a 2014.

Os documentos utilizados foram Leis, Resoluções, Instruções normativas, Pareceres, Programas, Relatórios de atividades, Planos de desenvolvimento institucional entre outros documentos do poder público federal, estadual e da UPE, em que as proposições da expansão da educação superior foram construídas.

Já o trabalho de campo foi iniciado no primeiro semestre de 2014, quando se utilizando da observação direta não estruturada, foram realizadas visitas a cidade de Garanhuns-PE e cidades vizinhas, para uma leitura inicial da dinâmica urbana, das relações de influência e dos condicionantes territoriais. O trabalho foi registrado através de fotografias e notas de campo.

Ainda na fase exploratória, surgiu o questionamento sobre o amadurecimento da universidade pública para atuar como força motriz do desenvolvimento, a partir da produção de conhecimento voltados para a competitividade, produção de riquezas e inserção social. Apesar da demanda nacional (e internacional) para a atuação mais efetiva das universidades no desenvolvimento econômico e social dos países, das estruturas políticas e ideológicas herdadas do processo de formação e desenvolvimento da universidade pública no Brasil.

A questão aqui posta foi discutida como o terceiro objetivo da tese e utilizou a análise bibliográfica como procedimento metodológico para construir uma linha analítica da universidade pública no Brasil. Os títulos e autores utilizados foram escolhidos a partir de buscas em bases de dados do Repositório institucional da UFPE, Domínio público, Catálogo de Teses & Dissertações - CAPES, SciELO.

Da mesma forma, foi discutida a dimensão territorial e sua influência no diálogo com a universidade. A delimitação desse foco da investigação decorre do fato de que os governos Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011–2016), responsáveis pela recente expansão da universidade pública, inseriram a dimensão territorial nas políticas de desenvolvimento social e econômica.

As duas outras fases dessa investigação referem-se a coleta de dados e análise e redação da tese, como preconiza a prática do estudo de caso (ANDRE, 2008). Nestas fases, foi respondido o último objetivo específico - avaliação da expansão do *Campus* Garanhuns da UPE e seu engajamento territorial.

A coleta de dados foi utilizada para conseguir informações mais específicas sob determinados aspectos da realidade estudada. Dentre os vários procedimentos para a realização da coleta de dados, foram utilizados: Coleta de dados secundários, Observação direta e entrevistas semiestruturadas.

Como dados secundários foram utilizadas informações de Garanhuns-PE, sua microrregião, Pernambuco. As informações coletadas foram produzidas por instituições e órgãos públicos para fins de análises institucionais, socioeconômicas e espaciais, e estão disponíveis principalmente nos sites do IBGE, Diretório de grupos de pesquisa do CNPq, FACEPE, Condepe/Fidem, UPE. Foram concentradas e organizadas em planilhas do *software* Excel, os quais geraram expressões gráficas como tabelas, quadros, gráficos e mapas.

Os dados coletados no Diretório de Grupos de Pesquisa (DGP) do CNPq dizem respeito as informações sobre a produção científica dos pesquisadores do

Campus Garanhuns e a interação desses com outras instituições ou empresas. Vale destacar que as informações coletadas são informadas de forma voluntária pelos líderes dos grupos de pesquisa.

Dentre as informações fornecidas, tem-se se há algum relacionamento entre o grupo e outras instituições e empresas. A partir dessas informações o DGP avalia o grau de envolvimento dos grupos com as empresas do setor produtivo, bem como com entidades jurídicas de outra natureza, públicas ou privadas, buscando determinar, essencialmente: quais os tipos de relacionamentos existentes entre grupos de pesquisa e instituições, e qual a forma genérica de remuneração dessas relações. Para caracterizar tais relacionamentos, o DGP adota, uma perspectiva ampla, 14 tipos mais habituais de relacionamento (ver quadro 1), incluindo aqueles em que predomina o sentido do grupo para a instituição e em que predomina o sentido oposto (empresas ou outras instituições que buscam grupos). No que se refere à forma de remuneração, não se quer conhecer quaisquer valores envolvidos, mas, tão-somente, a forma geral da compensação entre os parceiros. São 10 os modos mais habituais de remuneração existentes no formulário (DGP, Glossário, 2017).

Para tanto, foram realizadas pesquisas on-line no site do DGP, no Censo 2002 – 2016, utilizando o módulo “buscar grupo”, depois “consulta parametrizada”, situação “certificado e não atualizado”, “filtros”, “filtro para localização e tempo de existência do grupo”, “Região: Nordeste”, “UF: Pernambuco”, “Instituição: Universidade de Pernambuco”. O resultado apresentado pelo site mostra um total de 192 grupos de pesquisa, porém é importante destacar que deles estão os excluídos que para a pesquisa mais detalhada não foram contabilizados.

Em seguida foi realizada uma pesquisa detalhada, na qual foram coletadas as seguintes informações: nome do grupo, ano de formação, líderes, área de atuação, logradouro, localidade, repercussões dos trabalhos do grupo, linhas de pesquisa, instituições parceiras relatadas pelo grupo, Tipo de relação - forma de remuneração e Equipamentos e Softwares¹ Relevantes desenvolvidos pelo grupo de pesquisa.

¹ O levantamento de dados feito pelo DGP considerou os principais equipamentos e softwares de uso exclusivo do grupo de pesquisa, e que não fazem parte da infraestrutura institucional. O foco do levantamento são os equipamentos com custo de aquisição igual ou superior a R\$ 100 mil e os softwares relevantes para as atividades de pesquisa do grupo (e não aqueles que possuem papel acessório ou que possuem valor pouco significativo).

Para um melhor entendimento sobre os tipos de parcerias encontrados no CNPq foi desenvolvido o quadro abaixo para indicar as formas de relacionamento dos grupos de pesquisa com outras instituições que podem ser públicas ou privadas.

Quadro 1 - Tipos de Relacionamentos entre os Grupos de Pesquisa e outras instituições.

1	Atividades de consultoria técnica não englobadas em qualquer das categorias anteriores.
2	Atividades de engenharia não-rotineira inclusive o desenvolvimento de protótipo, cabeça de série ou planta-piloto para o parceiro.
3	Desenvolvimento de software para o parceiro pelo grupo.
4	Fornecimento, pelo grupo, de insumos materiais para as atividades do parceiro sem vinculação a um projeto específico de interesse mútuo.
5	Outros tipos predominantes de relacionamento que não se enquadrem em nenhum dos anteriores.
6	Pesquisa científica com considerações de uso imediato dos resultados.
7	Pesquisa científica sem considerações de uso imediato dos resultados.
8	Transferência de tecnologia desenvolvida pelo grupo para o parceiro.
9	Treinamento de pessoal do parceiro pelo grupo, incluindo cursos e treinamento "em serviço".
11	Desenvolvimento de software não-rotineiro para o grupo pelo parceiro.
14	Treinamento de pessoal do grupo pelo parceiro, incluindo cursos e treinamento "em serviço".

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, 2017.

A observação direta foi utilizada para coletar dados primários mais específicos do *Campus* Garanhuns. Usado pela segunda vez no desenvolvimento desta investigação, o procedimento possibilitou maior aproximação com o objeto de estudo, permitindo adicionar novas percepções para compreender o contexto e o fenômeno estudado. Inicialmente foram realizadas observações não estruturadas, nas quais foram coletados dados sobre: a localização e a infraestrutura física do *Campus*, as relações entre os sujeitos relevantes para o funcionamento do campus. Os dados coletados foram registrados através de fotografias, vídeos e notas de campo. E serviram para obter as primeiras análises descritivas e exploratórias sobre o objeto estudado. No segundo momento, associada a aplicação de entrevistas semiestruturadas, foram realizadas novas observações de forma planejada, com a utilização de um *check list*, confirmando os dados já coletados.

Finalizando a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada. Importante técnica de coleta dados primários, objetivos e subjetivos, que permite ao entrevistado refletir especificamente sobre o objeto da presente pesquisa, ao mesmo tempo em que lhe dá liberdade para dialogar acerca das suas percepções. A escolha do tipo semiestruturada, favoreceu o surgimento de respostas espontâneas,

questões/análises inesperadas, a partir da interação com os entrevistados. E mais, por assegurar um roteiro comum, permitiu ainda traçar comparações entre as falas dos entrevistados.

Com foco nos objetivos da pesquisa, foi dedicado maior esforço para a realização de entrevistas com os sujeitos vinculados à UPE, aos quais foram questionados suas experiências, opiniões e interpretações acerca das políticas de expansão da educação superior e as políticas institucionais de desenvolvimento da UPE. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas no segundo semestre de 2017, e totalizou sete entrevistas individuais com gestores da UPE e do *Campus* Garanhuns. O quadro abaixo, identifica a relação de entrevistados e o cargo/função exercido em 2017.

Quadro 2 – Identificação dos entrevistados, cargo/função e experiência profissional.

ENTREVISTADOS	CARGO/FUNÇÃO 2017	EXPERIÊNCIA
Pedro Henrique de Barros Falcão	Reitor da UPE	Pró-Reitor Administrativo da UPE (2013-2014). Secretário Executivo de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (2014). Vice-Diretor do <i>multicampi</i> de Garanhuns, Arcoverde, Caruaru e Salgueiro da UPE (2005-2009, 2009-2013). Presidente do Conselho Regional de Biologia da 5ª Região (2005-2010).
Maria do Socorro de Mendonça Cavalcanti	Vice-Reitora da UPE	Diretora do Instituto de Ciências Biológicas da UPE (1998-2006, 2010-2014). Coordenadora da Divisão de Curso da Faculdade de Ciências Médicas e do Mestrado em Ciências da Saúde (2007-2010).
Arine Maria Víveros de Castro Lyra	Assessora especial do reitor	Coordenadora Geral PROGEPE (2016), Membro da Comissão de Integração Ensino-Serviço da UPE (2016), Assessora Especial do Reitor (2015), Coordenadora Geral de Extensão e Cultura (2013-2014), Gerente Geral de Educação Profissional da Secretaria de Educação (2009-2010), Gerente Geral de Articulação e Informação, Coordenadora Programa Estadual de EaD da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, SECTMA (2007-2009).
Alexandre Magno Andrade Maciel	Coordenador Geral de Inovação	Membro da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa (2016-atual), Gerente Divisão de Pós-Graduação - Escola Politécnica de Pernambuco (2015-2017), Sócio da empresa Vocal Lab Sistemas da Informação, VOCAL LAB (2008-Atual).

Rosângela Alves Falcão	Diretora do <i>Campus</i> Garanhuns	Coordenadora da Residência em Saúde Coletiva (2016), vice direção (2015-2016), Coordenadora Setorial de Planejamento (2010-2014), Coordenadora do CEUA (2010-2011), Coordenadora do curso de Ciências Biológicas (2008-2010, 2010-2011), Coordenadora Setorial de Extensão, UPE <i>Campus</i> Garanhuns (2009-2010).
Adauto Trigueiro de Almeida Filho	Vice-Diretor do <i>Campus</i> Garanhuns	Membro da Comissão Permanente de Concursos Acadêmicos - CPCA (2012-2012), Gerente de Projeto – UFPE (2011-2011).

Fonte: Autora, 2017.

Os questionamentos realizados aos entrevistados seguiram o roteiro mostrado no quadro abaixo. Algumas das perguntas foram respondidas por e-mail pois necessitava coletar dados.

Quadro 3 – Questões discutidas com os entrevistados

<p>EIXO I. Universidade e Desenvolvimento</p> <p>1. Como você enxerga a importância da universidade para o desenvolvimento local?</p> <p>2. Você acha que a UPE contribui para o desenvolvimento de Garanhuns?</p> <p>3. Quais as estratégias da UPE <i>Campus</i> Garanhuns para se engajar no desenvolvimento local?</p>
<p>EIXO II. Política Nacional de Expansão da Educação Superior</p> <p>4. Você tem conhecimento sobre as ações das políticas de expansão da educação superior e os resultados esperados delas?</p> <p>5. Quais as repercussões dessas políticas no plano de desenvolvimento da UPE <i>Campus</i> Garanhuns? (Criação de novos cursos ou campi vinculados a Garanhuns, aumento de número de vagas etc. Indique a cronologia)</p> <p>6. Os novos cursos/campi foram criados pensando no desenvolvimento local?</p> <p>7. Existe (ou existiu) dificuldade na implementação dos novos cursos/campi?</p>
<p>EIXO III. Relações institucionais para o desenvolvimento local</p> <p>8. Indique os projetos institucionais desenvolvidos ou em desenvolvimento para a região de Garanhuns e com a participação da UPE <i>Campus</i> Garanhuns. Apontando, o projeto institucional, período vigência, objetivo, instituições parceiras.</p> <p>9. Você conhece o PDI 2014-2018 da UPE? Você acha que o PDI promove diálogo entre as instituições parceiras?</p> <p>10. Como você vê a vinculação da UPE à SECTI para o desenvolvimento local (seria melhor com a Secretaria de educação?)?</p>
<p>EIXO IV - UPE <i>Campus</i> Garanhuns</p> <p>11. Qual sua percepção sobre a articulação com os atores locais na região de Garanhuns-PE?</p> <p>12. As instalações físicas são adequadas para os cursos oferecidos?</p> <p>13. Quais as qualificações demandas pelas bases produtivas local-regionais à UPE Garanhuns?</p> <p>14. O perfil dos docentes e discente estão adequados as demandas e necessidades locais? Eles respondem ao desenvolvimento de ações e sinergias ao desenvolvimento local? Justifique</p> <p>15. Quais os desafios da UPE <i>Campus</i> Garanhuns? Entraves e potencialidades?</p>

Fonte: Autora, 2017

Por fim, a fase de análise sistêmica dos dados e redação da tese. Esta fase não se restringe ao último momento da investigação, ela foi sendo desenvolvida ao longo de todas as fases e etapas. Mas, após a coleta de dados primários e secundários, demanda-se maior sistematização e dedicação a análise e redação. Como indicado por André (2008, p.56), foram seguidos dois passos: (a) organização dos dados coletados, e (b) leitura e releitura do material coletado “para identificar os pontos relevantes e iniciar o processo de construção das categorias descritivas”. A medida em que se avançava na interpretação dos dados foi sendo desenvolvido o presente documento.

1.2 ESTRUTURA DA TESE

Quanto as análises e resultados da investigação estão organizados em quatro capítulos, além desta introdução. Em cada capítulo se explorou de forma objetiva temas relacionados à política de educação superior, universidade, território e desenvolvimento, contrapondo-os ao estudo de caso. Abaixo expõe-se o conteúdo dos capítulos.

Capítulo 1: Introdução

Dedica-se a apresentar os elementos essenciais da pesquisa: tema, problema, hipótese, objetivos, metodologia e estrutura da tese.

Capítulo 2: Globalização, Conhecimento e Território

Faz uma discussão mais ampla envolvendo interferências e condicionante de uma lógica global centrada na economia globalizada, na eficiência da gestão pública, na padronização das ações públicas, e no desenvolvimento pautado no conhecimento. Esse contexto, foi responsável por diversas transformações, incluindo a Constituição Federal de 1988, e pela centralidade das instituições de ensino superior na política econômica e social do Brasil.

Capítulo 3: A Universidade Pública no Brasil e as estratégias nacionais de desenvolvimento

Discute-se o amadurecimento da universidade para produção de conhecimento e diálogo com o desenvolvimento social e econômico do país. A universidade, que chega ao século XXI, sucateada, desacreditada e, de modo geral, sem interação com o território em que se insere. Ao mesmo tempo em que se

demanda sua participação ativa no desenvolvimento do país. Assim, o objetivo foi construir uma narrativa, que fosse útil para esta investigação, sobre a trajetória de criação e consolidação da universidade no Brasil, e os fatores que contribuíram para a assimetria desta com o desenvolvimento do país.

A linha temporal utilizada centra na análise de dois períodos muito importantes: (i) década de 1990 - período de reconstrução do federalismo, da democracia e de redefinição do papel do Estado e da própria educação no país. O período é particularmente significativo para esta investigação devido à descentralização do poder do Estado e surgimento do poder local na gestão pública. Também é significativa as reformas na educação superior e o estabelecimento de legislações específicas. (ii) década de 2000 – momento de maior desenvolvimento da educação superior, marcado pela construção de um planejamento educacional sistematizado com importantes políticas de expansão da universidade pública.

Além disso, foi discutido a estrutura e fragmentação do sistema de educação superior no Brasil e a contribuição da universidade para o desenvolvimento regional.

Apresenta-se o exame das políticas de expansão da educação superior que teve início em 2003, durante o governo do ex-presidente Lula. O objetivo foi construir uma linha analítica que permitisse compreender as políticas de educação superior nacional, enquanto estratégias de desenvolvimento, e seus desdobramentos para o estado de Pernambuco. Essas políticas foram analisadas no sentido de melhor contextualizar o cenário político nacional e estadual, as políticas de desenvolvimento regional de Pernambuco, e as estratégias de expansão da UPE.

Assim sendo, o capítulo inicia-se apresentando as recentes políticas nacionais de educação superior, principais resultados e repercussões no sistema estadual de educação superior, evidenciando os múltiplos atores e escalas que atuam no sistema de modo a possibilitar maior efetivação das políticas públicas nos territórios.

Capítulo 4: Interiorização: uma agenda para o desenvolvimento de Pernambuco

Nesse capítulo, discutiu-se o contexto político e econômico do estado de Pernambuco a partir da década de 2000, quando o governo estadual implementa uma política de interiorização das instituições públicas e infraestrutura para atrair investimentos para o interior do estado. Parte das estratégias utilizadas pelo governo estadual foi interiorizar as instituições de ensino e pesquisa em cada região de desenvolvimento (RD) do estado.

A universidade de Pernambuco se insere nesse contexto como importante instituição para produção e difusão de conhecimento. O desenvolvimento da instituição e diálogo dela com a base territorial.

O propósito da discussão foi a compreensão da política estadual de desenvolvimento e a contribuição conceitual da dimensão territorial na agenda política, a gestão do território, os múltiplos atores territoriais e escalas de poder e ação.

Capítulo 5: UPE Campus Garanhuns

O capítulo é dedicado ao estudo de caso. Aqui foi apresentado a instituição, sua história, sua potencialidade no desenvolvimento do estado de Pernambuco e suas fragilidades. Apresenta-se a trajetória do *Campus Garanhuns*, associada à criação e ampliação do núcleo urbano da cidade.

Capítulo 6: Considerações finais

Neste último capítulo retoma-se ao problema e objetivo da investigação; analisa-se as hipóteses; considera-se os resultados das análises realizadas; para chegar a uma resposta parcial para o que foi proposto. Isso por que a natureza analítica do tema envolve grande complexidade, dinamismo e particularidades mutáveis ao longo do tempo e dos territórios. Não há uma resposta objetiva e completa, é necessário estabelecer uma agenda de pesquisa contínua sobre políticas públicas de educação superior e suas repercussões no efetivo desenvolvimento dos territórios.

2 GLOBALIZAÇÃO, CONHECIMENTO E TERRITÓRIO

Parte-se da discussão sobre a dinâmica do capitalismo globalizado, que inseriu no planejamento das políticas públicas a dimensão territorial e suas especificidades. A globalização é entendida aqui como sendo um fenômeno contemporâneo que “vem alterando, profundamente, as estruturas produtivas, as relações técnicas e sociais de produção e os padrões organizacionais e locacionais” (DINIZ, 2000, p.02).

Diniz (2000) acrescenta que esse fenômeno é o resultado e condicionante das aceleradas e radicais mudanças tecnológicas, determinadas pela competição capitalista, sob a liderança da tecnologia, da informação e da sociedade do conhecimento. A globalização permitiu e induziu a difusão dos novos meios de comunicação e controle (telemática, internet, e-mail, TV a cabo, sistemas on line etc.), aproximando as relações locais com as globais num fenômeno classificado pelo autor como glociais.

Ela está de mãos dadas com um desenvolvimento espacialmente desigual, enraizada em instituições e condições históricas e culturais geograficamente determinadas. Ela se dá, no entanto, com mudanças quantitativas e qualitativas que mudam as relações entre escala, estrutura social e agentes, difundindo, rearticulando e reconstituindo as relações de poder (DICKEN, 1997 apud DINIZ, 2000, p.03)

A globalização também tende a padronizar as ações e a gestão das instituições, buscando maior eficiência do seu desempenho (PORTER, 1998; DUNKER, 1999). Tal ação é facilmente percebida em escala global, mas na escala local as especificidades dos territórios (características históricas, culturais, econômicas, sociais) promovem distorções na implementação das ações públicas. (PUTNAM, 1997)

É comum encontrar estudos que confirmam o distanciamento entre os desenhos das políticas e programas e as realidades locais das cidades brasileiras. Fato que contribui, assim como a estrutura física-institucional, para o insucesso das políticas públicas nos territórios.

A globalização não é só uma simples expansão das grandes corporações à escala mundial. Na ampliação do mercado, ela responde pela mudança nas relações de poder, na criação de cadeias de valor baseadas em novas formas de cooperação e competição, na desestruturação das autonomias monetárias nacionais, assim como

pela interferência e mudança nas identidades, comportamentos e relações regionais-locais de um país. (DINIZ, 2000; HARVEY, 1996)

Andrade (2001) percebia a globalização “como principal característica a expansão europeia sobre os outros continentes e a uniformização [...] da superfície da terra”. Assim, essa nova etapa da história mundial se apresentava como fruto ou reflexo de uma organização social de cunho capitalista que expandia o modo de vida europeu, gerando uma espécie de “padronização” das relações humanas, dos costumes e dos espaços.

A globalização promove transformações nos diversos âmbitos dos países, tais como: intensificação das comunicações, contração tempo-espaço, territorialização, desterritorialização, integração mundial, modernidade técnica, flexibilidade e desigualdade social. Essa realidade indica uma “imposição” do poder global em relação ao poder local demonstrando que as ações para as localidades devem, cada vez mais, focar em uma perspectiva exógena.

Porém, uma perspectiva muito importante e, às vezes, negligenciada é a implementação de políticas públicas estaduais e federais nas localidades, principalmente, em países como o Brasil, que possui dimensão continental e grande diversidade e desigualdade regional.

Políticas públicas efetivas para promover desenvolvimento regional/local devem considerar o ordenamento territorial do município, devem identificar e analisar os componentes do território para implementação das políticas. Novamente volta-se ao ponto de partida desta investigação: o território enquanto dimensão central para os desdobramentos positivos das políticas.

Um território significa dominação e espelha uma relação de dominação/sujeição, que não é condição permanente. É construído socialmente e, por isso, constantemente reestruturado. Considerado “toda relação um lugar de poder, isso significa que o poder está ligado muito intimamente à manipulação dos fluxos que atravessam e desligam a relação, a saber, a energia e a informação” (RAFFESTIN, 1993, p. 53-4).

Andrade (1995) enfatiza que o território possui uma abordagem aprofundada na política e na economia de uma determinada ocupação do espaço, referindo-se tanto ao poder político estatal como ao poder econômico das grandes empresas na constituição do território. Acresce-se também uma abordagem dos valores culturais, defendida por Souza (2001), visto que a análise do território identifica, nas grandes

metrópoles, grupos sociais que estabelecem relações de poder formando territórios no conflito pelas diferenças culturais.

Por isso, a importância do entendimento do território, enquanto poder local, na atuação das ações políticas (estadual e federal), pois não entendendo essa complexidade territorial (social, cultural, econômica, política), ações exógenas não trazem os efeitos positivos planejados inicialmente.

A análise da globalização, a partir do século XX, feita por Santos (2003) remete de imediato a uma imagem de homogeneização sociocultural, econômica e espacial. Homogeneização esta que tenderia a uma dissolução das identidades locais, tanto econômicas quanto culturais, em uma única lógica, e que culminaria em um espaço global despersonalizado.

Mas, na verdade a globalização de acordo Fuini (2013) somente se realiza com a definição de um território-mundo globalmente articulado para a reprodução do capitalismo, sendo um movimento fundamentalmente contraditório e desigual. A globalização é um processo que se desdobra em várias dimensões (produtiva, comercial, tecnológica e financeira) e cuja consolidação reconhece um novo padrão tecnológico que permite a aceleração das trocas de produtos, capitais e informações, além de tornar mais rápida a circulação de pessoas.

Assim, uma das novidades da globalização é a emergência de uma nova ordem mundial, ou seja, uma estrutura de poder mundial definida pelos interesses das grandes corporações transnacionais e pelos organismos internacionais que gerenciam o capital financeiro para os países mais ricos. (FUINI, 2013, p.51).

Essa lógica da globalização é vista por Santos (2003) como - o mundo como ele realmente é e faz – a globalização como perversidade – essa estrutura e processo funciona como uma “fábrica” de perversidades tais como: fome, desabrigo, doenças, mortalidade infantil, analfabetismo, ou seja, diversos problemas sociais, para grandes parcelas do mundo, pois nem todos estão inseridos no desenvolvimento estrutural dos países desenvolvidos. Em resumo, a globalização retrata um processo que gera desumanização, desemprego crescente, conseqüentemente a pobreza aumenta e a classe média perde em qualidade de vida, novas enfermidades se instalam e as velhas doenças retornam com força total. A perversidade está na raiz desta evolução negativa da humanidade e estes processos estão diretamente ligados com a globalização. A globalização traz na mesma medida avanços e retrocessos, alguns estão inseridos outros estão marginalizados, poucos serão beneficiados.

Neste sentido, usando novamente Santos (2003) a globalização é o apogeu do mundo capitalista de um processo que é conhecido como internacionalização do mundo globalizado, dos quais os fatores que levaram a este processo são: a unicidade da técnica, a convergência dos momentos, o conhecimento do planeta e a mais valia globalizada. Esse processo gera técnicas que são oferecidas como um sistema, graças ao avanço da ciência fora produzido um sistema de técnicas da informação, que assim possibilitou um novo sistema de presença em todo o planeta. Portanto, a globalização é o resultado dessa relação de técnicas e processos que resultam em ações que asseguram a emergência de um mercado global direcionado e seletivo.

Esses mercados são dominados por grandes firmas/empresas que passaram a conquistar as fronteiras e o mundo se transformou em uma imensa e complexa “fábrica”. Na visão de Santos (2003), é mais do que isso, pois o mesmo salienta que: “O processo de globalização acarreta a mundialização do espaço geográfico (...)”. Conseqüentemente, ocorre a manipulação dos espaços nacionais aos interesses internacionais do sistema produtivo. E novamente dando destaque a ciência, a tecnologia e a informação são as bases para a apropriação do espaço hoje, essas relações podem ser sintetizadas pelo conceito de inovação tecnológica.

Neste sentido, essas grandes corporações assumem o controle, parcial, das dinâmicas do globo e desenham um novo mapa mundial, mais que, em alguns casos, impondo suas necessidades e interesses para os países e seus territórios se adequarem a essa nova realidade, pois aos que não estiverem inseridos não participaram da “famosa” aldeia global. A partir de então os limites e marcos políticos administrativos são cada vez menos importantes, no qual o funcionamento e o desenho do globo se encontra emaranhado pela superposição de redes e de acordo com Harvey (1996) que essas subvertem a lógica formal de sua composição e se comportam como símbolos e signos de uma nova hierarquização espacial e geopolítica.

Por conta dessa relação globalizada pode-se dizer que os empreendimentos multinacionais, nas diversas áreas da economia, detêm maior poder de negociação com os governos², no que se refere à escolha do lugar para sua instalação ou

² Segundo Fagundes (2003), “com a nova economia global, o Estado (principalmente dos países periféricos) viu-se desmantelado seu patrimônio através das privatizações, inclusive naqueles setores estratégicos ao desenvolvimento econômico de cada país como os bancos, setor de energia elétrica e setor das comunicações (que para muitos o seu monopólio é considerado imprescindível para a segurança nacional). Suas reservas cambiais evaporaram na tentativa de manter a estabilidade da

implementação de novos empreendimentos (no caso do mercado imobiliário), possibilitando barganhar condições favoráveis de infraestruturas, que conseqüentemente tornará aquele espaço mais atrativo para seus negócios e para as especulações ou necessidades estratégicas do poder público.

Esse Estado, segundo Harvey (1996), trabalha na montagem de novas formas de regulação, caminhando na direção de um regime flexível, que vem resultando num modelo de desenvolvimento liberal-produtivista. Que a princípio, tem por objetivo facilitar as negociações com as grandes corporações dando facilidades para a implementação dos novos empreendimentos, gerando uma perspectiva que essas estruturas podem estar reposicionando o espaço geográfico (cidade, município, estado, país) em uma nova escala de participação na economia global.

Essa lógica da economia global pode ser observada em Castells (1999) quando se refere a uma possível meta de unificação de todas as economias ao redor de um conjunto de regras homogêneas do jogo, para que o capital, os bens e os serviços pudessem fluir para dentro e para fora, conforme os critérios de mercado e os interesses específicos das grandes corporações e instituições. Essa afirmativa pode ser novamente verificada em Bauman (1999), quando ele afirma que é vivido em um planeta em que o capital não tem domicílio fixo e os fluxos financeiros estão bem além do controle dos governos nacionais, e que muitas das alavancas da política econômica não mais funcionam. Em resumo, os sistemas econômicos e financeiros estão globalizados e dominados por instituições que gerenciam de acordo com seus interesses.

Bresser-Pereira (2007) afirma que o Estados-nação e todas suas escalas administrativas e a globalização são fenômenos que não se contradizem; fazem parte de um mesmo universo que é o do capitalismo contemporâneo. Segundo o autor, essa relação é definida da seguinte forma:

Enquanto a globalização é o estágio atual do desenvolvimento capitalista, os Estados-nação são a unidade política territorial específica desse sistema econômico. Neste sentido, para uma forma relativamente nova de organização do sistema econômico mundial, na qual todos se pautam pela mesma lógica da competição capitalista, mas usam estratégias de competição diferentes dependendo de seu próprio estágio de desenvolvimento e de suas características nacionais (Bresser-Pereira, 2007, p. 7).

moeda, o parque industrial doméstico sofreu grande choque com a abertura da economia, e para manter os títulos públicos atrativos ao capital externo especulativo, os juros fixaram-se a altas taxas fazendo com que os desempregos atingissem patamares insuportáveis.”

Castells (1999) pode ser usado para consolidar todo o debate desenvolvido por essa relação entre a globalização e os estados, pois segundo o autor essa lógica afeta:

O controle do Estado sobre o tempo e o espaço vem sendo sobrepujado pelos fluxos globais de capital, produtos, serviços, tecnologia, comunicação e informação. A apreensão do tempo histórico pelo Estado mediante a apropriação da tradição e a (re)construção da identidade nacional passou a enfrentar o desafio imposto pelas identidades múltiplas definidas por sujeitos autônomos. A tentativa de o Estado reafirmar seu poder na arena global pelo desenvolvimento de instituições supranacionais acaba comprometendo ainda mais sua soberania. (CASTELLS, 1999, p. 287).

Ou simplesmente, o Estado e suas escalas geográficas inferiores se adaptaram a essa situação globalizada gerando uma nova forma de interação entre o local x global visto que em muitos dos casos e especificamente o brasileiro o federalismo proporcionou, de acordo com Abrucio & Franzese (2010), uma maior autonomia para as escalas inferiores, principalmente, as municipais, possibilitando novas formas de negociação e de interação com o mercado.

2.1 TERRITÓRIO, ESCALAS DE AÇÃO E PODER

No final do século XX, o mundo assistiu a várias transformações estruturais no âmbito da política, economia e sociedade. Os reflexos dessas transformações no Brasil foram delineados a partir 1980, e promoveu a reestruturação do Estado. A nova concepção de Estado surge no ambiente político, promovendo uma intensa fragmentação do sistema, que transforma radicalmente os atores nacionais com o surgimento e força dos atores regionais e locais.

Trata-se de um novo panorama político e de decisão pública, que necessitará de maior coesão econômica, social e territorial entre os entes federados. E, nesse cenário, a dimensão territorial exige proximidade e coerência para o estabelecimento de sinergias necessárias a difusão de conhecimento. A concepção de políticas mais eficazes deve ter a participação e auscultação das regiões, instituições e demais atores locais, sob pena de se tornarem rapidamente obsoletas, descontextualizadas e com eficácia comprometida.

De um sistema nacional regido pela centralidade do Estado, passa-se a um sistema complexo, com várias outras redes de subsistemas dependentes do

relacionamento entre unidades locais. A centralização já não responde aos novos desafios do século XXI. São necessárias políticas descentralizadas, de proximidade, vocacionadas para a cooperação estreita nos vários níveis governamentais.

Este não é um modelo de governança exclusivo do Brasil, é um modelo global. Esta é a política de nova geração que age e reage localmente, e que pensa e participa globalmente. Assim, é imprescindível a cooperação entre as várias escalas de poder num mundo onde prevalecem os efeitos da globalização, onde crise financeira, social e econômica já não são localizados, mas sim globais.

Estudos sobre a relação entre o local e o global estão a cada dia mais comuns, apesar dos entraves teóricos metodológicos. Nessa relação, Brandão (2003) defende que o poder local tem uma supremacia ao poder global. Já Boisier (2000) afirma que existe uma relação de “simbiose” entre o global e local não havendo mais distinção – glocal. Harvey (1995), Santos (2000), Andrade (2001) defendem que a globalização contraiu os lugares e este fato fez com que haja uma padronização dos costumes e ações das populações, pois a integração entre os países é cada vez maior.

Diferentemente do que se discute nas políticas de educação, o poder local possui grande importância de decisão para a implementação e desenvolvimento de ações públicas. Isso porque as ações vêm padronizando a atuação metodológica estadual/Federal gerando, ainda mais, dificuldades na atuação destes na escala local com suas temporalidades, especificidades e territorialidades.

A realidade anterior já não corresponde às demandas do mundo atual. É importante romper com conceitos estabelecidos, que se encontram em divergência com a realidade, e construir novos paradigmas de governança, baseados na descentralização, na criação de um desenvolvimento policêntrico, que elimine as disparidades entre as várias regiões, criando um ambiente de coesão.

Coesão talvez seja a palavra-chave na atualidade. Coesão entre a União, os estados, os municípios, as regiões, as instituições e demais agentes econômicos e sociais, pois já não é possível colocar uma fronteira entre os interesses das localidades, das regiões e do estado. No entanto, no caso do Brasil, além de promover a coesão do território, parte importante das políticas públicas deve superar consolidadas desigualdades econômicas, sociais e regionais. Para isso, é preciso pensar, olhar o território como base das políticas públicas.

“As pessoas não precisam ser geniais ou extraordinariamente talentosas para desenvolver seu trabalho. Os requisitos são iniciativas e diligência – qualidades

abundantes na raça humana, quando não são desestimuladas ou suprimidas” (JACOBS, 2001, p. 23). Assim, as pessoas não precisam reconhecer processos e princípios universais para, ativamente, participarem do processo de desenvolvimento. Porém, saber que o desenvolvimento decorre de diferenciações que emergem de generalidades, na prática, ajuda a compreendê-lo como um processo social e não uma aquisição.

Como não compreendem isso, os governos, suas agências de ajuda e de desenvolvimento, o Banco mundial e a maior parte do público acreditam em uma falaciosa ‘Teoria da Coisa’, que supõe que o desenvolvimento econômico é o resultado da posse de coisas como fábricas, barragens, escolas, tratores e outras – geralmente montes de coisas englobadas sob o nome de infra-estrutura. [...]. No entanto, se o processo de desenvolvimento está falhando em uma cidade ou uma região, as coisas que lhe sejam dadas ou vendidas são produtos de um processo que acontece em outro lugar. O processo não vai junto, magicamente. Pensar que as coisas, por si mesmas, são suficientes para provocar desenvolvimento cria falsas e fúteis expectativas. Pior ainda, evita providências que poderiam efetivamente promover desenvolvimento. (SOUZA, 2009, p.40)

Para enfrentar tais questões concretas, é preciso direcionar esforços para grandes processos territoriais: aqueles relativos à difusão de conhecimento; outros sobre a construção e gestão do território; outras sobre as escalas de ação e poder das instituições; e um último processo relativo a capacidade de organização e relações interinstitucionais. Todos esses processos tratam de questões que na prática se entrelaçam, mas que aqui serão tratadas separadamente por uma mera questão didática.

2.1.1 Considerações sobre Território

Da concepção de território-solo da Geografia tradicional a territórios multiescalares de hoje, diversas interpretações foram formuladas e reformuladas, produzindo assim um conjunto de questões relativas a base teórica que engloba além da genealogia do conceito de território dentro da ciência geográfica, aquelas relativas as perspectivas sobre sistema territorial, territorialidade, limites e fronteiras, poder, redes e escalas.

O estabelecimento dos vínculos teóricos com o conceito de território tem uma importância que é evidente: auxiliar no processo de compreensão das (re)estruturações espaciais e territoriais. Pois, entende-se o território como um elemento dinâmico, socialmente construído e reconstruído a partir de espaços

preexistente. Trata-se de uma das categorias de análise sempre presente na evolução do pensamento geográfico, e sua concepção conceitual e representatividade na disciplina varia ao longo da história.

A discussão sobre território é sempre difícil, e revela equívocos de geógrafos menos atentos aos pressupostos conceituais das categorias de análises da geografia. Claude Raffestin chama a atenção para a equivalência conceitual dada a território e espaço. Essa associação é fruto do uso inadequado e sem distinção entre os termos território e espaço, que muitas vezes eram (e ainda hoje o são) confundidos. É preciso, por tanto, deixar claro que “Espaço e Território não são termos equivalentes” (RAFFESTIN, 1993, p.143).

A construção do espaço é anterior ao do território, sendo que este se constitui como resultado de uma apropriação do espaço por um indivíduo ou parte de uma sociedade, e aquele se figura como local preexistente a apropriação. “Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) o ator ‘territorializa’ o espaço”. [...] “O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p.143-144). Tem-se, então, território dos taxistas, do tráfico de entorpecentes, das prostitutas em determinado bairro, do mercado varejista, do comércio informal etc.

Portanto, “o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação” (RAFFESTIN, 1993, p.147). Na prática, a apropriação do espaço ocorre a partir de múltiplos atores (ou até um grupo coordenado de atores) que revelam objetivos intencionais diferentes, ou até mesmo congruentes, e por isso estabelecem uma relação de poder para o uso do espaço em questão.

Essa distinção conceitual é, particularmente, significativa para esta tese. Pois, nessa perspectiva, o processo de elaboração de políticas públicas territoriais deve ancorar na identificação dos atores que territorializam os espaços e lhes conferem características e qualidades específicas. Aproximando-se ao objeto de estudo desta tese, tem-se que o território a atuação da UPE também é território de atuação de outros atores, sejam eles representantes do Estado, da sociedade civil ou do mercado. Se o termo for utilizado de forma genérica pode gerar leituras equivocadas e ineficiência nas políticas.

Voltando a discussão inicial, o conceito de território é construído a partir de diversas concepções teórico-metodológicas, de acordo com momentos históricos específicos. Até o século XIX, os estudos sobre território na Geografia tratavam de conferir legitimidade ao Estado-Nação, em um movimento de delimitação, fortalecimento e expansão de seus territórios, dentro das influências ideológicas ligadas ao imperialismo. A ênfase dada a concepção de território refere-se aos aspectos políticos, e em menor intensidade administrativos. (GOMES, 1996)

Friedrich Ratzel realiza os primeiros estudos sobre o conceito de território, o qual enfatiza aspectos essencialmente fixados no referencial político do Estado. Em sua análise, o território é entendido enquanto expressão de poder e domínio exercido pelo Estado-Nação, no qual se une um povo vivo e com um solo (Boden) imóvel, tornando-se um único organismo vivo, coeso, sem contradições ou subdivisões (SOUZA, 2005). Nesse sentido, a concepção de território, para Ratzel, passa pela “ideia de inter-relação e conexão entre os seres vivos e seus meios naturais”, propondo uma determinação geográfica “produzida ao longo de um processo de evolução e de diferenciação” (GOMES, 1996, p. 185).

A contribuição dessa leitura está vinculada a uma perspectiva objetiva e racionalista da ciência, alimentou disputas por territórios relevantes ao fortalecimento econômico de países. E que coloca o estudo de território no centro da reprodução da sociedade e do Estado.

A partir daí as novas contribuições, decorreram de críticas aos pressupostos teóricos da Geografia tradicional, fazendo uma ponte com infinitas questões pertinentes ao controle físico ou simbólico dos territórios, e a pluralidade das relações sociais e apropriação do espaço. Esse é o contexto em que foram desenvolvidos os estudos sobre território no século XXI, enfatizando (com mais ou menos intensidade) aspectos político-administrativos, políticos, econômicos e/ou culturais.

O território, visto por Raffestin (1993), traz aspectos político-administrativos, e sua construção ocorre a partir de relações de poder, exercido por pessoas individuais ou em grupo, projetadas em um espaço físico, dando unidade jurídica e política, com limites e fronteiras. Para o autor, a noção de território também está vinculada a de Estado-Nação, enquanto substrato material, no entanto, diferente de Ratzel, Raffestin amplia sua visão e desenvolvendo um entendimento de território a partir uma visão relacional do poder.

A argumentação para essa visão envolve alguns elementos funcionais: O exercício do poder depende das relações sociais, uma vez que admitisse sê-lo inerente ao indivíduo. As relações sociais delimitam o campo sociopolítico da relação, pertencente aos atores envolvidos, e também delimitam o conteúdo, o objeto de troca de informações e/ou negociação. Por fim, tem-se que as relações sociais possuem uma forma específica para se desenvolverem, que é determinada pelos atores e instituições diretamente envolvidos. Todos esses elementos mostram a complexidade e a multiplicidade de variáveis responsáveis.

A ênfase nos aspectos políticos e culturais são percebidos no entendimento sobre território de Souza (2005), que o define como “fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” [...] “o território é essencialmente um instrumento de exercício de poder”. (SOUZA, 2005, p.78). O território pode ser entendido a partir da associação com o Estado, e consequente associação com a escala nacional, porém ele não se restringe ao território do Estado-Nação. Existe uma pluralidade de situação que lhes conferem materialização, variando em escala, tempo cronológico, periodicidade.

Territórios existem e são construído (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p.ex., uma rua) à internacional (p.ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. (SOUZA, 2005, p.81)

Ao identificar territórios constituídos por grupos sociais urbanos, sobretudo, Souza (2005) incorpora a perspectiva cultural das relações de poder. Assim, o autor propõe um conceito de território autônomo, no qual a sociedade autônoma busca liberdade e igualdade.

Uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir livremente seu território, catalizador de uma identidade cultural e ao mesmo tempo continente de recursos, recursos cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. Uma sociedade autônoma não é uma sociedade sem poder [...]. No entanto, indubitavelmente, a plena autonomia é incompatível com a existência de um “Estado” enquanto instância de poder centralizadora e separada do restante da sociedade. (SOUZA, 2005, p.106)

Para Souza (2005), o conceito de território é visto de forma limitada, ele critica as limitações da geografia e propõe um novo modo de se usar esse conceito. Segundo o autor, uma nova forma de abordagem:

[...] pressupõe uma flexibilização da visão de território. Aqui, o território será um campo de forças, uma teia ou uma rede de relações sociais que, a partir de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os insiders) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 2005, p.86).

Ou seja, o território se constitui como um campo de forças, onde os indivíduos *insiders* são aqueles que estão inseridos na teia das relações sociais, ou seja, são aqueles que pertencem ao grupo, aqueles que estão territorializados, ao passo que os indivíduos *outsiders* estão fora dessa comunidade, não pertencem à mesma coletividade, nesta direção, eles são entendidos como não-membros.

Comumente a esses estudos tem-se a ideia de relação de poder. Aspecto muito evidente na literatura sobre o entendimento de território. Considerando o contexto atual de reestruturação dos territórios, relações multiescalares e coexistência atores multiescalares no âmbito local, tem-se uma intensificação e complexidade de relações de poder entre indivíduos, grupos, governo e instituições. (RAFFESTIN, 1993)

Nessa perspectiva, chama-se a atenção para o entendimento do conceito de poder, geralmente mal representado e associado ao conceito de dominação, controle, violência, e que esteve presente na visão clássica da Geografia. Somente em meados do século XX, o conceito de poder assume diferentes formas.

Arendt (2004, p. 22) crítica a ideia de que “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”. Para a autora,

O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas de agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está 'no poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*potestas in populo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, 'o seu poder' também desaparece. (ARENDR, 2004, p. 27)

Nessa perspectiva, o poder se estabelece como ato, ação dos indivíduos, que se manifesta a partir das relações sociais. “O poder é parte intrínseca de toda uma relação”, ele “está em todo lugar; não que englobe tudo, mas vem de todos os lugares”. Esse, “o poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio”, que “se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. É o poder visível, maciço, identificável”. (RAFFESTIN, 1993, p. 52)

Raffestin, ainda apresenta algumas proposições de Foucault a respeito do conceito de poder.

1. O poder não se adquire; é exercido a partir de inumeráveis pontos; 2. As relações de poder não estão em posição de exterioridade no que diz respeito a outros tipos de relações (economia, sociais etc.), mas são imanentes a elas; 3. O poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados; 4. As relações de poder são, concomitantemente, intencionais e não subjetivas; 5. Onde há poder há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, está em posição de exterioridade em relação ao poder. (FOUCAULT, 1976, *apud* RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Um dos fatos, que contribuíram para a centralidade do poder local foi o pacto federativo do Brasil presente na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no qual regulamenta a descentralização o poder político-administrativo do Brasil constituindo três entes federados – Município, Estado, União.

Outro importante instrumento para a compreensão da dinâmica territorial trata-se das redes. Historicamente, a concepção de rede está atrelada a organização e integração do território, a integração de mercados, a partir da eliminação dos obstáculos à circulação de mercadorias, matérias-primas, capital e pessoas (DIAS, 2003). Ou seja, ao mesmo tempo em que eliminam fronteiras, as redes integram, conectam os territórios.

A eliminação das fronteiras inicia com o processo de mobilidade, de circulação de pessoas, bens, informações através de infraestruturas disponíveis. Criadas as relações, as redes permitem estabelecer conexões que ora se comportam como um elemento que interliga os territórios, ora se comporta um elo entre os elementos do território. Ou seja, a conectividade é uma importante propriedade das redes, ela permite consolidar ou excluir elementos ou o próprio território.

Toda rede pode ser vista a partir de uma materialidade, quando retrata infraestruturas para o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela tipologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação. (CURIEN *apud* SANTOS, 2004).

A rede também pode ser vista a partir das relações sociais, que como dado social é também política, por causa das pessoas, das mensagens e dos valores que a frequentam, assim a rede é, na verdade, uma abstração (SANTOS, 2004). A rede permite integração e inter-relações, e respondem pela comunicação interna e externa a uma região e difunde/firma os processos. (KAYSER, 1980)

A lógica da rede está alicerçada nas conexões, e não nas superfícies. Além disso, uma rede é essencialmente aberta e dotada de capacidade de crescer, de expandir para todos os lados e direções, tendo como elemento constitutivo único o “nó”. Os ‘nós’ representam núcleos urbanos e possuem como forte características a convergência e o ponto de partida de inúmeros fluxos, eles possuem grande capacidade de polarização. (MORAES, 2000)

A polarização é outro aspecto que deve ser considerado. As relações e formas de organização espacial das sociedade foram intensamente alteradas ao longo da história. O avanço científico possibilitou extrapolar limitações naturais, reduzir distâncias e ampliar as escalas de integração comercial entre cidades.

A polarização concentra, em pontos nodais do território (núcleos urbanos), investimentos em capital fixo, tornando-os potencialmente atrativos a vários investidores em busca de economias de escala e de proximidade. A busca por bens e serviços de maior ou menor complexidade define a hierarquia entre as localidades centrais, permitindo a estas polarizarem centros de ordens inferiores ou serem polarizadas por centros de ordens superiores.

A polarização como um fenômeno inerente à acumulação capitalista cria e recria áreas de influência e áreas de mercado de forma dinâmica e atrelada à oferta e à demanda criada em cada região. No entanto, as regiões polarizadas devem ser entendidas dentro de um contexto maior que as suas próprias trajetórias econômicas, pois, estão inseridas em um processo de dominação que não permite que o poder decisório de crescimento ou desenvolvimento socioeconômico esteja evidentemente nas mãos destas localidades centrais. O processo de polarização não pode ser entendido de forma disjunta de outros processos, porém este define a hierarquia urbana e a natureza desigual e combinada do processo de desenvolvimento capitalista. (BRANDÃO, 2001)

Outro elemento a ser considerado são as estruturas locais de poder. Produto de ações políticas, econômicas, administrativas, militares, o poder exercido sobre o espaço geográfico confere materialidades, delimitação, controle. O espaço regional apresenta-se também como parte integrante de um conjunto, e neste sentido é visto como um espaço aberto e integrado onde se estabelecem relações de força entre os elementos internos e entre a região e o todo. Esta relação, em especial, exerce sobre a região uma ação de domínio nos planos financeiro e político, ao mesmo tempo em que, no âmbito administrativo, coloca a região entre o poder central e os atores locais.

“O poder, financeiro e político, isto é, a capacidade superior de decisão, escapa sempre à região; ele é ‘deslocalizado’. Por isso a região é sempre o instrumento ou o âmbito da dominação” (KAYSER, 1980, p. 282).

Na perspectiva social, o poder local, exercido pelos indivíduos, permite unir as populações, fazer com que cada indivíduo participe ativamente na resolução dos problemas e necessidades sociais. Mas, para consolidar o poder local é necessário que as pessoas se reconheçam como parte integrante daquela região e tenham condições democráticas para o exercício do poder.

Ao exercer seu poder, as instituições e/ou pessoas territorializam o espaço, de forma ordenada e gradual, e imprimem nele suas características. Isso acontece em níveis, em escalas diferentes e interligadas. No caso, por exemplo, da universidade o espaço acadêmico é um importante ambiente para o exercício do poder, e onde é possível aproximar, com maior equidade, agentes e/ou atores sociais, políticos e econômicos para que juntos construam condições básicas para o estabelecimento de relações de cooperação e complementaridade voltadas para o desenvolvimento local/regional. Percebe-se, aqui, que as unidades de ensino atuam em uma escala de convivência, do indivíduo, e respondem pela interlocução entre o local/regional e o global.

Numa escala regional, vê-se que os territórios constituídos pelas universidade estadual representam, para o governo, um território de planejamento e de grande importância para adequação entre as ações de escala nacional e as de escala regional. Já o Ministério da Educação percebe como território os limites políticos do país, aonde irá fomentar e controlar os grupos sociais envolvidos na produção e difusão de conhecimentos.

2.1.2 Escalas de ação e poder

A produção das escalas geográficas está inter-relacionada com o exercício e alcance do poder, ao logo da evolução das sociedades e dos sistemas econômicos. Globalização, desenvolvimento regional/local, complementariedade e disputa global-local, limites/fronteiras, poder local, todas essas questões, em maior ou menor intensidade, remetem às escalas espaciais e sua inter-relação com a forma territorializada em que se desenvolvem as políticas pública. Trata-se então de uma

abordagem qualitativa na qual se analisam as escalas políticas de poder e ação, sobretudo na relação local e global. (VAINER, 2001)

Considerar as escalas espaciais para compreender os fenômenos é um exercício importante e complexo. Os fenômenos são produzidos e reproduzidos em múltiplas escalas e a partir de relações sociais multiescalares. Hoje, a interpretação dos fenômenos sociais para a gestão do território, distingue-se em duas escalas de análise e ação. De um lado, a escala gerencial, na qual as políticas de expansão da educação superior possuem um carácter normativo e homogêneo, sendo elaboradas em escala nacional e aplicadas nas demais escalas geográficas. Do outro lado, tem-se a escala operacional, na qual as políticas possuem uma lógica de atuação espacialmente diferencial, pautada em relações de proximidade e afastamento dos atores sociais.

Na prática, significa que as escalas gerenciais e operativas, das políticas de expansão da educação superior, representam uma dificuldade adicional a efetiva gestão e desenvolvimento dos territórios. Mas, qual a escala de análise adequada ou prioritária para a elaboração e execução das políticas públicas de educação superior?

Antes de responder o questionamento é preciso fazer algumas considerações acerca do conceito de escala. A primeira delas, e talvez a mais importante, refere-se à necessidade de diferenciação entre escala geográfica e escala cartográfica. A confusão entre as duas escalas é apontada por Racine, Raffetin e Ruffy (1983) como sendo a fonte de ambiguidades ou interpretação falaciosas. O problema inicial está na adoção, pelos geógrafos, do conceito de escala geográfica como sinônimo de escala cartográfica.

A escala cartográfica exprime a representação do espaço como 'forma geométrica', enquanto a escala que poderíamos e, sob muitos aspectos, deveríamos qualificar de geográfica, exprime a representação da relação que as sociedades mantêm com esta 'forma geométrica'. (RACINE, RAFFETIN e RUFFY, 1983, p.124)

A escala geográfica deve ser entendida como uma leitura espacial das relações sociais, de cunho essencialmente qualitativo. Esse entendimento é central na elaboração e execução de políticas de expansão da universidade pública, pois, geralmente o processo de escolha da localização dos novos *campi* (ou as unidades acadêmicas) baseia-se em recortes espaciais de semelhante ordem de grandeza, desconsiderando a realidade dos recortes e a adequação a política.

Os estudos realizados na prática da Geografia frequentemente utilizam-se de mecanismos de interpretação de escalas. No entanto, “a escolha das escalas de análise é arbitrária, muitas vezes aleatória, quase sempre não explicitada” (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983, p.124). Fato que incide em possíveis distorções ou até interpretações equivocadas da realidade estudada.

Nesse sentido, ressalta-se a segunda consideração acerca do entendimento sobre escala geográfica – sua função *mediadora das configurações observadas*. “a escala geográfica se inscreve num processo contínuo cujo caráter de reversibilidade pode fazer aparecer [...] um fenômeno tanto homogêneo (ou uniforme) como heterogêneo (ou concentrado)” (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983, p.125).

Depois, a função de *pertinência da mediação*. A escala de observação e o atributo associado a ela devem ter correspondência relacional. “Cada estudo merece ser colocado dentro de sua perspectiva correta, isto é, dentro de seu campo de pertinência, não somente em relação à área escolhida, mas também em relação ao tipo de dados utilizados na análise” (RACINE, RAFFESTIN e RUFFY, 1983, p.125).

A escala geográfica também tem a função de filtrar e evidenciar as informações necessárias a ação bem-sucedida no território. Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983, p.128), esta função se impõe a partir da necessidade de representar a realidade na qual se insere. Do conjunto de elementos reais apresentados no espaço geográfico é preciso recortar um subconjunto pertinente a uma dada intenção. “Se o recorte for coerente e pertinente, a ação [...] será possível e bem-sucedida”. Mas, se o recorte for incoerente ou insuficiente, os elementos serão inadequados podendo não serem percebidos ou terem seu significado modificado.

Considerando a pesquisa desenvolvida, tem-se a seleção de diferentes níveis de análise espacial para as políticas públicas. De um lado tem-se a ação do governo estadual para a criação de *campi* ou de unidades de ensino da UPE, pautado nas estratégias de desenvolvimento regional do estado de Pernambuco. De outro, a leitura do governo federal para construção das diretrizes nacionais para a expansão da educação superior. E em um terceiro nível tem-se os municípios e/ou regiões que apresentam uma leitura mais operacional das políticas, a qual deverá estar coerente com às práticas desenvolvidas pela UPE para todo o estado. Cada nível expressa a características específicas das escalas utilizadas, e articulação e coerência entre si permitirá maior ou menor sucesso das políticas.

Esse entendimento talvez seja a resposta para a questão proposta no início da seção - Qual a escala de análise adequada ou prioritária para a elaboração das políticas públicas de educação superior?

Para Racine, Raffestin e Ruffy (1983), não há uma escala geográfica adequada, cada escala serve a um propósito específico, ela mostra e esconde, homogeneiza ou não fenômenos, produz análise pertinente ou falaciosa. As escalas de análises devem ser mediadoras das configurações observadas, das preocupações sociais, e não devem se restringirem as preocupações técnicas que somente se interessam pelas variações de ordem de grandeza das escalas. Para os autores, a partir do momento em que se transcende a visão cartográfica das escalas geográficas e as caracterizam enquanto escalas de ação e poder, será possível o aprimoramento, correção de falhas, organização e gestão territorial.

Ainda respondendo o questionamento, Vainer (2001) defende que ele não é válido, pois tem como base premissas equivocadas. As diferentes escalas não são opostas ou excludentes. E é preciso assumir uma “abordagem capaz de combinar, ao invés de opor, as múltiplas escalas, conformando o que designamos de estratégias (analíticas e políticas) transescalares” (VAINER, 2001, p. 14). Este movimento possibilitará melhor compreensão dos fenômenos que estão imbricados.

No âmbito da globalização, a reconfiguração territorial e a quebra de fronteiras possibilitaram a coexistência de diferentes escalas em um mesmo lugar. Hoje, é comum encontrar na escala local (aqui representada pelos municípios) elementos pertencentes a escala nacional ou global, articulando-se apenas com o poder local ou entre si.

Assim, a presente pesquisa irá verificar a articulação entre as diferentes escalas. Pois, acredita-se não haver clareza, por parte dos gestores, da articulação entre as escalas produzidas pelas políticas de educação superior, devido à fragmentação da estrutura do sistema de ensino e aos múltiplos atores e escalas de ação, diminuindo a possibilidade de ações mais eficazes sobre o território.

Para tal verificação, assume-se dois critérios para a definição das escalas geográficas de poder e gestão estudadas: um de cunho político-administrativo voltado para a ação do Estado e outro “não institucionalizado, resultante da ação ou da gestão dos atores locais/regionais sobre o território” (RÜCKERT, 2010, p.4). O primeiro critério está atrelado ao Estado e sua estrutura de intervenção nos territórios, no qual de um lado tem-se a divisão político-administrativa do Brasil na esfera nacional,

estadual e municipal, e do outro lado a divisão do Estado de Pernambuco em Regiões de Desenvolvimento (RD).

Já o segundo critério refere-se “às escalas de gestão em âmbitos locais e/ou regionais, [...] definidas pela própria atuação dos atores locais/regionais sobre o território, levando a novos usos políticos e econômicos que tenham reflexos/implicações no desenvolvimento dos territórios” (RÜCKERT, 2010, p. 4).

2.1.3 Poder local

No contexto da globalização, os governos locais ganham centralidade no âmbito global. Isso decorre, por exemplo, do enfraquecimento dos governos nacional na integração, gestão e desenvolvimento dos seus territórios.

Simplificando, podría decirse que los estados nacionales son demasiado pequeños para controlar y dirigir los flujos globales de poder, riqueza y tecnología del nuevo sistema, y demasiado grandes para representar la pluralidad de intereses sociales e identidades culturales de la sociedad, perdiendo por tanto legitimidad a la vez como instituciones representativas y como organizaciones eficientes. (BORJA e CASTELLS, 1997, p. 18)

Ainda em uma visão global, Borja e Castells (1997) percebem repetidos movimentos dos governos nacionais de recuperarem suas representatividades e poder de ação, criando instituições políticas supranacionais, visando os fluxos financeiros globais e as empresas multinacionais. No entanto, permanece fragilizada a função dos governos nacionais de integrar seus territórios, no âmbito social e cultural. Em muitos casos, os interesses globais se expressam no local na perspectiva de homogeneização dos processos sociais e culturais visando seus próprios interesses capitalistas. Aumenta a necessidade das sociedades locais fortalecerem as relações e defenderem sua autonomia e identidade.

Porém, continuam os autores, a depender da realidade, os governos locais são reféns dos governos nacionais ou de atores econômicos e políticos globais, devido sua dependência financeira e política com governos em instâncias superiores. E desse modo não possuem poder ou liberdade para se oporem as transformações, muitas vezes impostas, por atores externos a sua realidade.

No Brasil, esse panorama é comumente verificado. Com dimensões continentais, o país concentra grande diversidade no âmbito físico-natural, social, culturais, econômico. Ao mesmo tempo possui grande desigualdade territorial,

decorrente de seu processo de colonização e acentuada pelos processos de construção social, econômica e política ao longo da história do país. O quadro que se apresenta coloca lado a lado processo opostos (riqueza/pobreza, concentração/desconcentração, heterogeneidade/homogeneidade, avanço/atraso, tecnologia/obsolescência, entre outros) que se concentram em maior ou menor proporção nos territórios, variando segundo a escala de análise, como por exemplo: região nordeste, região sudeste, São Paulo, João Pessoa, RMR, Sertânia, Garanhuns e sua hinterlândia.

Na tentativa de resolver os problemas de desigualdades territoriais, o governo federal, na maioria das vezes em parceria com os governos estaduais e municipais, desenvolve políticas, programas e projetos públicos voltados ao enfrentamento as desigualdades, como por exemplos, territórios da cidadania, jovem aprendiz, primeiro emprego, Brasil alfabetizado, bolsa família, expansão do ensino superior. Entre exemplos de sucessos e fracassos, as ações esbarram na dificuldade de gestão territorial dos municípios (ou estados), seja pela falta de recursos financeiros, pela falta de qualificação técnica dos atores, ou pela estrutura política de corrupção. A dependência financeira dos municípios talvez seja a maior fragilidade da escala local. A grande maioria dos municípios brasileiros possuem mais de 50% de sua renda de repasses governamentais e aposentadorias

As receitas próprias dos municípios mostraram-se insuficientes para arcar com as atribuições adquiridas tornando-se necessária a transferência de grandes quantias da União para Estados e Municípios. As diferentes realidades em termos de tamanho e desenvolvimento urbano e social existentes nos municípios brasileiros faz com que a situação tributária no país seja bastante heterogênea. (FERREIRA et al, 2016, p. 01)

O processo de criação de municípios ao longo da história responde por parte da fragilidade da malha urbana dos estados brasileiros. Ou seja, os governos locais, ou municipais, são em sua maioria frágeis e dependem do governo nacional. Mas, segundo Borja e Castells, apesar dessa situação, o governo local possui vantagens e maior poder e eficiência que os governos estaduais e nacionais.

Pero, en cambio, los gobiernos locales disponen de dos importantes ventajas comparativas con respecto a sus tutores nacionales. Por un lado, gozan de una mayor capacidad de representación y de legitimidad con relación a sus representados: son agentes institucionales de integración social y cultural de comunidades territoriales. Por otro lado, gozan de mucha más flexibilidad, adaptabilidad y capacidad de manobra en un flujo entrelazados, demandas y ofertas cambiantes y sistemas tecnológicos descentralizados e interactivos. (BORJA e CASTELLS, 1997, p. 19)

A defesa é muito clara, os governos locais são capazes de desenvolverem com maior eficiência, funções historicamente pertencentes aos governos nacionais. Um dos fatos, que contribuíram para a centralidade do poder local foi o pacto federativo do Brasil presente na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no qual regulamenta a descentralização o poder político-administrativo do Brasil constituindo três entes federados – município, estado, união. Assim, enquanto entes federados com autonomia político-administrativa, os governos locais possuem condições de: (a) atrair empresas nacionais e internacionais, se inserindo competitivamente em outras escalas de gestão; (b) diálogo com as estruturas locais de poder, oferecendo base histórica e cultural para a coesão social.

Borja e Castells (1997) chama a atenção para a complexidade da globalização, quando a considera um processo aberto, variável e interativo, dependente da articulação entre tecnologia, economia, sociedade e espaço.

O poder local constitui-se como um conjunto de relações sociais multiescalares, articuladas e superpostas, em um determinado espaço, e regidas por interesses econômicos, políticos, sociais. Assim, esse conjunto de relações congrega atores e interesses diferenciados, e até mesmo contraditórios.

Esse poder local se organiza no âmbito da escala local respondendo por interesses dos atores locais, mas também responde por interesses de atores de outras escalas. E nesse sentido, adota-se o município como a representação territorial desse poder local. Que materializa os projetos e programas das políticas públicas.

Lo global y lo local son complementarios, creadores conjuntos de sinergia social y económica, como lo fueron em los albores de la economía mundial em los siglos XIV-XVI, momento em que las ciudades-estado se constituyeron em centros de innovación y de comercio a escala mundial. La importancia estratégica de lo local como centro de gestión de lo global em el nuevo sistema tecno-económico puede apreciarse em tres ámbitos principales: el de la productividad y competitividad económicas, el de la integración socio-cultural y de la representación e gestión políticas. (BORJA e CASTELLS, 1997, p.14)

Os argumentos apresentados versam ao intuito central da tese - discutir o poder local frente as políticas de expansão da UPE.

Segundo Endlich (2006), pensar no poder local e suas formas institucionais é pensar também nos interesses multiescalares que o envolve. Em certo modo isso pode significar fragilidade das instâncias locais, que para se apropriar da escala local devem transpor os interesses advindos de escalas maiores. No entanto, governos locais que mantem uma relação de dependência política e financeira com outras

esferas administrativas, possuem maior fragilidade e menos poder para controlar os interesses políticos e econômicos de atores nacionais/globais (BORJA e CASTELLS, 1997). Esse é um quadro comumente encontrado nos municípios brasileiros, sobretudo os pernambucanos.

Comumente encontra-se nos territórios disputas de poder, para beneficiamento próprio das instituições, o que significa maior competição e menor cooperação entre os atores sociais e atores políticos/econômicos.

O poder local adquire importante centralidade nas políticas públicas do Brasil, devido a descentralização política e administrativa do país e ao processo de integração global dos territórios. Esse contexto é atual e está pautado no processo de globalização, responsável entre outras coisas pela reorganização dos territórios e mudança das relações de poder.

As estruturas locais de poder não ficam inertes as mudanças do quadro global. Ao mesmo tempo que forem interferências, respondem por alterações na relação local-global potencializando ou cerceando o desenvolvimento dos territórios. O poder local é multifacetado e socialmente construído e reconstruído, ora pela relação local-global ora pela relação local-local.

Uma das hipóteses da tese é que as estruturas locais de poder geram fortes dificuldades na implementação e desenvolvimento da UPE, à medida que coordenam a tomada de decisão dos atores envolvidos e monitoram as ações públicas. Para efeito de verificação desta hipótese, os elementos que configuram a estrutura local de poder são: a centralidade da cidade, a densidade institucional, as redes institucionais, além das características sociais, culturais, políticas e econômicas da cidade, que permeiam e direcionam as relações sociais. Já os atores são classificados, a partir de Rückert (2010), em três grupos: Estado, sociedade civil e mercado. Os valores e concepções de todos esses atores interferem na formulação e adoção das políticas públicas.

Em uma primeira aproximação com o objeto de estudo, identifica-se como atores do Estado as secretarias, órgãos do governo, universidades públicas, autarquias, instituições de fomento, de tecnologia e de pesquisa. Os atores representantes da sociedade civil são associações, cooperativas, representações de classe, ONGs, escolas de ensino básico e de ensino técnico. E os atores representantes do mercado referem-se a empresas locais, nacionais e multinacionais, sistema S.

2.2 CONSIDERAÇÃO SOBRE O PROCESSO DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTO

A compreensão do processo de difusão de conhecimento dentro da Geografia pressupõe a leitura sobre a difusão de inovações. Trata-se de uma leitura sobre consumo e sua localização no espaço. Alguns elementos são essenciais ao processo de difusão de inovações - tempo, hierarquia, mobilidade, continuidade, mudança. É um fenômeno marcadamente socioeconômico. Através dele pode-se compreender as mudanças na organização social, política e econômica de uma determinada sociedade num determinado intervalo de tempo. Ou seja, os estudos de difusão, seja qual for seu ângulo de análise, produzem informações importantes para a compreensão do uso e organização do espaço.

O avanço da tecnologia contribui para o aumento da capacidade de produção e dos fluxos de informação, privilegiando os segmentos modernos e mais dinâmicos que tiverem acesso às novas tecnologias. Este processo de modernização da produção, em escala mundial, permite a difusão das inovações, ou seja, a expansão territorial das tecnologias e/ou dos produtos.

Há mais de cinquenta anos, bem antes da Revolução da Informática, Torsten Hagerstrand já discutia efeitos do processo inovativo sobre o território. Sua teoria de difusão de inovação foi publicada em 1953, intitulada Difusão de Inovações como Processo Espacial³, na qual identifica modelos gerais a partir de regularidades observadas empiricamente. De acordo com Bradford (1987, p. 191), Hagerstrand caracteriza a difusão de inovações como sendo um “processo pelo qual a inovação é gradualmente adotada por [um] crescente número de pessoas através do espaço e ao longo do tempo”⁴.

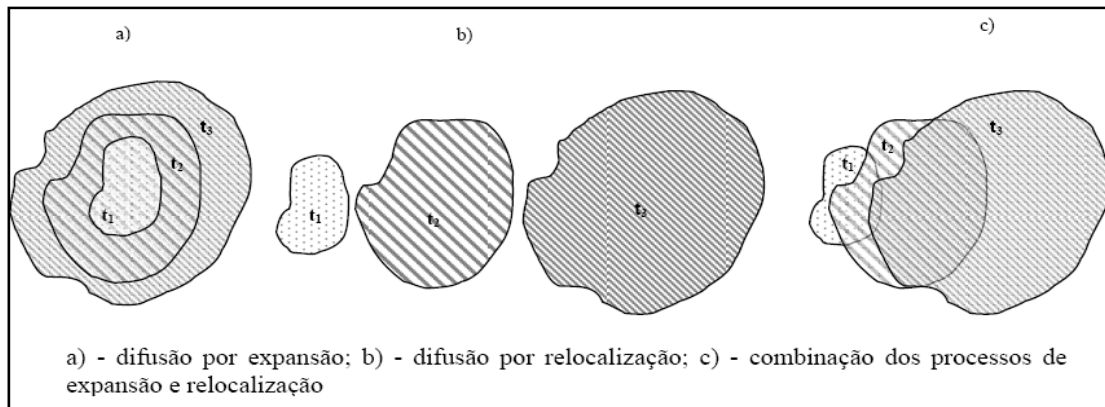
Segundo Hagerstrand, o processo de difusão ocorre de duas formas: difusão de inovação por expansão - quando a inovação é adotada sucessivamente pelos indivíduos, de modo que o evento a ser difundido permanece na região de origem e o número de adotantes aumenta ao longo do tempo –; difusão de inovação por realocação - quando há um abandono da área inicial para outras, envolvendo igualmente a propagação espacial dos eventos a serem adotados, em decorrência das inovações.

³ Trabalho originalmente em sueco publicado em 1953, o qual foi traduzido para o inglês em 1967.

⁴ As idéias de Hagerstrand apresentadas a seguir foram derivadas de Bradford (1987), em vista da dificuldade de obtenção dos textos originais daquele autor.

Haggett, apud Nossa (2005), em seu livro *The Geographical Structure of Epidemics* chama a atenção para a possibilidade de uma área apresentar uma combinação entre os dois processos de difusão – expansão e realocização. Como mostra na figura 1:

Figura 1 - Tipos de difusão espacial



Fonte: Haggett, *apud* Nossa, 2005.

Hagerstrand destaca que estes tipos de difusão ocorrem de maneira gradual e diferenciada no espaço. O autor propõe três estágios de difusão: o primeiro estágio (t1) refere-se ao início do processo de difusão, no qual os condutores da difusão são os agentes mais importantes. Em termos de adoção, nesse estágio é evidenciado o contraste entre o centro inovador e as áreas periféricas que ainda não adotaram a inovação; o segundo estágio (t2) mostra o momento de difusão em que a curva de aceitação e adoção da inovação tem um elevado crescimento; o terceiro estágio (t3) é caracterizado pelo aumento relativo do número de adotantes em regiões distantes da origem. Este último estágio representa também a tendência para a saturação, sendo também caracterizado por uma evolução lenta do processo, podendo ocorrer interrupções em pequenas regiões.

Segundo Bradford, Hagerstrand também chama atenção para a existência de interferências no processo de difusão que afetam sua rapidez e padrão geográfico. Estas interferências são condicionadas ora pelo comportamento dos indivíduos frente à inovação, ora pela distância física entre a área inicial e a área de expansão. Em síntese, o estudo de difusão proposto por Hagerstrand preocupa-se com a propagação dos aspectos econômicos no espaço em sucessivas escalas. Harvey (1980) crítica a ausência da interpretação da complexidade da dinâmica social nos estudos de difusão realizados pelos geógrafos. Para o autor, o processo de difusão

da inovação deve ser examinado a partir de dois aspectos: espacial (proximidade locacional) e sociocultural (personalidade do indivíduo, o que interfere na aceitação ou não da inovação).

Além de Harvey, a teoria de difusão de inovação proposta por Hagerstrand também recebe críticas de Santos (1979), segundo o qual a teoria limita-se a interpretar a realidade através de modelos abstratos e análise quantitativa. Milton Santos ressalta importância e interferência do tempo histórico das formações sociais e da visão concreta dos lugares na teoria de difusão.

Na atualidade, a inovação tecnológica caracteriza-se como um processo coletivo, no qual demanda-se a participação e interatividade de diversos agentes, de forma que o conhecimento adquirido por cada parte seja compartilhado e trocado, pressupondo retro-alimentação e acúmulo de conhecimento ao longo do tempo. Assim, a produção de conhecimento e inovação é vista a partir de uma abordagem sistêmica, não-linear. Essa é uma abordagem neoschumpeteriana da inovação tecnológica, que tem como princípios a coletividade, interatividade, cumulatividade e não-linearidade, sendo o conhecimento construído, além de interativo, um fenômeno localizado e particular. (GAMA, 2004)

Volta-se, assim, para a caracterização dos territórios inovadores (pólos econômicos, sistemas tecnológicos etc.) e para a investigação das condições locais que facilitam ou dificultam o processo de aprendizagem e inovação das empresas. Para tal, a Geografia trabalha com três linhas de abordagem: a primeira busca a configuração industrial, a segunda refere-se à “infra-estrutura tecnológica do território e a terceira centra-se nas questões culturais e institucionais”. (MALMBERG, *apud* GAMA, 2004)

Além disso deve-se considerar que a atual contração espaço-tempo, decorrente do processo de inovação tecnológica e sua difusão, acarretam modificações sociais, econômicas, políticas e culturais no padrão de escolha do território de maneira seletiva, contínua e intensa (HARVEY, 1980).

3 A UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL E AS ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE DESENVOLVIMENTO

As questões discutidas no capítulo anterior evidenciam os efeitos da globalização na produção e no uso do conhecimento. As transformações no modo de produção, organização social, aceleração dos fluxos, integração e competitividade das regiões, tudo está ancorado no conhecimento. No âmbito da economia globalizada, pautada no conhecimento, “as diferentes formas de conhecimento localizado⁵ assumem particular importância na manutenção das vantagens competitivas das empresas e territórios” (GAMA, 2004, p. 72). Ao mesmo tempo, o mercado de trabalho, para se manter competitivo, investe na produção de conhecimento e demanda mão de obra cada vez mais qualificada. A titulação ou os níveis de escolaridade mais elevados aumentam as oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Esse é um panorama de escala mundial, que se materializa com maior ou menor intensidade dependendo das especificidades do território, e que dá centralidade à universidade. Pois, trata-se de uma instituição voltada para a produção e difusão de conhecimento. Assim, retoma-se antigas discussões sobre o papel da universidade e sua relação com o desenvolvimento dos países.

No contexto atual, a universidade figura como força motriz para as estratégias nacionais de desenvolvimento. Ela possui a capacidade de alterar, reorganizar e integrar-se a uma nova lógica de funcionamento social, político e econômico da região em que se insere, assumindo centralidade no funcionamento do sistema territorial e no fomento à atividade produtiva. Isso porque a universidade, em seu processo de formação acadêmico-profissional, deve desenvolver em seus alunos a capacidade de perceber o real, interpretar o fato científico e transformá-lo em produto, processo, em respostas para situações concretas. Nesse sentido, a universidade deve estar engajada, em constante diálogo com a sociedade.

⁵ Para Gama (2004), a construção do conhecimento localizado ocorre a partir de processos cumulativos de aprendizagem que se imbrica tanto no quadro de referência, quanto nas experiências cotidianas de cada agente ou ator. Sendo assim, o conhecimento localizado é particular e específico de cada território.

A produção intelectual de uma universidade deveria, em princípio, alcançar e interessar toda a comunidade, o entorno social de que é parte e que a mantém. Os problemas sociais, econômicos, culturais, educacionais e ambientais da comunidade e região em que está a universidade deveriam ser parte de sua temática de investigação, como objeto diagnóstico, proposição e desenvolvimento. (MENEZES, 2001, p.15)

Mas, muitas universidades brasileiras necessitam amadurecer enquanto instituição, em questões acadêmicas e ideológicas, buscando clareza sobre seu papel junto à sociedade e como contribuir para impulsionar o progresso científico e tecnológico associado ao desenvolvimento social. As universidades brasileiras refletem a variedade e a desigualdade regional do país, fato que deve ser ponderado nas políticas nacionais de desenvolvimento.

A história da universidade pública no Brasil desenvolve-se dentro de um amplo contexto de contradições e interesses políticos e econômicos. A organização e a função da universidade tiveram como variável o modelo de desenvolvimento econômico adotado (FÁVERO, 2006). A discussão mais recente data de 1995, quando no governo de Fernando Henrique Cardoso verifica-se um movimento progressivo de privatização do ensino superior que elevou o número de instituições de ensino superior privadas e a oferta de vagas.

A discussão que se segue traz uma leitura sobre a relação da universidade e dos projetos de desenvolvimento do Brasil, a partir da década de 1990, com o intuito de compreender a universidade herdada e as ações que dão continuidade a essas heranças.

3.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL: HERANÇAS E CONTINUIDADES

Segundo o estudo realizado por Minto (2006), grande parte dos estudos sobre universidade mostra análises e resultados muito negativos acerca do tratamento dado ao ensino superior no país.

Alguns termos tornaram-se cada vez mais usuais para qualificar o quadro atual do ensino superior. Sucateamento, mercantilização, desconstrução, precarização, destruição sistemática, empresariamento, privatização etc. são denominações recorrentes na literatura da década passada – também assaz presentes nas lutas dos movimentos estudantil, docente e sindical – que, sobretudo por seu caráter depreciativo, indicaram a direção nefasta que orientou tal processo de transformações da educação superior pública. (MINTO, 2006, p.140)

Para Minto (2006), a discussão sobre universidade tem seu ápice, sobretudo a partir da década de 1990, quando se ampliam os interesses em jogo e seus reflexos na sociedade. A mídia foi um importante instrumento para se difundir ideologia pró-reforma baseada na necessidade de expansão das matrículas, eficiência das instituições de ensino superior públicas, contenção de despesas. Nesse período, além das mudanças decorrentes do processo de globalização, duas reformas nacionais foram essencialmente importantes para a configuração da universidade pública atual. Trata-se da promulgação da Constituição Federal de 1989 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996.

No contexto atual, a universidade reaparece em posição estratégica para desenvolvimento socioeconômico das regiões em que se inserem. Ela possui a capacidade de alterar, reorganizar e integrar-se a uma nova lógica de funcionamento social, político e econômico da região, assumindo centralidade no funcionamento do sistema territorial e no fomento à atividade produtiva. Isso porque as universidades, em seu processo de formação acadêmico-profissional, devem desenvolver em seus alunos a capacidade de perceber o real, interpretar o fato científico e transformá-lo em produto, processo, em respostas para situações concretas. Nesse sentido, a universidade deve estar engajada, em constante diálogo com a sociedade.

A produção intelectual de uma universidade deveria, em princípio, alcançar e interessar toda a comunidade, o entorno social de que é parte e que a mantém. Os problemas sociais, econômicos, culturais, educacionais e ambientais da comunidade e região em que está a universidade deveriam ser parte de sua temática de investigação, como objeto diagnóstico, proposição e desenvolvimento. (MENEZES, 2001, p.15)

Mas, apesar do Brasil possuir universidades de grande relevância no desenvolvimento da ciência, existe muitas outras universidades que ainda são definidas pelas estruturas locais de poder político e econômico em que se inserem. O entendimento conceitual, processo de constituição e a evolução da educação superior explicam muitos dos entraves e desvios de função da universidade.

A ideia de universidade é mais complexa do que à primeira vista poderia parecer. A universidade é uma ideia histórica. Somente a partir de sua criação e da identificação dos rumos que ela tomou, como parte de uma realidade concreta, historicamente condicionada e em íntima relação com os valores e demais instituições da sociedade podemos chegar a aprender sua essência. (FÁVERO, 1980, p.9-10)

Nesse sentido, a conceituação de universidade é conflitante; depende do contexto em que se insere e, principalmente, do tipo de instituição e estrutura de poder

com a qual dialoga. “A criação de uma instituição de ensino é um projeto não somente técnico, científico e cultural, mas também um projeto ideológico; resulta da tomada de consciência do real, à luz do qual se apresenta como oportuno e viável” (FÁVERO, 1980, p.10-11). Essa é uma realidade comumente vista na história da universidade brasileira, a qual emerge permeada de valores dos atores que a controla.

Segundo Sampaio (2000), as primeiras escolas de ensino superior no Brasil datam de 1808, com vinda da família real portuguesa ao país, e foram criadas com o objetivo conferir status social e formar profissionais para específicos cargos, fato que por muito tempo caracterizou o ensino superior como um instrumento de diferenciação social, formação das elites e da mentalidade política do Brasil Império.

O ensino superior, desde seu início, apresentava-se desprovido de caráter nacional, influenciado por um espírito colonialista e colonizador [...]. Mantinha-se o privilégio de se fazer um curso superior, pela simples razão de persistir o privilégio de riqueza e de classe. Havia uma convergência na maneira de conceder essas instituições de ensino, tanto por parte das classes dominantes, quanto dos setores intermediários: de modo geral, poucos eram os que orientavam seus cursos para os problemas de nossa realidade. (FÁVERO, 1980, p.31)

Outra característica do ensino superior é a desvinculação com a base produtiva e processo de desenvolvimento do país, fato também influenciado pelo processo de colonização. No século XIX, tinha-se de um lado um país essencialmente agrário, e do outro a oferta de cursos superiores na área de Medicina, Direito e Engenharia. (FÁVERO, 1980)

De acordo com Araújo (2013), a universidade brasileira surge apenas no início do século XX, período republicano caracterizado pelo modelo de desenvolvimento econômico industrial baseado na substituição de importação apenas importava tecnologia e dispensava a pesquisa nacional. A universidade brasileira se desenvolveu a margem de um progresso técnico/tecnológico do país.

[...] criada exatamente no momento em que a industrialização deslançava no país, a universidade se concentrou, no entanto, na sua função de ensino e suas pesquisas, na grande maioria dos casos, não se entrelaçavam diretamente com as necessidades do novo padrão de desenvolvimento do país. (ARAÚJO, 2013, p.79)

Em 1920, registra-se a criação da primeira universidade⁶ no Brasil, quando “o governo federal reuniu escolas politécnicas, faculdades de direito e de medicina da

⁶ Segundo Fávero (1980), a Universidade do Rio de Janeiro (1920) é considerada a primeira universidade brasileira por ter sido instituída por força de um decreto do Governo federal. Pois décadas anteriores, registra-se o surgimento da Universidade de Manaus, criada em 1909 e extinta

então capital brasileira, origem da Universidade do Rio de Janeiro” (ARAÚJO, 2013, p.75). A universidade funcionava como um conjunto de faculdades direcionadas a formação de uma classe média urbana e formação de professores (ensino secundário e superior), além de responderem pelo desenvolvimento de um sentimento nacionalista da sociedade. Não havia preocupação com a construção de conhecimento, apreensão de novas formulações científicas e muito menos saber como aplicá-las para a resolução de problemas ou demandas da sociedade. (FÁVERO, 1980)

A universidade tinha o papel de transmitir um conjunto sistematizado de conhecimentos existentes. E esse modelo serviu de parâmetro para criação de outras universidades a partir de 1925, com a Reforma Rocha Vaz, que no Decreto nº 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, estabelecia: “Art. 260. Poderão ser creadas [sic], nos mesmos termos da do Rio de Janeiro, outras Universidade, nos Estados de Pernambuco, Bahia, s. Paulo, Minas Geraes [sic] e Rio Grande do Sul”.

O Decreto nº 20.179, de 6 de julho de 1931, dispõe sobre a equiparação de institutos de ensino superior mantidos pelos Governos dos Estados e sobre a inspeção de institutos livres, para os efeitos do reconhecimento oficial dos diplomas por eles expedidos.

Para Menezes (2001), a universidade no Brasil inicia concretamente, sua criação a partir da década de 1930, com várias instituições de caráter universitário e de pesquisa, que respondem por importantes avanços científicos, como: Universidade de São Paulo, em 1934; Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), em 1949; Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), em 1950; Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), em 1951. Esse cenário centra-se num modelo de realização de investigação científica e produção cultural sobretudo nas universidades.

Os anos seguintes verifica-se grandes mudanças na estrutura e organização do ensino superior no Brasil. As mudanças davam conta de questões referentes a gratuidade do ensino superior, federalização de instituições municipais, estaduais ou privadas de ensino superior, criação de universidades. É relevante lembrar que todas

em 1926, e a Universidade do Paraná, criada em 1912 e extinta em 1915, que se constituíram enquanto instituições privadas. O fato de não terem a chancela do Governo e de terem dito duração efêmera fizeram com que não fossem reconhecidas como as primeiras universidades por muitos autores.

essas questões foram debatidas e reivindicadas em momentos distintos do Brasil República, incluindo o governo militar. A importância dessa informação está na configuração política e econômica do país. A história do ensino superior sempre esteve atrelada e a serviço dos interesses minoritário da elite brasileira.

O cenário político econômico entre as décadas de 1960 e 1990 imprimiu na universidade uma estagnação e sucateamento da estrutura e produção.

Na verdade, todo o esforço para entender a problemática universitária dentro da história de um país consiste não apenas em conhecer as propostas teóricas a respeito desse tipo de instituição, mas sobretudo as ações dos grupos ou pessoas de onde emanavam as leis, portarias, normas etc., os interesses que os moveram a tomar tais medidas, os fins que tinham em mira, a significação que para eles tinham tal evento em determinado momento. E mais, é preciso tomar consciência das contradições que estas instituições apresentam em relação à sua própria natureza, como parte de um todo social histórico, onde não há unidade, identidade e homogeneidade. (FÁVERO, 1980, p. 18)

Nos anos de 1990 tem-se, de um lado, a reforma do Estado e a reconstrução do federalismo e da democracia no Brasil, e, de outro, a redefinição do papel da educação no país. A reforma do Estado foi conduzida pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que adotou um modelo gerencial da administração pública, pautado em princípios de eficiência, abertura comercial, desregulamentação dos mercados, eliminação dos instrumentos de intervenção do Estado, mercado e privatização de empresas e serviços públicos. De acordo com Bresser Pereira, propunha-se a “transição programada de um tipo de administração pública burocrática, rígida e ineficiente, voltada para si própria e para o controle interno, para uma administração pública gerencial, flexível e eficiente, voltada para o atendimento do cidadão” (BRASIL, 1995, p. 14).

A Reforma administrativa, ainda, criou e implementou diversos mecanismos de controle e avaliação de qualidade, pautados no conceito de eficiência, eficácia e produtividade dos serviços educacionais.

No meu entender, uma universidade produtiva é fundamentalmente uma universidade que produz conhecimento. Porque é para isso que a universidade foi criada, fundamentalmente para produzir conhecimento. Então, se ela não for produtiva, no sentido de não produzir conhecimento, ela não interessa. Não é universidade. Mas não é só conhecimento: ela produz conhecimento, conhecimento novo, mas tem que produzir ensino também. Ela tem que ensinar, e ensinar com boa qualidade. Se não produzir ensino, não é uma universidade. Se não fizer publicações, também não é universidade. (BRESSER-PEREIRA, 2000, p. 41)

Nesse sentido, as políticas de educação superior passaram a ser orientadas por três princípios fundamentais: flexibilidade, competitividade e avaliação. E de certo modo esses princípios colaboraram para o sucateamento da universidade pública e o rápido crescimento de instituições privadas de ensino.

O princípio de flexibilidade permitiu criar diferenciadas instituições de ensino superior, como: centros universitários, faculdades, institutos superiores de educação; além de novos cursos de ensino superior: tecnólogos, cursos sequenciais, mestrados profissionalizantes, cursos de educação à distância (graduação e pós-graduação). Positivamente houve o aumento do número de vagas no ensino superior, em um curto espaço de tempo. Houve uma expansão acelerada do sistema de ensino superior

Já o princípio da competitividade está no cerne das “organizações sociais públicas não-estatais”.

As políticas de educação superior, desde a segunda metade da década de 1990, têm estimulado um sistema de educação superior que rompe com o modelo previsto na reforma universitária de 1968, no qual a universidade era concebida e definida pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Como a universidade teve que se adaptar às exigências do mercado, seus currículos, atividades e programas sofreram alterações. Isso passou a acontecer para que o profissional tivesse garantia de inserção imediata no mercado de trabalho, segundo uma visão marcadamente instrumental da formação. (PAULA, 2011, p. 06)

As políticas adotadas pelo governo federal para a educação superior promoveram uma aceleração da expansão das instituições de ensino superior e o aumento no número de instituições privadas. O governo claramente induziu a ampliação da oferta de vagas no ensino superior a partir da expansão do setor privado e a consequente institucionalização do mercado universitário.

A Reforma do Estado acontece nos anos 90, quando efetivamente são percebidos o enfraquecimento e a desarticulação do Estado. Esse processo inicia-se nos anos anteriores e é a causa principal da crise econômica vivida nos anos 1980. Segundo Bresser-Pereira (1995), a crise econômica dos anos 1980 define-se por uma: I. Crise fiscal do Estado (perda do crédito público e poupança pública negativa); II. Crise do modo de intervenção da economia e do social (esgotamento do modelo protecionista de substituição de importações e fracasso do Estado do Bem-Estar no Brasil); III. Crise do aparelho do Estado (enriquecimento burocrático extremo) e IV. Crise política (colapso da coalizão entre empresários e militares e a consolidação da democracia na Constituição de 1988).

A reação imediata à crise - ainda nos anos 80, logo após a transição democrática - foi ignorá-la. Uma segunda resposta igualmente inadequada foi a neoliberal, caracterizada pela ideologia do Estado mínimo. Ambas revelaram-se irrealistas: a primeira, porque subestimou tal desequilíbrio; a segunda, porque utópica. (BRASIL, 1995, p. 11)

Também equivocadas foram às normatizações da administração estatal estabelecidas na Constituição Federal de 1988 que engessa e onera o Aparelho do Estado. “Os constituintes de 1988, entretanto, não perceberam a crise fiscal, muito menos a crise do aparelho do Estado. Não viram, portanto, que agora era necessário reconstruir o Estado, que era preciso recuperar a poupança pública” (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 05). A reconstrução do Estado deve, nesse contexto, permitir a superação da crise fiscal e redefinir as ações de intervenção no plano econômico e social. E mais,

conjuntamente, é preciso reformar o aparelho do Estado, e isto significa (1) tornar a administração pública mais flexível e eficiente; (2) reduzir seu custo; (3) garantir ao serviço público, particularmente aos serviços sociais do Estado, melhor qualidade; e (4) levar o servidor público a ser mais valorizado pela sociedade ao mesmo tempo que ele valorize mais seu próprio trabalho, executando-o com mais motivação. (BRESSER-PEREIRA, 1995, p. 8)

Em 1995, surge uma possibilidade contundente de resposta ao desafio da crise: reformar o Estado, conferindo-lhe autonomia financeira e capacidade de implementar políticas públicas. Esse desafio foi assumido pelo então criado Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado (MARE), que tratou de formular um plano integrado para as reformas o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, sob a responsabilidade do ministro Luís Carlos Bresser Pereira.

Este documento institui meios para melhorar os serviços e desempenho da administração pública a partir da gestão gerencial do aparelho do Estado, com base no discurso de eficiência e eficácia do setor público. E assim redefinir o papel do Estado em suas grandes áreas de atuação, em especial o setor de serviços sociais: educação, saúde, cultura e seguridade social. Nos anos seguintes a formulação do Plano foi realizada pontuais Reformas no Aparelho do Estado, a fim de modernizar e aumentar eficiência da administração pública.

É muito claro no Plano o objetivo de redefinir o modelo de gestão, de financiamento e de avaliação das instituições educacionais e científicas, além estabelecer mecanismos para melhorar os serviços e desempenho da administração pública. Dentre os projetos desenvolvidos para a Reforma no Aparelho do Estado, um

projeto é central para o sistema de educação superior, trata-se do projeto de descentralização dos serviços sociais do Estado.

O projeto propõe de um lado descentralizar os serviços educacionais⁷ (entre outros serviços sociais) do Estado para os estados e municípios, no que tange o ensino básico. E por outro lado propõe descentralizar os serviços educacionais (entre outros serviços sociais) do Aparelho do Estado, propriamente dito, para o setor público não estatal a partir do modelo de organizações sociais. Para o Estado, os efeitos do projeto são positivos, pois retira do Aparelho de Estado a responsabilidade gerencial e financeira de uma considerável parcela do sistema de ensino público.

Agora para o sistema educacional estas ações podem ter efeitos negativos. A transferência dos serviços educacionais do Estado para os demais entes federados exige a construção de uma infraestrutura e de uma competência gerencial que muitos estados e municípios não tinham. Já a segunda ação permitiu o avanço do sistema privado de ensino, que competitivamente ‘concorria’ com instituições públicas fragilizadas. Fato que impacta diretamente na qualidade do ensino oferecido pelo poder público e gera desigualdades sociais, no momento em que priva a população pobre do acesso a educação de qualidade.

Na educação superior, de responsabilidade da União prevista na LDB/97, outras ações têm maior impacto e promovem o sucateamento e desvalorização das universidades públicas. Trata-se do contingenciamento de recursos de custeio e capital; suspensão de concurso público para contratação de docentes e funcionários administrativos; e, por fim, o congelamento dos salários.

O discurso da eficiência no setor de educação superior, defendido no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, não promoveu a infraestrutura necessária como também não promoveu a autonomia financeira e administrativa da universidade. A boa qualidade dos serviços educacionais era atribuída às instituições não estatais e as universidades estatais foram atribuídas à ineficiência, morosidade e baixa qualidade dos serviços educacionais. Ao final, vê-se um avanço da rede privada de educação superior e um retrocesso e sucateamento das instituições públicas.

A leitura sobre o sistema educacional mostrava um setor em crise. Uma crise gerencial, de eficiência, eficácia e produtiva. Para Bresser-Pereira (2000, p. 43), “a

⁷ O processo de descentralização no âmbito educacional exigiu uma série de alterações legais no sistema de educação público sob a responsabilidade do MEC. Isso se verifica com a promulgada da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/ 1997), e diversos outros instrumentos legais.

universidade pública estatal brasileira é ineficiente [...] não produtiva. Ela tem um custo para a sociedade [...]. Em função disso, a universidade pública estatal brasileira vive uma crise de legitimidade [...] perdeu o apoio que devia ter na sociedade”.

Cenários recentes ao desenvolvimento das políticas de educação superior estão pautados na produção e difusão de conhecimento. Há muito tempo tem-se discutido sobre a importância do progresso científico e tecnológico para o desenvolvimento das nações. No entanto, o conhecimento em si não pode ser considerado suficiente para sustentar o processo de desenvolvimento. Em toda sua complexidade, observa-se que o desenvolvimento conjuga ações de diversos âmbitos da sociedade e difere-se no tempo e no espaço segundo a estrutura social que se apresenta.

Para desenvolver é preciso compreender a sociedade, formar pessoas capazes de produzir conhecimento, torná-lo acessível e aplicável às necessidades e anseios da população. Neste contexto, as instituições de ensino e pesquisa ganham importância a partir do momento em que se propõe valorizar o homem enquanto cidadão e instrumentalizá-lo para desenvolver suas atividades, tendo a ciência e a tecnologia como instrumentos.

A universidade reaparece em posição estratégica para desenvolvimento socioeconômico das regiões em que se inserem. Ela possui a capacidade de (re)organizar e integra-se a uma nova lógica de funcionamento social, político e econômico da região, assumindo papel importante no funcionamento do sistema territorial e no fomento à atividade produtiva. Isso porque as universidades devem, a partir da formação acadêmico-profissional, induzir e facilitar o desenvolvimento dos alunos, no que tange a capacidade de perceber o real, interpretar o fato científico e transformá-lo em algum produto e/ou processo, em respostas as situações concretas.

Para isso a universidade, entre outras coisas, deve estar em sintonia com o contexto em que se inserem. Ela deve voltar o olhar para o território, analisando fragilidades, potencialidades, ameaças e oportunidade ao seu desenvolvimento e gestão. Não é salutar que a formatação, em escala nacional, do ensino superior desencadeie processos de padronização e homogeneização do ensino. Pois, para desempenhar suas funções, e produzir efetivos positivos no desenvolvimento das regiões, as universidades precisam refletir necessidades e anseios específicos da localidade, ou seja, considerar as especificidades regionais, além de continuamente dialogar com a base produtiva e a estrutura social.

3.2A POLÍTICA DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

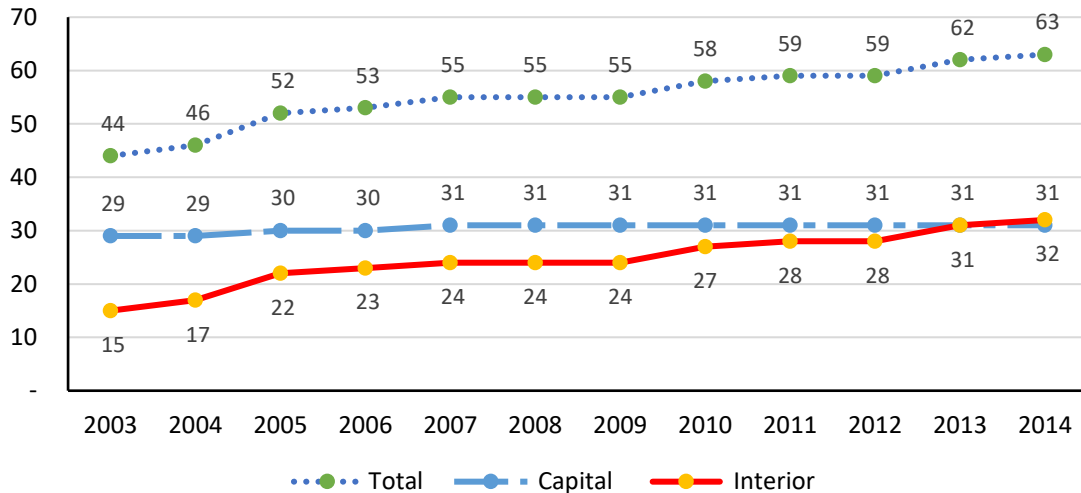
O governo federal, a partir 2003, adotou políticas de expansão da educação superior como parte de sua estratégia para o desenvolvimento socioeconômico e diminuição das desigualdades regionais do país. Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o Brasil possui grande concentração da população, base produtiva, infraestrutura socioeconômica e ciência e tecnologia na região sudeste e na faixa litorânea, nas demais regiões, e principalmente o interior do país, verifica-se grandes hiatos populacionais e econômicos. Este é um cenário herdado do processo de formação econômica e territorial do país, que ao longo do tempo vem se consolidando em um desenvolvimento desigual e expressivamente concentrado.

A leitura e as ações para reverter o cenário supracitado são particulares aos governos federais. O Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), entendeu que o Estado deveria atuar em áreas prioritárias que permitisse combater as desigualdades regionais e a segregação social. E uma das áreas prioritárias para receber investimentos do governo federal foi a educação superior, em especial a universidade pública, devido sua capilaridade regional, a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão, necessárias tanto para a formação de profissionais quanto para a produção e difusão de conhecimento no país.

Segundo Brasil (2015), foram direcionados esforços para o fortalecimento e expansão da universidade pública federal, tendo como linhas de ação: (a) Interiorização das universidades, (b) Reestruturação e expansão das universidades, (c) Criação de programas voltados à integração, desenvolvimento regional e programas especiais. Na prática, houve desconcentração do número de universidades federais localizadas nas capitais brasileiras e em cidades-polos, com o surgimento de novas universidades no interior do país, em cidades pequenas ou médias.

Do total de 44 universidades em 2003, 15 se localizavam no interior do país e 29 nas capitais. Em 2014, alcança-se uma quase paridade do número de universidades federais localizadas nas capitais e no interior, conforme o Gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Evolução do número de universidades federais



Fonte: Censo da Educação Superior.

Foi significativo o aumento do número de universidades federais no Brasil. De 2003 a 2014 foram criadas 18 universidades federais, 173 *campi* universitários federais, aumentando em 161 municípios atendidos. (Tabela abaixo)

Tabela 1 - Expansão da Rede Federal de Educação Superior

	2003 (a)	2014 (b)	(b - a)
Universidades	44	63	18
<i>Campi</i> /Unidades	148	321	173
Municípios Atendidos	114	275	161

Fonte: Censo da Educação Superior.

Tais resultados foram alcançados a partir de três fases específicas. A primeira delas, denominada de Expansão I, que compreende os anos de 2003 a 2007 e caracteriza-se pelo início do processo de interiorização das universidades, tendo como objetivo “reduzir as assimetrias regionais responsáveis pela concentração das universidades federais em metrópoles e regiões com maior poder aquisitivo” (BRASIL, 2015, p.8). Como resultados tem-se a criação de 10 universidades federais em regiões prioritariamente não metropolitanas e a implantação de 79 novos *campi* universitários federais.

A segunda fase, de 2008 a 2012, caracteriza-se, além da continuidade da interiorização, pelo processo de integração regional entre as unidades da federação e internacionalização da educação superior, em especial a integração latino-americana.

Nesse período foram criadas 04 universidades federais e implementados 69 novos *campi* e 09 unidades federais. (BRASIL, 2015)

A terceira e última fase, de 2012 a 2014, caracteriza-se pela continuidade das propostas anteriores, e pela implementação de políticas específicas de integração, fixação e desenvolvimento regional. Nesse período foram criadas 04 novas universidades federais e 47 novos *campi*.

O processo de interiorização da universidade pública para áreas historicamente pouco dinâmica, insere-se no escopo das ações do governo federal para desenvolvimento regional. O governo assume o discurso da relação linear entre Universidade e Desenvolvimento, no qual a universidade promove grandes mudanças na região em que se instala, levando a processos de reorganização, dinamização e atração de investimentos e pessoas. No entanto, as mudanças promovidas ocorrem em tempos e com repercussões distintas.

O primeiro momento é a instalação de uma universidade, onde se verifica grandes mudanças, expectativas e principalmente aumento da especulação imobiliária. A própria construção da estrutura física já permite incremento no setor de construção civil e mão de obra. Pequenos e médios estabelecimentos comerciais são atraídos para as proximidades da universidade, seja devido o fluxo e demanda dos estudantes ou dos docentes técnicos administrativos.

Depois, tem-se o momento identificado aqui como sendo o início do funcionamento da instituição, o qual pressupõe a instalação do quadro de pessoal da Universidade e do fluxo de estudantes, muitos deles podendo migrar para cursar a faculdade e depois retornar para seu lugar de origem. Esse momento também pode responder por uma diminuição das migrações de egressos do ensino médio que antes migrava para outras regiões, já que na sua não ofertava vagas. Os desdobramentos econômicos e sociais são variados e potencialmente indutores de maior dinamicidade econômica.

Por fim, o último momento. Aqui ocorrem processos de acomodação e calma. Nesse momento, começa a pesar questões subjetivas, como vocação, escolha da profissão, o quantitativo e a diversificação dos cursos ofertados. Também são ponderados o funcionamento da universidade e as repercussões no mercado de trabalho de seus egressos. Aqueles alunos sem recursos financeiros para migrar em busca de formação acadêmica tende a se fixarem na região, já aqueles outros que

dispõem de recursos ou condições favoráveis podem migrar dependendo das questões subjetivas supracitadas.

Implícito a essas fases tem-se a relação, o diálogo entre universidade-sociedade e universidade-mercado. Esse diálogo baliza as ações e efeitos da instituição com a região em que se insere e seu desenvolvimento.

Vale esclarecer que não se questiona as mudanças promovidas pela instalação de uma universidade ou campus. No entanto, considerando contextos de histórica desigualdade e baixo dinamismo regional, o funcionamento de uma universidade desvinculada de sua dimensão territorial pode limitar-se à atividade de ensino. A relação universidade – desenvolvimento demanda um conjunto de instituições que interajam entre si e com o território. A universidade sozinha tem impacto limitado no desenvolvimento das regiões.

Voltando aos resultados da política nacional de expansão, tem-se que:

Entre 2003 e 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal. (MEC, 2015, p.14)

Os resultados apresentados sinalizam mudanças significativas nas regiões Norte e Nordeste, considerando a ampliação da oferta de vagas e pela presença da universidade pública. Mas, também corrobora com a histórica disparidade entre as regiões. A desconcentração espacial da universidade das regiões de maior poder e centralidade para as regiões mais carentes pode induzir a mudança de fluxo populacional e de capital, dependendo das sinergias geradas nos territórios. Interfere nessa lógica a diversificação da oferta de cursos, no sentido de atender os anseios dos estudantes e as demandas locais/regionais. A diversidade de cursos é uma medida prevista pela política de expansão, como também a oferta de educação a distância, financiamento da educação superior, auxílio permanência, qualificação do quadro docente.

O quadro abaixo apresenta as principais ações desenvolvidas pela SESu frente aos objetivos propostos pela política de expansão da educação superior, e desafios encontrados em sua execução que buscou alcançar a expansão, qualidade e democratização da educação superior no país.

Quadro 4 – Principais ações realizadas pela SESu no período de 2003 a 2014.

Avanços 2003 – 2014
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de 18 novas universidades federais; • Criação de 173 câmpus [sic] de universidades federais em cidades do interior do país; • Lançamento, em 2003, do Programa de Extensão Universitária (Proext); • Criação, em 2004, do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); • Criação, em 2004, e implantação, em 2005, do Programa Universidade para Todos (Prouni) para estudantes carentes em instituições de ensino superior privadas; • Criação, em 2006, do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que apoia universidades públicas a ofertar cursos na modalidade de educação a distância; • Recuperação, a partir de 2003, e fortalecimento, a partir de 2006, do Programa de Educação Tutorial (PET); • Implantação, a partir de 2007, do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); • Implantação, em 2008, do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); • Criação, em 2008, do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), para estudantes das universidades federais; • Redesenho em 2010 do Fies, que facilita o acesso à educação superior para estudantes de baixa renda, em especial para estudantes das licenciaturas e de medicina; • Criação, em 2013, do Programa de Bolsa Permanência para estudantes das universidades federais; • Criação do Programa de Bolsa Permanência, para estudantes bolsistas do Prouni; • Aprovação, em 2012, e implantação, a partir de 2013, da Lei das Cotas nas universidades federais, com previsão de reserva de no mínimo 50% das vagas, até 2016, para estudantes oriundos das escolas públicas de ensino médio; • Lançamento, em 2014, do Programa Mais Cultura nas Universidades, que apoia projetos de arte e cultura propostos pelas universidades federais, com foco na inclusão social e no respeito à diversidade cultural. • Democratização do acesso à universidade, com o uso dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) nos processos seletivos; e • Expansão do ensino médico, com a criação de novas vagas e incentivo à realização de residências.

Fonte: BRASIL, 2015, p.27-28.

Estes são os resultados gerais das políticas de educação superior entre os anos de 2003 a 2014 do governo federal. Mas, tais resultados foram alcançados a partir de grandes mudanças na estratégia e planejamento das ações do poder público e na estrutura e organização das universidades, prioritariamente. Todas as mudanças decorreram de um conjunto variado de legislação e políticas públicas para a educação superior, das quais se destacam a Reforma Universitária de 1968 (Lei nº 5.540/68), a Constituição da República Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional de 1996, o Plano Nacional de Educação (PNE), o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

Considerando o alcance das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010), o governo federal adotou uma série de medidas direcionadas ao processo de democratização da Educação Superior do país. Dentre as medidas adotadas, a partir de 2000, para a expansão da educação superior no Brasil destaca-se os seguintes programas nacionais: Programa de Expansão da Educação Superior Pública/EXPANDIR, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI; Universidade para Todos/PROUNI; Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior/FIES; Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica; Universidade Aberta do Brasil/UAB.

3.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

De acordo com as discussões apresentado no capítulo, tem-se algumas considerações acerca do examinou da recente política de expansão da Universidade de Pernambuco e seu direcionamento ao diálogo com o território. O exame clarificou alguns entendimentos que permitem compreender as ações realizadas no *Campus Garanhuns*. Esses entendimentos são

. Nas últimas décadas, o Brasil conjuga grande avanço no quantitativo de oferta de vaga em instituições públicas de educação superior, no quantitativo de instituições de educação superior pública e na distribuição territorial das instituições.

. O processo de expansão do ensino superior público, na escala nacional, teve como linhas de ação: (a) a interiorização das universidades ou *campi*, (b) a reestruturação das universidades existentes e ampliação no número de vagas e cursos, (c) criação de programas específicos para integração, desenvolvimento regional e programas especiais. Ou seja, o processo de expansão pautou-se também na indução e geração de sinergias ao desenvolvimento.

. Pernambuco enfrenta históricos processos de grande concentração espacial da economia e da população e excessiva polarização da RMR, em especial no âmbito das decisões e gestão política-administrativa do estado, o que produz a grande diversidade e desigualdade territorial.

. Os últimos governos de Pernambuco direcionaram esforços para interiorizar o desenvolvimento do estado para as regiões mais distantes da capital, mas que possuem centralidade e poder de polarização.

. A agenda de interiorização de Pernambuco conjuga esforços direcionados a superação da histórica desigualdade regional, estimulando as potencialidades locais e promovendo a criação de um conjunto de equipamento de infraestrutura logística, econômica, institucional para as regiões mais distantes da capital.

. O processo de interiorização da infraestrutura técnico-científica de Pernambuco tem sido pautada (a) no fortalecimento da educação profissional, (b) no reforço da oferta de escolas técnicas estaduais e centros de qualificação profissional, (c) no oferta de vagas em universidade pública, (d) no apoio a manutenção e acesso da educação superior, com bolsas de estudo.

4 INTERIORIZAÇÃO: UMA AGENDA PARA O DESENVOLVIMENTO PERNAMBUCANO

Pernambuco enfrenta históricos processos⁸ de grande concentração espacial da economia e da população, e excessiva polarização da RMR, em especial no âmbito das decisões e gestão política-administrativa do estado, o que produz a grande diversidade e desigualdade territorial. Processos não muito dispares da realidade de outros estados brasileiros. A trajetória de planejamento regional evidencia esforços públicos voltados para a desconcentração e interiorização da infraestrutura institucional, social, econômica e tecnológica, seja através de aportes de recursos para investimento, seja pela construção de infraestrutura física, seja ainda através de incentivos à criação de renda e emprego.

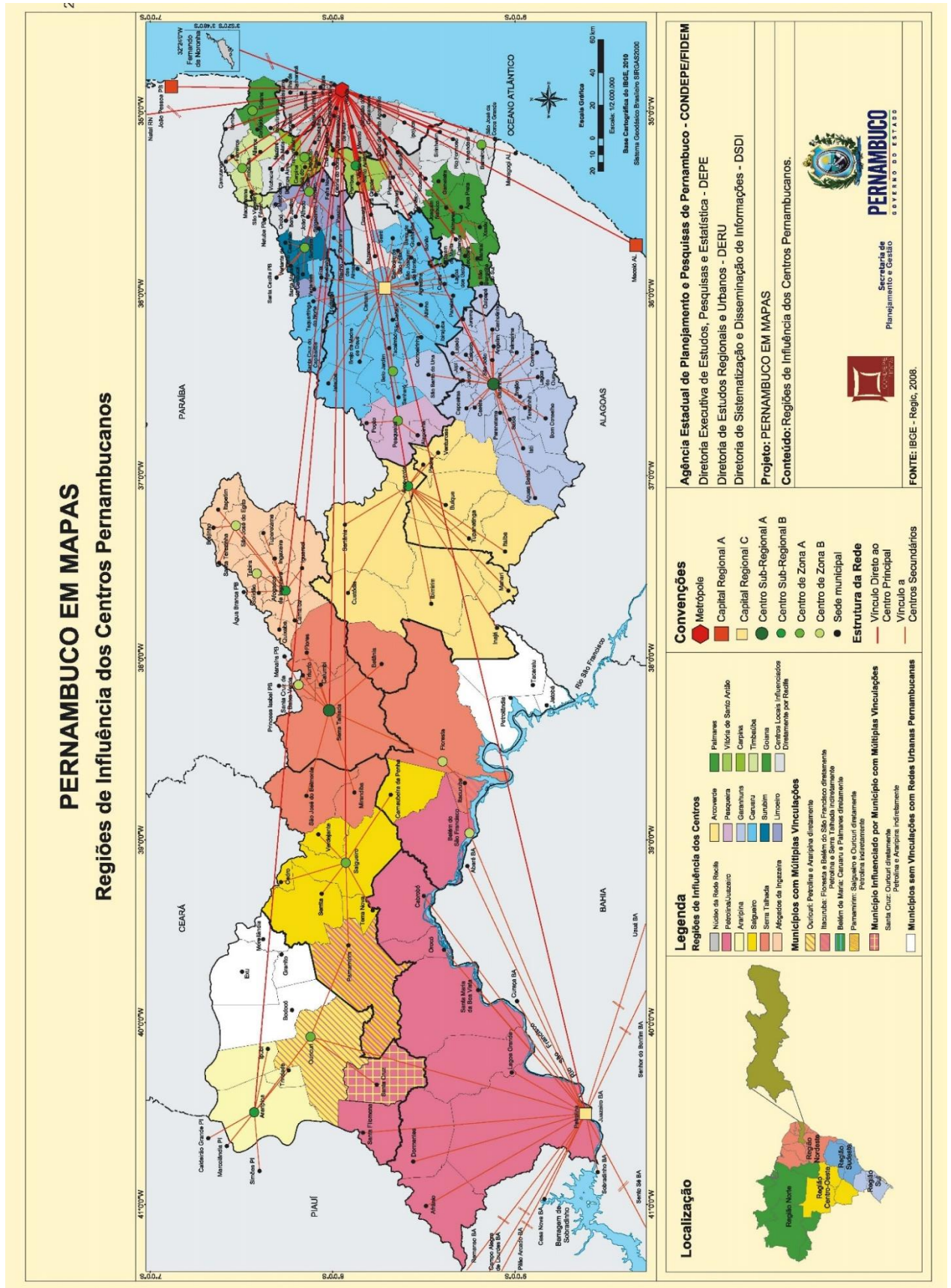
No entanto, os desafios apresentados são grandes e complexos, exigem articulação, prioridade e continuidade política. O enfrentamento de tais desafios deve caminhar no sentido de construção de uma agenda política multidimensional e multiescalar valorizando as especificidades e vantagens competitivas existentes nas diversas realidades pernambucanas. No entanto, dois condicionantes devem ser destacados, que dependendo do tratamento analítico realizado podem ser vistos como desafios ou potencialidades. O primeiro dele refere-se à localização e ao desenho geográfico do estado, que se apresentam inicialmente como potencialidade ao estabelecimento de relações comerciais regionais, polarização de fluxos e a articulação regional. Em termos de localização, Pernambuco situa-se na porção mais oriental da região Nordeste do Brasil, o que lhe confere vantagem na inserção de rotas marítimas e aéreas para os mercados internacionais e nacionais.

Quanto ao desenho geográfico, o formato longitudinal (leste-oeste) gera também vantagens competitivas para integração interna, na escala regional (Região Nordeste) e escala nacional, seja a partir da RMR (porção leste do estado), ou de Petrolina (porção oeste do estado), ou ainda de outras cidades médias do estado como Caruaru, Salgueiro e Serra Talhada, localizadas principalmente na porção central do estado. A RMR está a 900 km de Salvador - BA e Fortaleza - CE, duas capitais mais populosas da Região, de modo que, num raio de 300 km, partindo-se de Recife - PE, se alcançam três capitais nordestinas, João Pessoa - PB, Natal - RN e

⁸ Como, por exemplo, os ciclos econômicos da cana de açúcar, algodão, pecuária.

Maceió - AL, além de cidades de porte médio como Mossoró - RN, *Campina Grande* - PB, Caruaru - PE, Garanhuns – PE e Arapiraca - AL. Já Petrolina, cidade do extremo oeste do estado, distante mais de 700km da RMR, responde por importantes articulações com outras grandes e médias cidades do interior do Brasil.

Mapa 1 – Região de Influência dos centros pernambucanos.



Fonte: FREITAS, 2011.

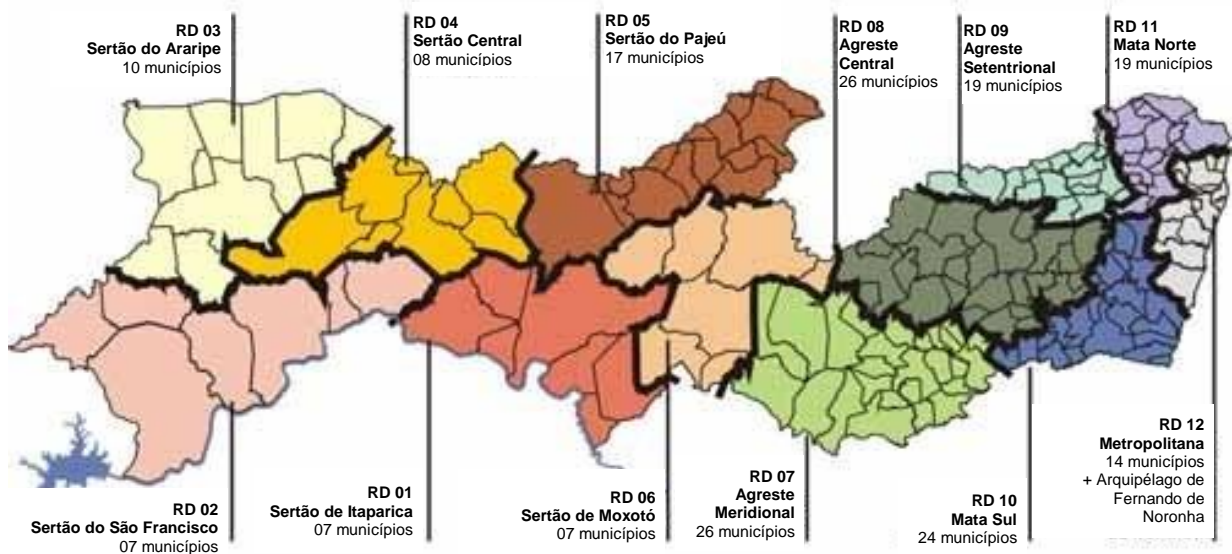
Entre os dois extremos (leste-oeste) do estado tem-se cidades de porte médio, como Caruaru, Arcoverde, Serra Talhada, Salgueiro e Araripina, que figuram como importantes entrepostos comerciais entre as rotas da região Nordeste com a região Centro-Sul do País. O fluxo comercial rodoviário entre os estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, têm no estado pernambucano o ponto de passagem obrigatório. Aquelas também polarizam uma grande quantidade de cidade do agreste e sertão nordestino. (REGIC, 2007)

De acordo com o CONDEPE-FIDEM (2013), a centralidade geográfica de seu território permite a Pernambuco uma influência macrorregional. Pois, a Região Metropolitana do Recife (RMR) se constitui em um dos maiores centros prestadores de serviços e de redistribuição de mercadorias do País, polarizando uma área com raio de aproximadamente 300 quilômetros. Essa situação é particularmente ressaltada pela posição específica de Recife na rede urbana brasileira. De acordo com o estudo do REGIC (2007), Recife figura entre os 12 principais centros urbanos do País, caracterizados pelo grande porte e por fortes relações entre si, possuindo em geral extensa área de influência direta.

O segundo condicionante refere-se à configuração político-administrativa do estado. A organização política de Pernambuco pauta-se em unidades de planejamento para ações territorializadas do governo do Estado de Pernambuco, chamadas de Regiões de Desenvolvimento (RD)⁹. Essa regionalização foi estabelecida a partir de um longo processo de formulação de planejamento regional, e inserida no contexto de desenvolvimento local apoiado na valorização das especificidades e vantagens competitivas existentes nas diversas regiões pernambucanas. Atualmente Pernambuco possui 12 Regiões de Desenvolvimento (RD) – Metropolitana, Mata Sul, Mata Norte, Agreste Meridional, Agreste Central, Agreste Setentrional, Sertão do Moxotó, Sertão de Itaparica, Sertão do Pajeú, Sertão do São Francisco, Sertão Central, Sertão do Araripe. (Ver Mapa abaixo)

⁹ A atual divisão está prevista no Plano Plurianual do Estado para o quadriênio 2004-2007, Lei nº 12.427, de 25 de setembro de 2003.

Mapa 2 – Regiões de Desenvolvimento de Pernambuco



Fonte: Agência Condepe/Fidem, 2017.

As RDs de Pernambuco podem ser vistas como facilitadoras do desenvolvimento regional do estado, principalmente por causa da possibilidade de resposta mais eficaz e efetiva aos problemas estruturais, diante da proximidade com os territórios. No entanto, quando se tornam delimitação obrigatória para o estabelecimento de diretrizes, programas, ações e objetivos da administração pública estadual, podem ser vistas como obstáculo. Em linhas gerais, as RDs representam uma importante estratégia de gestão territorial das ações do governo do Estado de Pernambuco, sua formulação acontece no âmbito do Programa Governo dos Municípios (PGM).

O PGM é particularmente uma ação pública de grande relevância para a agenda pernambucana de políticas de desenvolvimento local. O programa apresenta-se como uma “nova tendência de formulação e operacionalização de políticas públicas, marcada pela descentralização das decisões e da responsabilidade política e pela participação direta da sociedade na escolha dos caminhos que levem ao seu desenvolvimento”. Seu foco é na visão territorial integrada e gestão participativa entre atores sociais locais/regionais, nos diversos níveis político-administrativo do estado. (MELO, 2004, p.27)

Notadamente, não é do interesse dessa investigação discutir sobre o PGM. Mas, sua apresentação é importante para o entendimento das diretrizes do poder público do estado de Pernambuco nos anos 2000. O PGM foi um dos programas base

do governo de Jarbas Vasconcelos, no primeiro (1999-2003) e segundo (2003-2006) mandatos, estabelecendo ações prioritárias nas áreas de cidadania, equidade e competitividade, diversidade econômica e participação popular.

A implementação do PGM inicia uma série de ações voltadas para a promoção do desenvolvimento local e a interiorização do desenvolvimento no estado de Pernambuco, objetivando reduzir desigualdades socioeconômicas e criar novas oportunidades econômicas, a partir de incentivos, fomento e construção de infraestruturas nos municípios do estado. (MELO, 2004)

A regionalização proposta contempla os APLs e seus territórios produtivos e o processo de trabalho é formatado a partir de fóruns regionais. Deste modo, são identificadas as potencialidades e entraves do desenvolvimento local e definidos os investimentos para os projetos âncoras de apoio à infraestrutura produtiva, além da identificação e reconhecimento do capital social, estímulo ao empreendedorismo, ao sistema de inovação, ao fortalecimento da identidade cultural e regional, elementos fundamentais à estratégia. (MACIEL, 2006)

Deste modo, supõe-se que as ações para interiorização do desenvolvimento, implementadas no âmbito do PPA 2000-2003 e 2004-2007, contribuíram para estimular a diversidade e expansão da base econômica local e fortalecer a governança local, a partir da cooperação e dos arranjos institucionais considerando as dimensões econômicas e territoriais. Tudo em concordância com o modelo de gestão pública nacional pautada na eficiência e descentralização das atividades estratégicas do governo.

Entre 2000 e 2007, os programas prioritários do governo estadual pautavam-se em dois grandes eixos de ações estratégicas – equidade e competitividade. O primeiro eixo, direcionado para programas voltados a promoção da habitabilidade e qualidade de vida, da redução de pobreza, do conhecimento e educação (erradicação do analfabetismo), e da transparência, participação e cidadania (Governo nos Municípios).

Quanto às ações estratégicas para a competitividade do estado, buscava-se o fortalecimento da economia estadual nos contextos regionais, nacional e internacional, destacando-se ações voltadas para a formatação de infraestrutura de logística (rodovias, ferrovia, aeroporto, complexo industrial-portuário de Suape), de inovação e tecnologia, de qualificação para o trabalho (Agência do Trabalho e Centros Tecnológicos e de Educação Profissional), adensamento dos arranjos e cadeias produtivas

Assim tem-se um cenário socioeconômico com a realização de grandes obras estruturadoras que conferiram uma nova dinâmica à atividade econômica do Estado. Entre elas cita-se a duplicação da BR-232 (eixo principal de acesso ao interior), ampliação e modernização do Aeroporto Internacional dos Guararapes, expansão do Metrô do Recife. O conjunto de obras de infraestruturas realizado no período de 1999-2002 visava potencializar a atividade econômica no estado, “dentro de uma estratégia de reforço às cadeias produtivas regionais, na perspectiva da desconcentração da riqueza e da inclusão de todos os municípios pernambucanos”.

No que tange à economia do estado, o Produto Interno Bruto (PIB) é de, aproximadamente, R\$ 140 bilhões (IBGE, 2013), correspondente a cerca de 2% do PIB brasileiro e, aproximadamente, 15% do PIB nordestino. De acordo com a CEPLAN (Consultoria Econômica e Planejamento), em 2011, o estado de Pernambuco liderou os indicadores econômicos no nordeste brasileiro, possuindo um crescimento do PIB na indústria com um percentual de 5,4%, superando o índice nacional que ficou em, aproximadamente, 1% e o dos principais estados do Nordeste, Ceará e Bahia, que ficaram com indicadores percentuais negativos de -6,2% e -1,7%, respectivamente. É importante destacar que a economia pernambucana apresenta uma significativa diversidade na sua estrutura produtiva, mas tem uma forte presença do setor terciário (serviço), que equivale a, aproximadamente, 60% do total das atividades, seguindo, neste sentido, a uma lógica global da economia mundial.

O rápido processo de crescimento econômico, modernização e elevação da renda pernambucana não foi, contudo, suficiente para melhorar, no mesmo ritmo, a qualidade de vida da maioria da população, persistindo níveis elevados de pobreza e desigualdades sociais em Pernambuco. No fundamental, todos os indicadores sociais melhoraram nestas últimas décadas, mas de forma excessivamente lenta e, em vários deles, distanciando-se dos níveis nacionais e mesmo regionais. Por este motivo é importante destacar uma análise mais específica do Estado de Pernambuco para indicadores e índices da lógica social. Isso se torna importante porque faz o contraponto, dando uma melhor contextualização ao Estado para o panorama e análise situacional.

Inicialmente é verificado que Índice de Desenvolvimento Humano – indicador criado pelo PNUD, que combina dados de renda per capita, escolaridade e expectativa de vida – registrou 0,673, em 2010, colocando-o em uma faixa mediana de

Desenvolvimento Humano (IDHM entre 0,600 e 0,699). De acordo com o PNUD¹⁰ a dimensão que mais contribuiu foi o fator Longevidade, com índice de 0,789, seguido de Renda, com índice de 0,673, e, o pior, que é o de Educação, com índice de 0,574.

De acordo com o PNUD (2010), o IDH de Pernambuco passou de 0,440, em 1991, para 0,673, em 2010, enquanto o IDH do Brasil passou de 0,493 para 0,727, respectivamente. Isso implica uma taxa de crescimento de 52,95% para o estado e 47% para o país. No estado, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi a educação (com crescimento de 0,332), seguida por longevidade e por renda. No Brasil, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,358), seguida por longevidade e por renda. Pernambuco ocupa a 19ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras segundo o IDH. Essa situação na colocação mostra que o estado para esse índice está em uma situação desfavorável, pois está entre os últimos estados brasileiros.

Outro indicador importante para ser verificado é a evolução da desigualdade de renda (Índice de Gini) nesses dois períodos, que passou de 0,65, em 1991, para 0,66, em 2000, e para 0,62, em 2010, essa evolução indica que a desigualdade está diminuindo, pois quanto mais distante de 1 menos desigual fica o Estado de Pernambuco. A renda per capita média de Pernambuco, de acordo com o PNUD (2010), cresceu 90,80% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 275,49, em 1991, para R\$ 367,31, em 2000, e para R\$ 525,64, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento, nesse período, de 3,46%. A taxa média anual de crescimento foi de 3,25%, entre 1991 e 2000, e 3,65%, entre 2000 e 2010. Em resumo, crescimento muito abaixo quando comparados aos econômicos do mesmo período.

Outrora, até meados dos anos 2000, o Estado de Pernambuco possuía uma forte concentração, tanto da economia quanto da população, na Região Metropolitana de Recife, especialmente das frações mais intensivas em capital e conhecimento. A formação econômica que promoveu a exploração de atividades orientadas para o mercado exterior e com baixo índice de internalização da riqueza produzida, limitou a geração de fluxos monetários e a expansão do mercado interno. (SECTMA, 2003)

¹⁰ O Atlas é uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

Essa situação de concentração teve, a partir de 2003, modificações, pois com os governos do ex-presidente Lula muitas ações iniciaram no Estado e muitas delas eram fora da RMR. Seguindo para uma análise mais holística dos últimos anos, especialmente para as questões de infraestrutura e do alto crescimento industrial Galvão (2015) afirma que:

Ainda dentro do contexto da discussão sobre as tendências recentes do desenvolvimento pernambucano e da região vale destacar as características do “Novo Nordeste Industrial”, que parece estar surgindo no início deste novo milênio. Em grande parte, esse novo Nordeste industrial ainda está em instalação. São as refinarias (em Pernambuco, no Ceará, no Maranhão) as siderúrgicas, os estaleiros navais, os novos complexos petroquímicos, as indústrias na área farmacológica, a indústria automotiva (Ford, na Bahia, Fiat, m Pernambuco), os parques eólicos, e vários outros estabelecimentos fabris constantemente anunciados pelos governos dos estados (vários dos quais já em operação ou em construção) (GALVÃO, 2015, p.15).

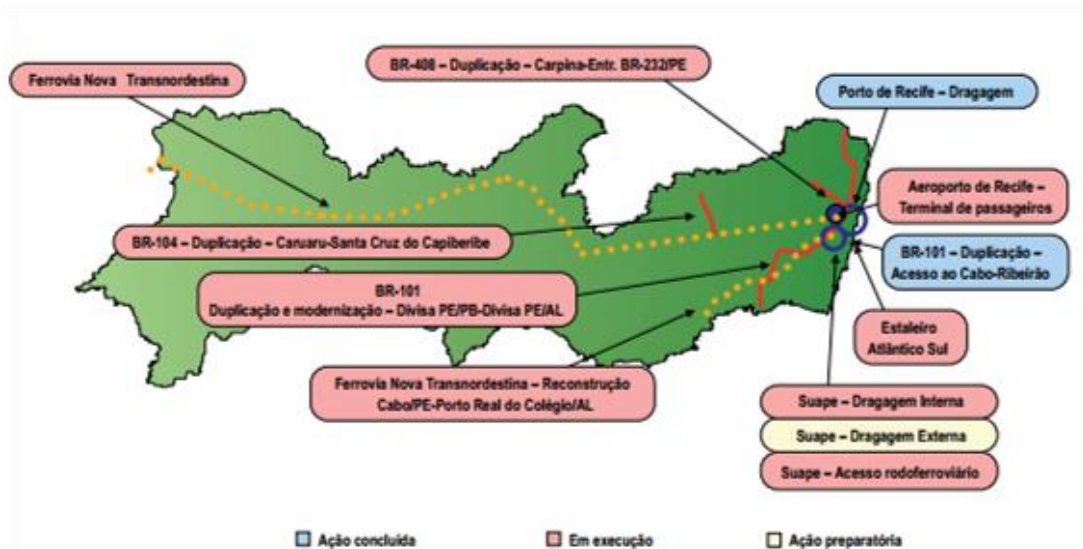
Essas mudanças também foram identificadas e estudadas pelo CONDEPE/FIDEM (2011), indicando as seguintes instalações que ocorreram no estado de Pernambuco: Unidades da BR Foods (Vitória de Santo Antão), Hemobrás (Goiana), Petroquímica de Suape e Refinaria Abreu e Lima (Cabo de Santo Agostinho – SUAPE), além destas há também outros grandes projetos, tais como: FIAT (Goiana), Reserva do Paiva (Cabo de Santo Agostinho), Lactalis (Bom Conselho) que mostram a grande variedade de incrementos na economia do estado. Esses indicadores socioeconômicos atrelados à infraestrutura e grandes unidades de produção indicam que Pernambuco possui uma liderança, que, para este período recente, gerava novas potencialidades econômicas para as ações na Região Metropolitana de Recife (RMR).

As ações políticas do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva e do governo Estadual de Eduardo Campos promoveram grande impactos na estrutura estadual de Pernambuco, impactando positivamente na economia da região Nordeste, em especial Pernambuco, a partir dos programas - PAC I e II (Programa de Aceleração do Crescimento) no Nordeste, que até o ano de 2010 teve ações estruturadoras, tais como: estradas, portos, ferrovias, hidrovias, aeroportos, abastecimento, irrigação, energia elétrica, revitalização de bacias, entre outros.

Esse programa possui escala de atuação em todos os estados da região Nordeste, mas Pernambuco foi um dos principais estados que desenvolveu ações com grande investimento, tendo um montante de aproximadamente R\$ 30 bilhões em projetos de desenvolvimento para o estado. Os principais eixos do PAC são: logística,

energética, social e urbana. De acordo com o programa PAC 2007 a 2010, os principais investimentos no estado de Pernambuco são indicados na figura abaixo.

Figura 2 – Distribuição de Investimentos do Governo Federal em Pernambuco



Fonte: Brasil (2010) – Programa de Aceleração do Crescimento – Pernambuco (Balaço: 2007 – 2010).

Tendo ainda os projetos estruturantes inseridos no PAC e em outros projetos de desenvolvimento econômico do Estado tais como: Refinaria Abreu e Lima, Hemobrás, Estaleiro Atlântico Sul e Petroquímica de Suape, os projetos da Copa do Mundo (Arena da Copa, Via Mangue, BRT, Porto do Recife, Aeroporto, etc.)

Porém, o ponto mais importante para o debate da tese são os das vocações territoriais do Estado de Pernambuco, pois é a partir deles que é possível se fazer as relações com a tese de doutorado, visto que as universidades de Pernambuco devem ter essa perspicácia para relacionar suas ações às necessidades do território. Nessa perspectiva Galvão (2015) coloca:

Na discussão sobre o crescimento da economia pernambucana e da região nordestina em anos recentes, uma questão importante é a contestação do argumento, comum entre muitos analistas do desenvolvimento regional brasileiro, de que políticas regionais devem respeitar as “vocações” naturais das regiões. Nas modernas teorias do crescimento econômico (especialmente nas teorias do crescimento endógeno, à la Romer e Lucas), assim como nas modernas teorias do comércio internacional (à la Krugman, entre outros), as vantagens comparativas ou competitivas de um país, ou de uma região, são mutáveis no tempo, e dependem, crucialmente, de decisões tomadas pelas sociedades, pelos governos e por seus empresários. (GALVÃO, 2015, p.14).

Segundo essa lógica é importante entender os Arranjos Produtivos Locais (APL)¹¹ (ou clusters), pois são eles as principais regionalizações que a Universidade de Pernambuco (UPE) atenderá e, obviamente, vai fazer parte do arranjo produtivo local.

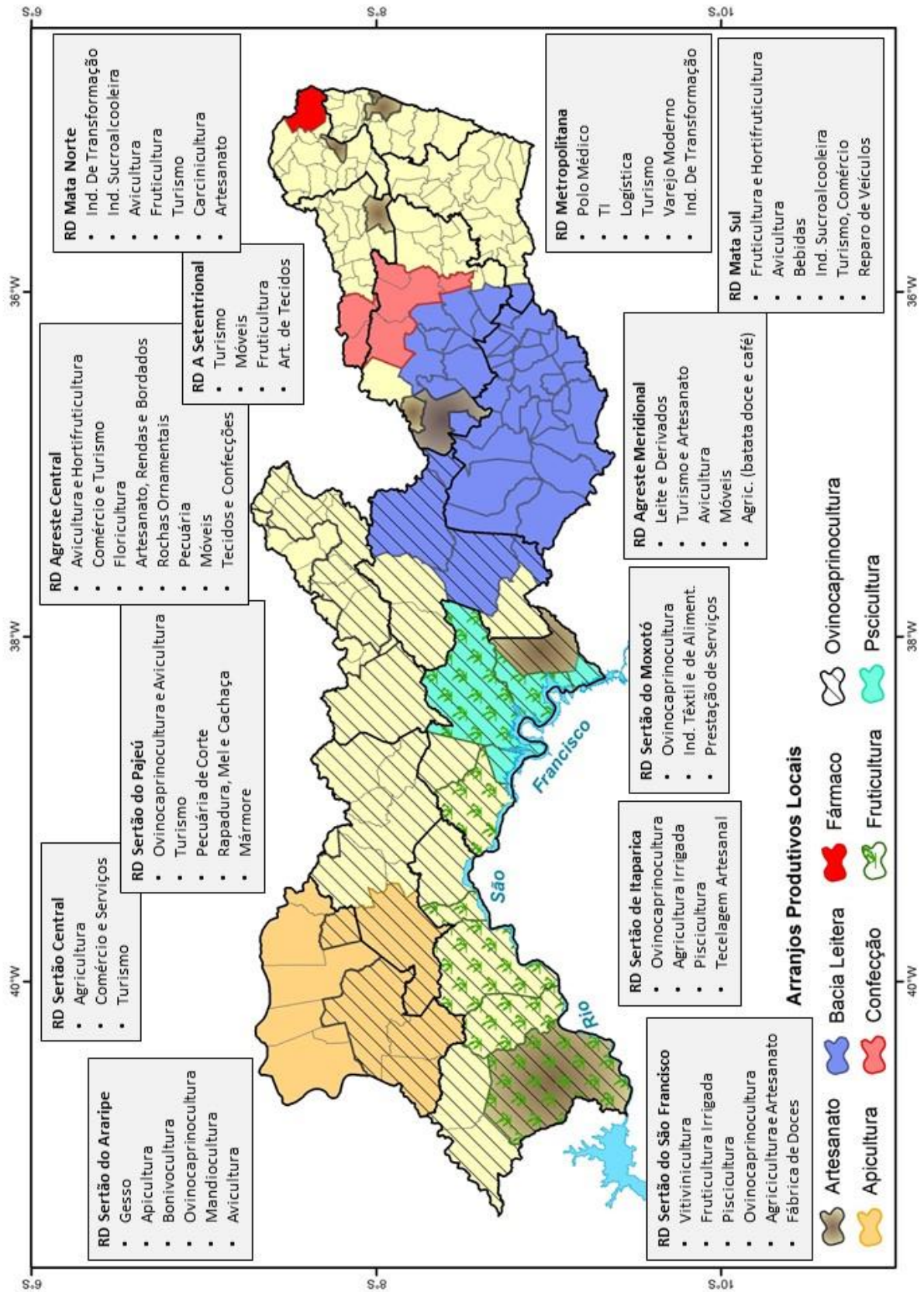
Por este fato é importante identificar os principais APL do Estado de Pernambuco. De acordo com o MDIC Pernambuco possui sete APLs: laticínio, fruticultora, gesso, tecnologia da informação, confecções, apicultura e caprinovinocultura. Já Moutinho et al (2010), indica que a situação dos APLs no estado de Pernambuco se configura da seguinte forma:

Atualmente existem 14 APLs em Pernambuco que recebem algum tipo de ajuda institucional. Dentre esses, 8 APLs fazem parte de listagens/mapeamentos estaduais e recebem políticas específicas de APL e 6 também fazem parte de tais listagens, porém claramente recebem um tipo de apoio equivocado com um desenho de política voltado para o setor ou, na melhor das hipóteses, para a cadeia produtiva. (MOUTINHO *et al*, 2010, p. 4).

Essa situação colocada acima pode ser verificada na figura abaixo, pois nela são identificados todos os arranjos produtivos locais do Estado com suas respectivas vocações, indicando quais seriam as principais potencialidades de cada região. Esse mapa foi desenvolvido pelo Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP que tem algumas ações de desenvolvimento no estado de Pernambuco para os Arranjos Produtivos Locais.

¹¹ De acordo com Lastre & Cassiolato (2010) é um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperação e aprendizagem.

Mapa 3 - APL e Projetos Estruturantes do Estado de Pernambuco.



Fonte: Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP, 2017.

Essa estrutura para o apoio aos APLs de Pernambuco têm, na sua base, diversos agentes (que inclusive UPE faz parte quando ela está inserida no arranjo) que atuam com programas ou ações pontuais, são eles: os governos federal e estadual, prefeituras, entidades do Sistema S, associações, cooperativas, sindicatos, federações, instituições de C&T, ONGs e empresas. É importante entender essa lógica dos APLs, pois são outras fontes de recursos que promovem o desenvolvimento das cadeias produtivas, gerando emprego, renda e novas possibilidades tecnológicas para os principais setores da economia relacionados a essas vocações do estado de Pernambuco e, como já mencionado, é um ponto de grande importância para esse estudo da tese, visto que essa relação da política pública de educação com desenvolvimento econômico perpassa o entendimento do território e de suas vocações econômicas para potencializar ainda mais o desenvolvimento nos territórios que tenham a Universidade de Pernambuco (UPE).

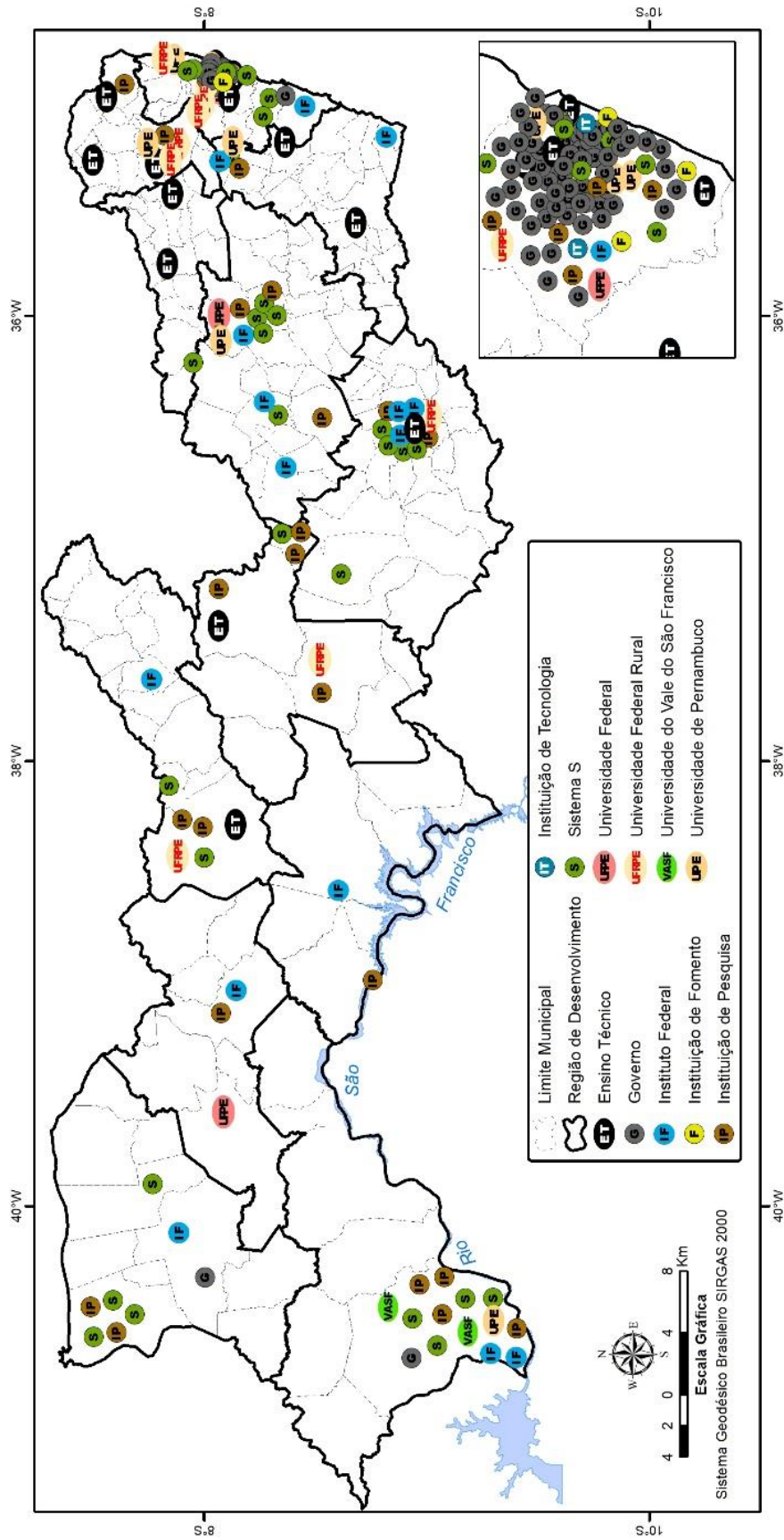
O desenvolvimento econômico demanda investimentos em educação e conhecimento técnico-científico de seus profissionais. A existência de uma infraestrutura educacional e científica é muito importante para avanços sociais e tecnológicos das sociedades. Esta infraestrutura é indispensável para a formação e capacitação de trabalhadores, mas também como fonte importante de conhecimento para a realização e aperfeiçoamento de produtos e processos nas firmas e demais organizações. A ciência e a pesquisa científica fornecem explicações, dados e soluções técnicas e/ou tecnológicas para problemas da realidade concreta, que em um círculo virtuoso permitem desenvolvimento das sociedades e produção de mais conhecimento científico.

Para isso surge a necessidade da ocorrência de processos de aprendizagem, interação e cooperação entre diferentes atores e instituições. Lembrando que são processos que variam, segundo a escala geográfica (local, regional, nacional), em função da natureza da infraestrutura educacional, científica e tecnológica e dos arranjos institucionais encontrados em cada território (tais como tipo de incentivos e fundo públicos para a pesquisa científica e tecnológica, a inter-relação entre a pesquisa universitária e a atividade industrial, a capacidade de internalização do conhecimento nas empresas, a qualidade da oferta de educação, a presença de instituições de fomento à inovação, as características da base empresarial etc.).

O cenário de infraestrutura de ciência e tecnologia até 2007, tem-se as ações no âmbito de Programa Governo dos Municípios (PGM) que implanta uma rede de

proteção social e de educação, com a atuação local, a partir dos Centros Tecnológicos, Agências do Trabalho, Unidades do Sistema S (Senai, Sebrae, Senac e Sesc), Universidades públicas (federal, estadual), faculdades particulares. (ver Mapa abaixo)

Mapa 4 – Infraestrutura de Ciência e Tecnologia de Pernambuco, 2006.



Fonte: Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP

O estado de Pernambuco concentra uma grande oferta de equipamentos voltados para o fomento de pesquisas e desenvolvimento socioeconômico. Nos últimos anos, políticas regionais e nacionais promoveram um aumento significativo na infraestrutura de ciência e tecnologia, no âmbito da formação técnica e superior.

A estratégia adotada pelo planejamento estadual tem sido: (1) Fortalecimento da rede pública estadual de educação profissional; (2) Reforço da oferta de ensino técnico e de qualificação para jovens de 16 a 24 anos; (3) Aumento das vagas de cursos de qualificação profissional, com ações diversificadas de acordo com o perfil do público jovem a ser atendido e (4) Apoio ao acesso ao ensino superior, com bolsas para cursos de preparação para o vestibular.

Durante o período de 2003-2014, as atividades de Ciência e Tecnologia de Pernambuco teve sua organização institucional comandada pela Secretaria de Ciência e Tecnologia¹², instituição responsável, entre outras coisas, por:

formular, fomentar e executar as ações de política estadual de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação; promover e apoiar ações e atividades de incentivo à ciência, às ações de ensino superior, pesquisa científica e extensão [...] formular e desenvolver medidas para ampliação e interiorização da base de competências científicas e tecnológicas do Estado, bem como apoiar as ações de polícia científica e medicina legal; instituir e gerir centros tecnológicos; promover a educação tecnológica [...].

O Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia de Pernambuco era composto por: (1) órgãos vinculados a Secretaria de Ciência e Tecnologia, como: Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia (Facepe), Universidade de Pernambuco (UPE), Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), Parque Tecnológico Porto Digital; (2) instituições vinculadas ao governo federal, como: Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco (Cefete/PE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA)¹³; (3) instituições da iniciativa privada como: Universidade Católica de Pernambuco

¹² A secretaria foi criada em 1988, pela Lei nº 10.133, e denominava-se Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (SECTEC). Em 1993, pela Lei nº 10.920, incorpora-se a Secretaria a dimensão Meio Ambiente, passando-se a ser chamada Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectma). Em 2003, pela Lei nº 1.388, a Sectma passou a incorporar Recursos Hídricos e Ensino Superior. Já em 2007, a Lei nº 13.205 desmembrou a Secretaria de Recursos Hídricos. Quatro anos depois, a Lei nº 14.264/11 altera a estrutura da Sectma, que voltou a ser Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECTEC) e criou a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). Em janeiro de 2015, pela Lei nº 15.452, incorpora-se a dimensão da inovação na Secretaria, passando a se chamar Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI).

¹³ Criado em 1935, o IPA era um órgão da administração direta do Estado de Pernambuco. Em 2003, o IPA ampliou sua competência de entidade voltada para pesquisa e desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários incorporando as atividades de assistência técnica, extensão rural e de

4.1 A UNIVERSIDADE PÚBLICA ESTADUAL

As universidades públicas estaduais constituem um segmento particular ao contexto da universidade pública brasileira. Elas estão subordinadas ao sistema de ensino estadual tanto para fins de credenciamento e financiamento, quanto para planejamento de estratégias e atuação no âmbito do ensino, pesquisa e extensão. Diferentemente das universidades federais que segue as estratégias de planejamento do Ministério da educação (MEC). As universidades estaduais enfrentam dificuldades adicionais ao seu funcionamento, manutenção e expansão, devido a deficiências das políticas estaduais e ao distanciamento das políticas nacionais implementadas pelo MEC.

Além disso, muitas universidades estaduais possuem uma estrutura *multicampi*, que tendem a apresentar:

enormes dificuldades para atender aos parâmetros de titulação docente, produção acadêmica institucionalizada e oferta de cursos *stricto sensu*, nos seus vários *campi*. Tais dificuldades refletem problemas como a fixação de pessoal titulado, condições infraestruturas para a realização de pesquisas (a exemplo de bibliotecas, laboratórios, internet) e difusão da produção intelectual (revistas especializadas), apoio institucional para deslocamentos com vistas à participação em eventos científicos, mesmo quando realizados nas dependências da própria universidade. (FIALHO, 2005, p.55)

O modelo de universidade *multicampi* representa a tentativa de integrar os diversos estabelecimentos isolados de ensino superior a partir da integração da gestão, funções e atividades universitárias, em um único *campus*. Há uma nítida preocupação com o caráter disperso do ensino superior e um desejo de integrar. Tal movimento “permitiu a essas instituições uma penetração em áreas geograficamente diversificadas, promovendo o acesso ao ensino superior para populações anteriormente excluídas e contribuindo para o desenvolvimento de comunidades à margem dos processos de modernização” (VERBINE, 2005, p13).

No entanto, tal modelo demanda infraestrutura técnica, científica e informacional, além da presença de instituições de pesquisa de diferentes setores da sociedade para, em parceria, produzirem e difundirem conhecimento, tecnologia e inovação. Sem um sistema de ciência e tecnologia nos municípios, os *campi*, longes

infraestrutura hídrica. O IPA, nos dias de hoje, integra o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), coordenado pela EMBRAPA.

da capital ou de grandes centros urbanos, tendem a atuarem apenas no ensino de graduação e pós-graduação lato sensu.

No entanto, na tentativa de estabelecer um modelo universitário para a universidade brasileira, “o que predominou sob essa designação foi apenas um conglomerado de faculdades, escolas e institutos superiores. Sob a designação de universidades encontramos, a partir de 1920 até hoje, desde modestas instituições de ensino até enormes organizações constituídas de dezenas de unidades estanques” (FÁVERO, 1980, p09).

A criação e desenvolvimento da universidade estadual no Brasil segue a mesma lógica da universidade federal, apesar daquela estar “fora do âmbito de atuação do Ministério da Educação e do Desporto, sendo mantida e fiscalizada por seus respectivos Estados” (SAMPAIO, 1998, p5). O que no primeiro momento pode representar maior liberdade e aproximação da sua realidade, mas se confirma ao longo como uma fragmentação do sistema e uma fragilidade à eficiência das políticas públicas de ensino superior.

A trajetória da universidade estadual é marcada por períodos de expansão e retração nos quais vê-se não apenas o desenvolvimento destas instituições mas também os processos de articulação entre atores locais/regionais e o poder público, em suas diferentes esferas administrativas. Sobre tais períodos, Sampaio (1998) diferencia especificamente três.

I. *Criação de Universidades Estaduais*. Período marcado pela criação, e posterior expansão, de universidades por iniciativa de lideranças e/ou governo estadual. Inicia-se em 1912 com a criação da Universidade do Paraná e estende-se até meados de 1940.

Se até o final do século passado, predominaram instituições de ensino superior mantidas e supervisionadas pelo Governo Federal, a partir dos anos 30, o quadro modificou-se: aumentou o número de faculdades estaduais e particulares em resposta à demanda por ensino superior que desde a década de vinte não parava de aumentar. (SAMPAIO, 1998, p.6)

Os motivos para tal aumento podem ser explicados pelos dispositivos legais que determinavam a competência da gestão administrativa do sistema de ensino superior. Inicialmente coube aos governos estaduais estados a competência de oferta a educação de nível superior a partir de instituições públicas (estaduais ou municipais) e/ou privadas. E a União comprometia-se a repassar recursos financeiros para a

manutenção das instituições de ensino superior sob a coordenação dos governos de estado. (FÁVERO, 1980)

Neste período, em Pernambuco, regista-se a criação da Escola Politécnica de Pernambuco, em 1912. Instituição privada, constituída a partir da iniciativa de lideranças locais, com a finalidade de "*desenvolver o ensino das ciências matemáticas, físicas, químicas e naturais e os conhecimentos técnicos indispensáveis à profissão de engenheiro*".

Para tal objetivo, manteve desde a sua fundação, vários cursos de engenharia, sendo que, inicialmente, os de engenheiro civil, industrial, mecânico e eletricista.

II. *A Federalização das Instituições de Ensino Superior*. Período caracterizado pela retração da expansão das universidades estaduais, devido ao processo de federalização das universidades estaduais.

Entre os anos de 1940 e 1960 houve uma diminuição no número de universidades estaduais no sistema de ensino superior devido sua federalização, o impactando também no fim "das iniciativas de grupos locais e regionais visando à implantação de suas próprias universidades no âmbito dos respectivos estados". O processo de federalização das instituições de ensino superior inicia-se em 1946 com a Universidade do Paraná e "criação das Universidades da Bahia e Pernambuco, ambas mantidas, parcialmente, pelo Governo Federal, reunindo institutos estaduais, federais e particulares" (SAMPAIO, 1998, p.07).

III. *A Expansão das Universidades Estaduais*. Período mais recente, no qual figura um expressivo movimento de expansão destas instituições.

No decorrer da década de 1970 registra-se um crescente aumento no número de universidades estaduais no País, a exemplo da "criação das universidades de São Paulo (Universidade Estadual de *Campinas*, 1976; Universidade Estadual Paulista, 1976), das universidades do Paraná (Universidade Estadual de Londrina, 1971; Universidade Estadual de Ponta Grossa, 1973; Universidade Estadual de Maringá, 1976) e da Universidade Estadual do Ceará, 1977" (p.08).

No período de 1980 a 1996, "o número de universidades estaduais no País passou de 9 para 27, o que representa um crescimento da ordem de 178,0%" (p09). Tal aumento é decorrente, segundo Sampaio (2005), da "promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabeleceu o princípio da autonomia universitária" (p.09).

4.2A EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

As políticas de educação superior do estado de Pernambuco estão inter-relacionadas com o contexto socioeconômico e político do país, assim como as alterações no sistema federal de ensino superior. Trata-se de ações políticas e estratégicas que requerem a compreensão dos seus efeitos multiplicadores em outras políticas estruturais.

O desafio é complexo e constante, e para alcançar êxito as políticas de educação superior de Pernambuco devem envolver múltiplos atores, instituições e escalas de poder e ação, mantendo um diálogo contínuo. Também deve haver um entendimento bastante claro, por parte dos atores e/ou gestores do papel da universidade e da articulação entre as escalas produzidas pelas políticas de educação superior nacional. Além de estabelecerem conexões entre as diretrizes e os objetivos legais que regulamentam o ensino superior, em escala nacional e estadual, e a realidade, em escala local e regional, em que se insere a Universidade de Pernambuco. Tais conexões são realizadas a partir da adequação, articulação das escalas de ação do poder público e atores locais, e são elas responsáveis pela eficiência das políticas públicas.

A universidade de Pernambuco é a primeira (e única) instituição estadual de ensino superior de Pernambuco, e insere-se no conjunto de instituições estaduais que apresentam uma complexidade nas relações com o poder governamental do estado de Pernambuco. É uma instituição com estrutura *multicampi*, formada a partir da agregação de faculdades já existentes, que datam de 40 a 100 anos e outros *campi* recentemente criados.

A UPE tem sua origem na Fundação de Ensino Superior de Pernambuco (FESP). Instituição, criada em 1965, a partir da integração de um conjunto de cinco instituições de ensino, mantidas pela sociedade civil, na cidade de Recife/PE e nos municípios do interior pernambucano de Nazaré da Mata (Zona da Mata), Garanhuns (Agreste) e Petrolina (Sertão). Também compunha o escopo da FESP dois hospitais universitários na cidade de Recife/PE. Trata-se então de uma instituição múltipla que envolve coexistência de diferentes comunidades acadêmicas agrupadas em unidades de ensino descentralizados, inicialmente restrito a cidade de Recife/PE e logo em seguida ampliado a outras cidades do interior pernambucano.

A cronologia de criação das unidades de ensino e saúde, pertencentes a FESP, distingue-se em três momentos distintos (Quadro 2). Na década de 1910, tem a criação da Escola de Engenharia, hoje denominada Escola Politécnica de Pernambuco (POLI/UPE), uma das primeiras faculdades no estado de Pernambuco. A Escola de Engenharia resultou da iniciativa de atores locais engajados no desenvolvimento de conhecimentos na área de exatas. Nas décadas de 1940 e 1950, registra-se a criação de cinco outras unidades de ensino e unidades de saúde.

Em 1970, foi incorporada a Escola Superior de Educação Física de Pernambuco, unidade de ensino mantida pelo Governo do Estado. Em 1972, há outro processo de descentralização, com a transferência da Faculdade de Odontologia para o município de Camaragibe (anteriormente distrito do município de São Lourenço da Mata).

Quadro 5 – Unidades de Ensino e Saúde da FESP, de 1965 a 1990.

UNIDADE DE ENSINO	ANO DE CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	CURSO OFERTADO
Escola de Engenharia	1912	Recife	Engenharia civil, mecânica e elétrica.
Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC)	1925		-
Faculdade de Enfermagem N.S. das Graças	1945	Recife	Enfermagem (Profissional)
Escola Superior de Educação Física ¹⁴	1946	Recife	Educação Física (Licenciatura)
Centro Universitário Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM)	1947		-
Faculdade de Ciências Médicas	1950	Recife	Medicina (Profissional)
Faculdade de Odontologia ¹⁵	1955	Recife	Odontologia (Profissional)
Faculdade de Ciências da Administração (FCAP)	1956	Recife	Administração
Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns	1966	Garanhuns	Licenciatura em: Matemática, Biologia, História, Geografia, Letras
Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata	1966	Nazaré da Mata	Licenciatura em: Matemática, Biologia, História, Geografia, Letras

¹⁴ A Escola Superior de Educação Física (ESEF) foi criada em 1946 através do Decreto nº 1.368, de 15 de maio. Em 1970, por intermédio do Decreto Lei nº 222, de 16 de março, teve autorizada a sua transferência para a FESP

¹⁵ O processo de criação da Faculdade de Odontologia de Pernambuco (FOP) foi iniciada em 1953, a partir da iniciativa particular de dois cirurgiões dentistas. Em 1955, a iniciativa alcança êxito e funda-se a instituição. A autorização de funcionamento acontece em 1957, através do Decreto nº 42.880, de 24 de dezembro de 1957. Em 1960, é concedido o reconhecimento da faculdade pelo Ministro da Educação e Cultura, através do Decreto nº 48.250, de 31 de maio de 1960. Fonte: FOP

Faculdade de Formação de Professores de Petrolina	1968	Petrolina	Licenciatura em: Matemática, Biologia, História, Geografia, Letras
Instituto Central de Ciências	1976	Recife	Medicina (Básico), Odontologia (Básico), Educação Física (Básico)

Fonte: Relatórios de atividades da UPE.

Esse movimento de congregação de faculdades consolidadas em diferentes estágios de desenvolvimento e novas faculdades voltadas apenas para a atividade de ensino, produz um mosaico de instituições dentro de uma estrutura universitária.

Mas, enquanto universidade pública, a UPE foi criada em 1991, pela Lei Estadual nº 10.518, em consonância com a Constituição do Estado de Pernambuco, aprovada em 1989, que estabelece que:

Art. 187 - A educação superior será desenvolvida, preferencialmente, em universidade pública.

Art. 188 - As universidades estaduais serão organizadas com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e gozarão de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira.

Art. 190 - Cabe ao Estado interiorizar a Universidade, criando ou incentivando *campi* ou centros tecnológicos de ensino e pesquisa.

Parágrafo Único - No processo de interiorização da Universidade Estadual, será viabilizada, através de convênios específicos, a incorporação de faculdades municipais reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação.

Art. 191 - O Estado destinará recursos às universidades estaduais públicas, visando a assegurar: I - adequada manutenção e expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão; II - padrão de qualidade de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão; III - democratização da oportunidade de acesso e permanência.

Tal constituição traz avanços, mas ao mesmo tempo retrocessos ao desenvolvimento da universidade. O Art. 188 estabelece que a universidade deve-se estar organizada “com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e gozando de “autonomia didático-científica, administrativa e de gestão administrativa”. Esse é um ponto que representa avanço e traz um panorama de possibilidade para a atuação da UPE no estado. Porém, ao mesmo tempo, a legislação parece direcionar ao processo de interiorização no sentido apenas de incorporar “as faculdades municipais reconhecidas pelo Conselho Federal de Educação” (ver Art. 190). O processo de interiorização está associado a um movimento de estadualização das instituições de ensino superior.

A expansão da UPE preconiza alinhamento com a base produtiva, as especificidades locais/regionais e as instituições locais/regionais, para que em conjunto possam alcançar os objetivos estabelecidos pelo Governo estadual de

descentralização e interiorização do desenvolvimento. As principais medidas de expansão da UPE foram: criação de *campi*, oferta de ensino superior na modalidade a distância, ampliação da oferta de cursos de pós-graduação, ampliação do quadro de pessoal, incentivo a formação de mestres e doutores.

Hoje, a Universidade de Pernambuco está presente em todas as RD do estado. Sua estrutura *multicampi* é formada pelos *campi* Santo Amaro, Benfica e Camaragibe (Região Metropolitana), Nazaré da Mata (Zona da Mata), Caruaru e Garanhuns (Agreste) e Petrolina e Salgueiro (Sertão). Desses cinco foram criados dentro do recente processo de expansão da UPE, como indicado no quadro abaixo.

Quadro 6 - Relação dos novos *campi* da UPE

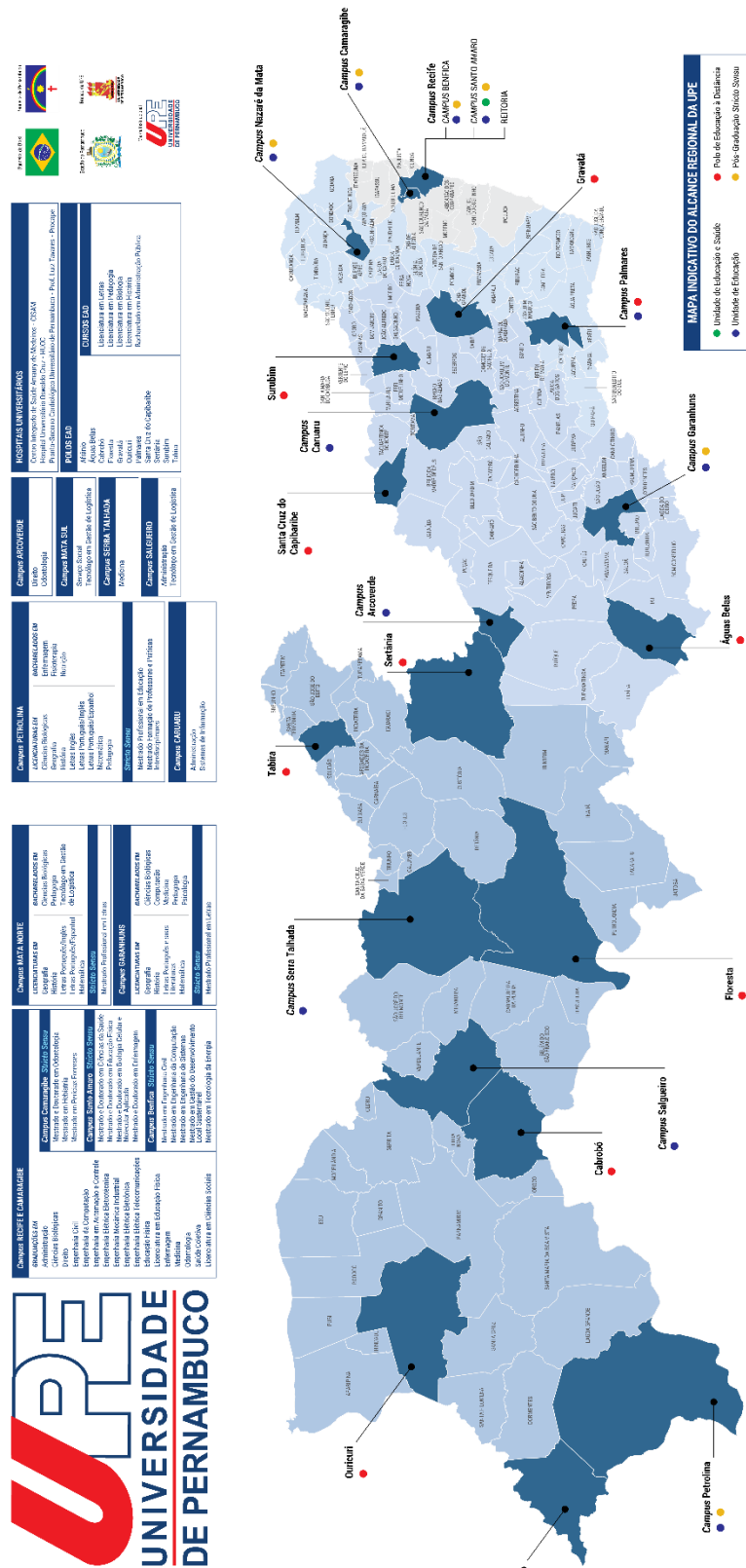
CAMPI	ANO DE CRIAÇÃO
UPE <i>Campus</i> Caruaru	2005
UPE <i>Campus</i> Salgueiro	2007
UPE <i>Campus</i> Mata Sul Palmares	2012
UPE <i>Campus</i> Arcoverde	2012
UPE <i>Campus</i> Serra Talhada	2012

Fonte: UPE.

Também íntegra o escopo da instituição um complexo hospitalar formado por quatro hospitais universitários: Hospital Universitário Oswaldo Cruz (HUOC), Centro Integrado de Saúde Amaury de Medeiros (CISAM), Hospital da Restauração¹⁶ (HR), e o Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco - Professor Luiz Tavares - PROCAPE. Além dessas Unidades de Ensino Superior e de Saúde, integram o complexo universitário da UPE quatro escolas de ensino fundamental e médio – Escola do Recife, instalada na Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco (FCAP); Escola de Aplicação Prof. Chaves Escolas, instalada no *Campus* Nazaré da Mata; Escola de Aplicação Profa. Ivonita A. Guerra, instalada no *Campus* Garanhuns; Escola de Aplicação Profa. Vande de S. Ferreira, instalada no *Campus* Petrolina; e uma Escola específica para o Curso de Educação Profissional de nível Pós- Médio na área de Saúde, com Habilitação em Enfermagem, instalada na Faculdade de Enfermagem Nossa Senhora das Graças. O mapa abaixo espacializa a atual estrutura da UPE

¹⁶ O Hospital da Restauração foi cedido em comodato ao Governo do Estado.

Mapa 5 – Mapa indicativo do alcance regional da UPE.



Fonte: Universidade Federal de Pernambuco

4.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O capítulo inicia uma análise da trajetória de desenvolvimento e consolidação da universidade pública no Brasil, com o intuito de discutir o amadurecimento da universidade pública brasileira. Até o momento verifica-se que:

. A educação superior brasileira desenvolve-se com objetivos de assegurar status social e formação profissional da elite que a controlava. Isso assegura a manutenção do poder nas mãos da elite dominante, reproduzindo um modelo social desigual e territorialmente localizado.

. A criação da universidade acontece muito tarde e de forma desarticulada ao desenvolvimento socioeconômico do país. Inicialmente a universidade funciona sem unidade interna e sem projeto de intervenção social, econômica e política no país.

. O poder do governo nacional é muito forte e condiciona a atuação da universidade de acordo com seus interesses, sem vinculação com as demandas ou necessidades locais/regionais em que se inserem.

. O processo de reconstrução do federalismo e redefinição do papel do Estado promove transformações e reorganização territorial do país. A escala local ganha força e centralidade nos processos de decisão e gestão dos territórios. Esse processo reflete diretamente no planejamento e funcionamento das universidades, a partir de sua relação com as estruturas locais de poder.

. A reforma do estado também promove redefinição da educação do país. Tem-se mudanças na organização e estrutura das universidades, além do financiamento para manutenção física e funcionamento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

. A descentralização política administrativa também desencadeia a formatação de sistemas de educação nas escalas nacional, estadual e municipal, tanto no âmbito público quanto privado, que em sua maioria volta-se para o próprio desenvolvimento. A fragmentação do sistema de ensino possibilita enfraquecimento e falta de unidade no desenvolvimento educação superior no país.

5 UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO, *CAMPUS* GARANHUNS

Como dito nos capítulos anteriores, a política de expansão da Universidade de Pernambuco ocorre em consonância as políticas nacionais e a estratégia estadual de interiorização do desenvolvimento do Estado implementadas nos últimos anos. Trata-se de ações políticas e estratégicas que requerem a compreensão dos seus efeitos multiplicadores em outras políticas estruturais. O diálogo deve ser contínuo e envolver múltiplos atores, instituições e escalas de poder e ação. Deve haver um entendimento bastante claro, por parte dos atores e/ou gestores do papel da universidade e da articulação entre as escalas produzidas pelas políticas de educação superior.

A expansão do *Campus* Garanhuns deve estabelecer conexões entre as diretrizes e os objetivos legais que regulamenta o ensino superior, em escala nacional e estadual, e a realidade, em escala local e regional, em que se insere a universidade de Pernambuco. Tais conexões são realizadas a partir da adequação, articulação das escalas de ação do poder público e o local, e são elas responsáveis pela eficiência das políticas públicas.

O capítulo é dedicado ao estudo de caso. Aqui apresenta-se uma reflexão sobre o *Campus* Garanhuns, sua história, suas potencialidades e fragilidades no desenvolvimento regional. Retoma-se um pouco da história da formação da cidade de Garanhuns/PE apresentando um diagnóstico situacional da estrutura urbana e da dinâmica regional da cidade. Analisa-se o processo de expansão do *Campus* Garanhuns, situada no contexto das transformações decorrentes das políticas federais e estaduais, evidenciando seu engajamento territorial.

5.1 *CAMPUS* GARANHUNS

Criada em 1966, com a denominação Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns/PE¹⁷ (FFPG), a unidade tinha como objetivo a formação docente, em curso de Licenciatura curta, para o ensino básico. A FFPG, vinculada a Fundação de

¹⁷ A Instituição foi criada pelo Decreto nº 1357, de 28 de dezembro de 1966, e seu funcionamento foi autorizado pela Resolução CEE/PE nº 10, de 24 de maio de 1967.

Ensino Superior de Pernambuco (FESP/PE), reunia um conjunto de quatro faculdades. Hoje, a instituição denomina-se *Campus* Garanhuns e íntegra o escopo da Universidade de Pernambuco.

A criação das Faculdades de Formação de Professores no interior foi uma demanda do estado devido à falta de professores para o ensino básico. Não se tinha faculdade no interior do estado, quem quisesse se formar tinha que vim para Recife/PE e isso era muito caro. Você tinha que pagar os estudos e se manter aqui. Só as pessoas ricas vim para Recife. (Professora Carmem Monteiro)

A antiga FFPG inicialmente ofertava cursos de Licenciatura Curta em Letras, Estudos Sociais e Ciências (com habilitação em Matemática e Biologia)¹⁸. Segundo a LDB/71, os cursos de licenciatura curta¹⁹ tinham um caráter emergencial e generalista para atender uma demanda específica de professores, principalmente em regiões com carência ou ausência de professores. O curso habilitava os professores para trabalharem na educação de 1º grau, conforme o Art. 30, da Lei nº 5.692/71.

Art. 30. Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena.

Em 1979, o *Campus* inicia a oferta de cursos de Licenciatura Plena em: Letras (com habilitação em Português/Inglês), Ciências (com habilitação em Biologia e em Matemática), História e Geografia²⁰. Uma segunda ampliação da instituição aconteceu em 1993, com a criação do Curso de Licenciatura em Pedagogia²¹ – Habilitação Magistério do Ensino Fundamental de 1ª à 4ª série. Conforme a citação acima, os cursos de Licenciatura Plena eram exigidos para o exercício do magistério no 2º grau e no 1º grau. No *Campus* Garanhuns, os cursos de Licenciatura Plena e Curta funcionavam ao mesmo tempo, até que gradualmente os cursos de Licenciatura Curta foram extintos conforme determinação da nova LDB em 1996.

¹⁸ Estes cursos foram reconhecidos pelo Decreto Federal nº 79.243, de 10 de fevereiro de 1977.

¹⁹ Segundo Nascimento (2012), “a licenciatura curta surgiu, neste momento, em “caráter experimental” e emergencial. A prioridade deveria ser a política de valorização e reformulação das Faculdades de Filosofia e suas licenciaturas e a “aplicação sistemática do exame de suficiência tendo em vista o maior número de professores a curto prazo”. A perspectiva era a do mínimo por menos, isto é, o mínimo de qualificação necessária ao exercício da atividade docente pelo menor custo e tempo possíveis”. Para maior entendimento, recomenda-se a leitura do artigo: NASCIMENTO, Thiago Rodrigues. A criação das licenciaturas curtas no Brasil. Revista HISTEDBR On-line, *Campinas*, n.45, p. 340 -346, mar 2012

²⁰ Estes cursos foram reconhecidos pela Portaria Ministerial nº 1.019, de 25 de outubro de 1990.

²¹ O curso foi reconhecido pela Portaria SEDUC Nº 6628, de 02 de setembro de 2002.

Art. 1º Os cursos de licenciatura de curta duração previstos na Lei 5.692, de 1971, estão extintos pela Lei 9.394, de 1996, assegurados os direitos dos alunos.

Outra ampliação da instituição é registrada em 1995, com a implantação da Escola de Aplicação Profª. Ivonita Alves Guerra²², direcionada para a oferta de vagas para o Ensino Fundamental anos finais e o Ensino Médio.

Outra ampliação do *Campus* acontece em 2000, com a implantação do Programa Especial de Graduação em Pedagogia – PROGRAPE, curso específico para formação de docentes da rede oficial de ensino básico de Pernambuco, em curso de Licenciatura, de graduação plena, conforme determinada prevista na LDB/96.

A partir de 2006, registra-se a ampliação mais recente da Instituição. Dentro do contexto de expansão da educação superior no Brasil, foi implantado na unidade de Garanhuns o curso de Bacharelado em Psicologia. A oferta deste curso de bacharelado também simboliza uma mudança de perfil da instituição, que antes direcionada esforços para a formação de professores. A mudança demandou a alteração do nome da instituição de Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns/PE (FFPG) para UPE - *Campus* Garanhuns²³.

Além disso, o *Campus* ganha uma dimensão *multicampi*, ao qual se vinculam os *campi* Caruaru/PE, Salgueiro/PE, Arcoverde/PE e Serra Talhada/PE, conforme quadro abaixo.

²² A escola de aplicação foi criada pelo Decreto Estadual nº 1.836, de 30 de janeiro de 1995.

²³ A denominação *Campus* Garanhuns foi aprovada em 2007, pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e Conselho Universitário (CONSUN).

Quadro 7 – Cursos ofertados pela Estrutura multicampi Garanhuns/PE

CAMPI	CURSOS DE GRADUAÇÃO OFERTADOS	INÍCIO DE FUNCIONAMENTO
GARANHUNS	Licenciatura em Letras	1966
	Licenciatura em História	1966
	Licenciatura em Geografia	1966
	Licenciatura em Matemática	1966
	Licenciatura em Ciências Biológicas	1966
	Licenciatura em Pedagogia	1993
	Bacharelado em Psicologia	2006
	Licenciatura em Informática	2007
	Bacharelado em Medicina	2011
CARUARU	Bacharelado em Administração, com ênfase em Marketing de moda	2007
	Bacharelado em Sistema de Informação	2005
SALGUEIRO	Bacharelado em Administração	2007
	Tecnológico de Gestão em Logística	2014
ARCOVERDE	Bacharelado em Direito	2012
	Bacharelado em Odontologia	2012
SERRA TALHADA	Bacharelado em Medicina	2012

Fonte: UPE. Relatórios de atividades, de 2000 a 2016.

Ainda em 2007, registram-se expressivas mudanças no que tange a contratação e qualificação do quadro técnico e docente, ampliação dos cursos de pós-graduação, articulações com outras instituições.

Quanto a infraestrutura física, o relatório de atividade da UPE 2016, indica que o *Campus* Garanhuns possui uma área de 25 mil m² (Figura 6), dos quais 8.563,03 m² são de área construída, que abrange prédios da Administração, Biblioteca, Salas de professores, Lanchonete, Salas de aula, Laboratórios, Sala de videoconferência, Auditório.

Figura 3 - Delimitação do perímetro do *Campus Garanhuns/PE*



Fonte: Google Earth, 2018.

O portão de acesso principal (Fotografia 1) da unidade fica na rua Cap. Pedro Rodrigues, que possui um fluxo moderado de automóveis e transeuntes. Nela encontra-se os pontos de embarque e desembarque do transporte de passageiros para o bairro e para o campus; e concentra-se os pequenos comércios de prestação de serviços voltados para o Campus. As demais ruas circunvizinhas da unidade são notadamente de residências.

Após a entrada pelo portão principal, tem-se o acesso as salas de aula (Fotografia 2), o prédio da administração (Fotografia 3) e um espaço de convivência (Fotografia 4). Na parte de atrás foram construídos dois novos prédios (Fotografias acima) para abrigar o Curso de Medicina. O prédio da fotografia 4 ainda não está em construção.

Fotografia 1 – *Campus Garanhuns: Portão de acesso principal.*



Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 2 – *Campus Garanhuns - Acesso principal para as salas de aula*



No prédio do lado esquerdo da fotografia funciona a Biblioteca. E o prédio do lado direito funciona a administração do Campus.

Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 3 – *Campus Garanhuns* - Prédio da Administração.



O prédio do lado direito é ocupado pela parte administrativa do Campus. A construção utiliza tijolo aparente, padrão das construções da UPE na década de 1990.

Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 4 – *Campus Garanhuns* - Espaço de convivência.



Esta área de convivência está localizada ao lado direito do portão principal de entrada dos estudantes.

Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 5 – *Campus Garanhuns* – Espaço de alimentação.



O espaço de alimentação conta com uma lanchonete. No entorno do *Campus*, encontram-se uma maior oferta de lanche rápidos e jantares regionais, como sopa, macaxeira.

Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 6 - *Campus Garanhuns* – Prédio das salas dos professores.



O prédio conta com um quantitavo de 20 salas para os professores desenvolverem suas pesquisas e orientações. Hoje, a quantidade de sala é insuficiente.

Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 7 – *Campus Garanhuns* – Bloco de sala de aulas e laboratórios.



A fotografia mostra o espaço entre dois blocos, lado direito e lado esquerdo. Os corredores medem aproximadamente um metro, e viram lugar de conversa no intervalo das aulas.

Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 8 - *Campus Garanhuns* – Escola de Aplicação.



Fonte: Autora, 2017.

5.2A FORMAÇÃO E DINÂMICA URBANA DA CIDADE DE GARANHUNS-PE

A história tem um peso importante na trajetória das sociedades e dos territórios, no sentido de impor condicionantes à constituição e consolidação da organização social e econômica. Na prática, estudar o processo de formação econômica e territorial de Garanhuns/PE permite compreender os prováveis determinantes para o desenvolvimento do município e sua relevância regional. Além disso é possível compreender as características herdadas do processo de formação e sua manutenção ou mudança frente as ações públicas para o desenvolvimento regional.

A partir da leitura de estudos realizados sobre a formação de Garanhuns, a exemplo de ANDRADE (2005); CAVALCANTI (1983); CAVALCANTI (2015); IBGE (1970); FINGER (2013); UBIRAJARA (2015); SETTE (1957), compreende-se que o processo histórico de ocupação da região de Garanhuns data da primeira metade do século XVII e está atrelado ao processo de povoamento da região por brancos (europeus) e negros vindos da zona da mata e litoral. Aqueles, chegaram na região fugindo da invasão holandesa²⁴ e se estabeleceram em fazendas, cuja atividade econômica estava ligada à agricultura. Já a população negra, fugindo da escravidão dos engenhos de açúcar, se estabelece nos brejos, em aldeamentos esparsos, denominados quilombos. Na região, regista-se a formação de vários quilombos, destacando-se o Quilombo do Magano, onde hoje se localiza o sítio urbano de Garanhuns, considerado uma extensão do Quilombo dos Palmares²⁵, de Alagoas.

O desenvolvimento da região ocorreu de forma muito lenta, devido a uma série de dificuldades, entre elas a distância em relação ao mar, a altitude, a geografia acidentada e de mata densa, e a falta de interesse do governo holandês em ocupar as terras do interior nordestino. Apesar de tais dificuldades, a região foi ocupada e a convivência entre quilombolas e europeus não foi pacífica, havia constante conflitos entre os fazendeiros e os quilombolas.

²⁴ A invasão holandesa em Pernambuco ocorre entre 1630 e 1654, dando início a chamada guerra do açúcar. (SETTE, 1956)

²⁵ Segundo Andrade (2005, p.153), “o Quilombo dos Palmares, com uma série de redutos satélites, exerceu influência na segunda metade do século XVII, por áreas que se estendiam desde Atalaia, em Alagoas, até Garanhuns, em Pernambuco, compreendendo, assim, grandes porções da mata e do agreste. A sua destruição deu margem ao surgimento de inúmeras sesmarias em áreas antes fora do domínio do governo português”.

Com a expulsão dos holandeses do Nordeste, os portugueses iniciam um processo de repressão aos quilombos, em especial ao Quilombo dos Palmares. Este é o mais emblemático quilombo, ocupando uma grande faixa de terras, abrigava grande número de escravos fugitivos (mão de obra) e exercia influência política contra o regime de governo. Para os portugueses, os quilombos representavam grande ameaça a seu governo, que enfrentava uma crise econômica, agravada pela escassez e altos preços da mão de obra escrava. “A Guerra dos Palmares prejudicou sensivelmente o progresso da região [de Garanhuns], pois as fazendas ali localizadas estavam sob a ameaça constante de depredações, saques e morticínios, que obrigavam seus proprietários a abandoná-las, juntamente com a população branca”. (IBGE, 1970, p.5)

A destruição dos quilombos permitiu o surgimento de inúmeras sesmarias, em terras antes ocupadas pelos escravos foragidos, e de atividades econômicas, diferente da agricultura de subsistência.

A partir do século XVIII, o complexo algodão-gado-lavouras de subsistência no sertão nordestino teve grande importância, regional e nacional, para a ocupação do interior nordestino, acúmulo de capital e desenvolvimento de um mercado de consumo interno. Inicialmente, foi a pecuária que colonizou o sertão nordestino a partir da ocupação de vastas áreas para criação de gado e da formação de vilas para repouso e reabastecimento de tropas de boiadeiros. Partindo de Salvador/BA e Olinda/PE, os criadores de gado contornaram o Planalto da Borborema, que representava uma barreira natural, e colonizaram o sertão nordestino primeiro que o agreste. A cultura do algodão só se desenvolveu na segunda metade do século XVIII, no sertão nordestino, e foi associada ao cultivo de lavouras intercalares (mandioca, milho, feijão, entre outras), utilizadas para subsistência e para alimentação do gado.

As atividades econômicas se desenvolveram dentro de uma lógica agroexportadora, baseada na monocultura, que de acordo com as vantagens econômicas, predominava o cultivo da cana-de-açúcar, algodão, café, fumo. Cada uma destas culturas teve características e impactos distintos na formação das regiões, das cidades, respondendo pela ascensão e decadência.

Em 1879, a Vila de Santo Antônio de Garanhuns foi elevada à categoria de cidade, denominada cidade de Garanhuns, mas, a grande parte da população morava nas fazendas, sítios e vilarejos nos arredores da cidade, alguns fazendeiros possuíam casas na cidade como moradia temporária. Gradativamente, Garanhuns foi ganhando

contornos urbanos no qual se desenvolviam pequenos comércios e a oferta de serviços (como ferreiros, carpinteiros e arreios).

Apesar de ter sido elevada a cidade, o desenvolvimento urbano e econômico de Garanhuns só aconteceu após a inauguração, em 1887, da Estação Ferroviária de Garanhuns. A Estrada de Ferro tinha o objetivo inicial de interligar a capital pernambucana às margens do rio São Francisco, construindo uma rede de transportes interligando os modais marítimo, ferroviário e fluvial, o que melhoraria o escoamento e exportação da produção de açúcar. Além disso, a partir da ferrovia seria possível atingir o interior dos estados da Bahia e Minas Gerais.

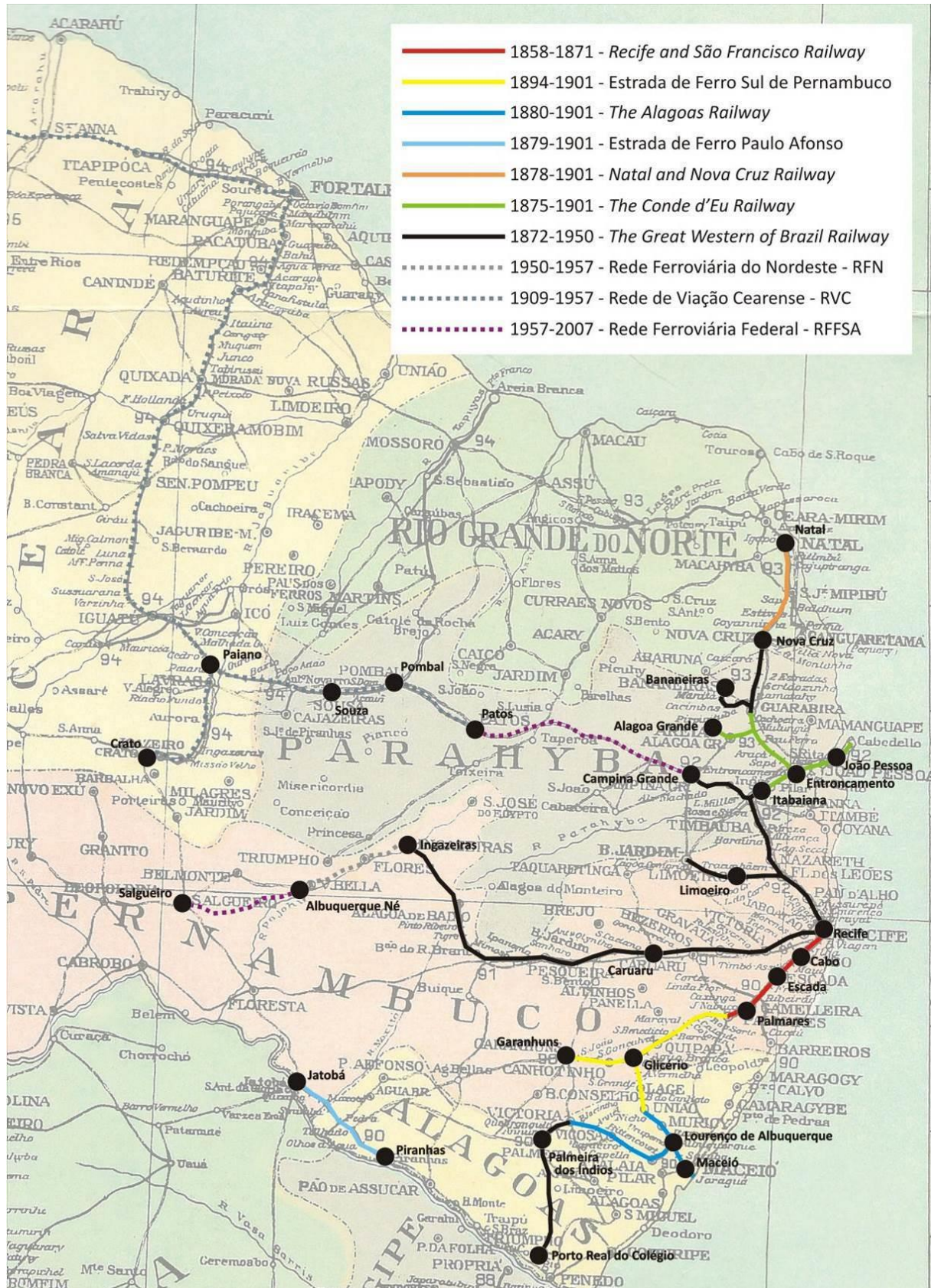
A linha férrea no Brasil se desenvolveu sobretudo na região centro-sul servindo a lavoura do café. “As poucas vias que serviam o Nordeste vieram a beneficiar, em seu maior desenvolvimento, a zona do açúcar, a faixa da antiga zona da mata junto ao litoral, enquanto que no interior circulava apenas as tropas de burros” (CANABRAVA, 1995, p.128).

Partindo da Estação de Cinco Pontas, nas proximidades do porto do Recife, foram construídas três linhas ferroviárias: Sul, Centro e Norte. A linha Recife and São Francisco Railway foi a segunda ferrovia a ser implantada no Brasil e a primeira no Nordeste. Em seu projeto inicial, a linha Sul partindo do Recife chegaria a cachoeira de Paulo Afonso nas margens do rio São Francisco. Mas, esse projeto foi modificado antes mesmo de iniciar-se a construção. No projeto executado (ver Mapa abaixo), Garanhuns figurava como um ramal férreo da Estrada de Ferro Sul de Pernambuco, que conectava os portos do Recife e Alagoas.

No Nordeste, em particular, o processo de construção das ferrovias enfrentou problemas variados, desde a morte de engenheiros por febre amarela, a falência da companhia/empresa responsável e a crise da grande lavoura²⁶. Na prática, foi percebido mudanças nos trajetos iniciais e atrasos na execução da obra.

²⁶ A grande lavoura refere-se a base econômica agroexportadora do Brasil, entre o período de 1822 a 1889, baseada no cultivo mais expressivo da cana de açúcar, café, algodão, fumo e cacau, cuja orientação para produção segue exclusivamente as solicitações do mercado exterior. (CANABRAVA, 1995)

Mapa 6 – Construção das linhas férreas, partindo de Recife/PE.



Fonte: FINGER, 2013.

A Estação Ferroviária de Garanhuns foi construída seguindo padrões de uma estação de nível intermediário, composta por três módulos: o módulo frontal, utilizado para o embarque de passageiros, abrigava a estação propriamente dita e possuía dois pavimentos; na parte posterior tinha-se o segundo módulo, no qual ficava a Gare, espaço de circulação e parada dos trens; e no último módulo ficavam os armazéns de mercadorias. Essa configuração, distinta de várias outras estações próximas, permite maior dinamismo e poder de convergência. (ver Figura abaixo)

Figura 4 – Estação Ferroviária de Garanhuns/PE, 1887.



Fonte: http://garanhunscultural.blogspot.com.br/2012_10_01_archive.html. Acesso em 10 nov. 2017.

A ferrovia ficou em atividade de 1887 até 1971. Atualmente, o prédio da antiga estação abriga o Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcante, onde também funciona um teatro, museu, biblioteca e as Secretarias Municipais de Cultura e Turismo. (ver Figura abaixo)

Figura 5 – Centro Cultural Alfredo Leite Cavalcanti de Garanhuns/PE, antiga Estação Ferroviária, 2013.



Fonte: <http://blogdogiesbrecht.blogspot.com.br/2013/01/pernambuco-o-ramal-de-garanhuns.html>

A ferrovia promoveu um expressivo fluxo de mercadorias, de pessoas e de capital. “Como ponta de trilhos, o antigo núcleo de habitações rurais evoluiu depressa, transformando-se em um movimentado entreposto comercial a serviço de numerosos municípios circunvizinhos e dos arredores, situados tanto em território pernambucano, como nos sertões das Alagoas” (SETTE, 1956, p.43).

O escoamento das mercadorias pelos vagões, diminuiu o custo do transporte e o tempo de deslocamento, aumentou as transações comerciais, a demanda por produção, atraiu vendedores e compradores, valorizou as culturas do café e algodão, tudo dentro de um círculo virtuoso.

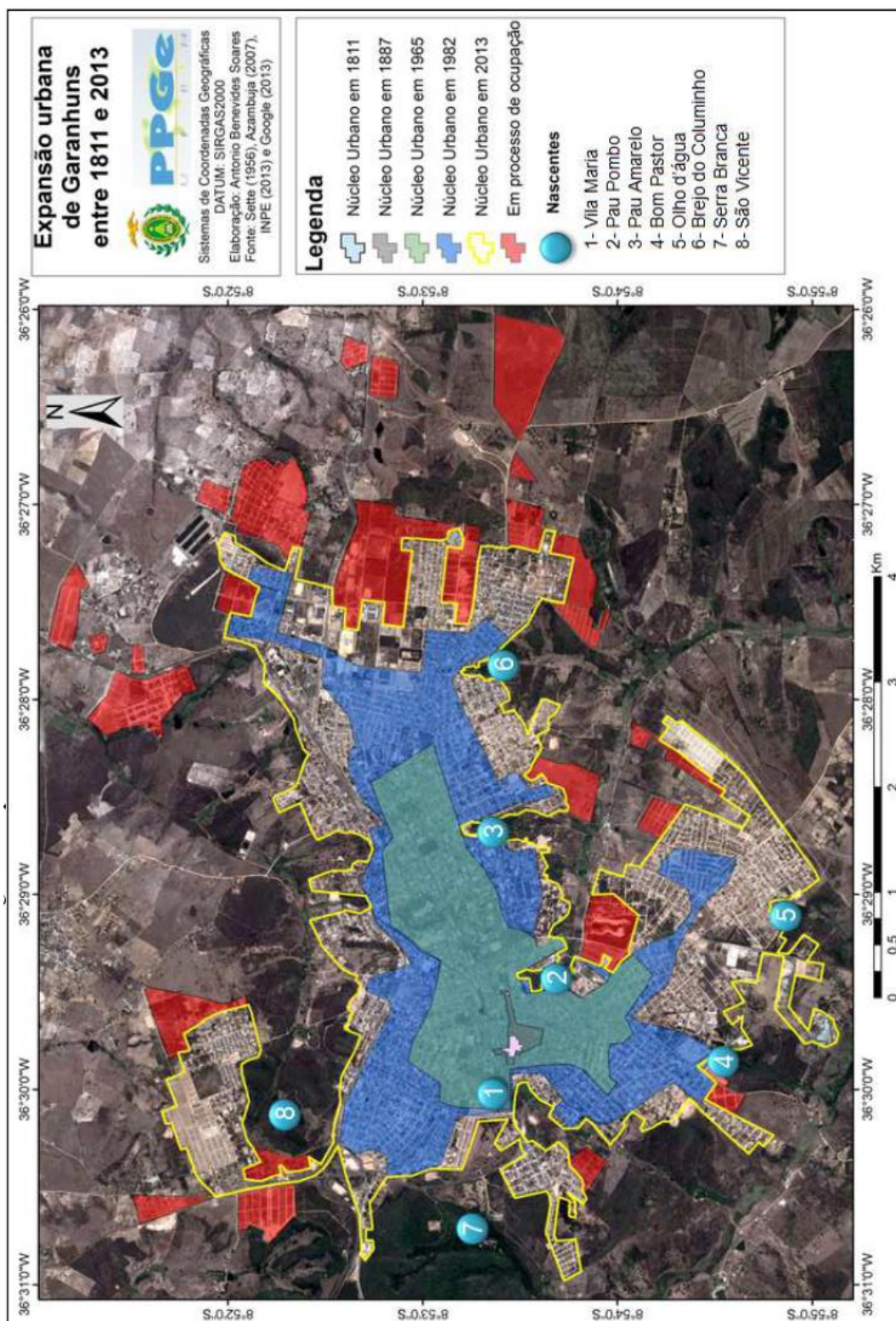
O trem, em poucas palavras, trouxe a função comercial, incrementou a cultura do café em ascensão até a crise de 1929, valorizou a produção de algodão com a instalação de fábricas para o seu beneficiamento e integral aproveitamento, permitiu a chegada de missões protestantes e congregações católicas interessadas na fundação de estabelecimentos de ensino secundário e facilitou a vinda de um número sempre crescente de famílias recifenses em busca de uma estação de repouso ou de cura, as quais, no regresso, se encarregavam de alardear a fertilidade do solo, a pureza da água e a excelência do clima. (SETTE, 1956, p.45)

Além, da importância econômica, a fala de Sette destaca outros aspectos importante para a dinâmica regional de Garanhuns. O primeiro refere-se ao fluxo populacional, que inicialmente era caracterizado pela migração temporária de pessoas

atraídas pelo comércio ou turismo. Em seguida, ocorre a migração permanente, a partir da fixação de pessoas vindas dos arredores em busca de novas oportunidades. Em consequência, houve aumento da demanda por infraestrutura urbana e serviços, levando a transformações urbanísticas, como a criação de parques, praças, ruas, hotel, e incremento na prestação de serviços.

O mapa abaixo mostra a evolução urbana de Garanhuns de 1811 a 2013. O crescimento do sítio urbano corrobora a importância, para a formação e dinamismo da cidade, de alguns fatos históricos já citados.

Mapa 7 – Expansão urbana de Garanhuns/PE, de 1811 a 2013.



Fonte: Soares (2015)²⁷

²⁷ Mapa foi elaborado por Antônio Benevides Soares, em sua pesquisa de dissertação, intitulada Análise da problemática socioambiental de nascentes urbanas no Município de Garanhuns-PE, defendida em 2015. Para construção do mapa o autor utilizou dados dos trabalhos de Hilton Sette (Origem e evolução urbana de Garanhuns, de 1957) e Renata Nunes Azambuja (Análise

Em geral, o crescimento populacional de Garanhuns/PE foi acompanhado por uma forte tendência à urbanização, que ocorreu de forma desordenada e sem planejamento. A tabela abaixo mostra a evolução da população total e urbana de Garanhuns, que saiu de uma taxa de urbanização de 35%, em 1950, para 89%, em 2010. É importante destacar que o decréscimo da população do município entre a década de 1960 a 1970, está relacionado diretamente com a política estadual de multiplicação de municípios. Em 1960 o município possuía seis distritos Garanhuns, Caetés, Iratama, Itacatu, Miracica e Paranatama. Nos anos de 1963, os distritos de Paranatama e Caetés foram elevados à categoria de município, diminuindo assim o tamanho de sua área territorial e população. Nas décadas subsequentes o município volta a crescer em valor absoluto de habitantes, obtendo uma taxa de urbanização elevada em 2010.

Tabela 2 – População e Grau de urbanização de Garanhuns/PE.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO	GRAU DE URBANIZAÇÃO ²⁸
1960	113.392	40.096		35 %
1970	71.623	51.544		72 %
1980	87.038	67.347		77 %
1991	103.341	89.206		86 %
2000	117.749	103.435		88 %
2010	129.408	115.356		89%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O acelerado crescimento da economia de Garanhuns foi acompanhado por alterações na estrutura social, que se expressou numa especialização para o setor de comércio. A cidade conseguiu construir uma dinâmica endógena propícia ao desenvolvimento econômico, de forma que a cidade se tornou um subespaço dotado de infraestrutura econômica e de serviços urbanos numa região pouco dinâmica, configurando-se como uma ilha, polarizando uma grande área no seu entorno.

geomorfológica em áreas de expansão urbana no município de Garanhuns/PE, de 2007), e as bases de dados do Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais - INPE (2013), e do Google Earth (2013).

²⁸ O grau de urbanização indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida no nível municipal. É utilizado para acompanhar o processo de urbanização da população brasileira e para subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas. Fonte: IBGE

O crescimento de Garanhuns também sofreu influência do processo de descentralização populacional das áreas metropolitanas, iniciado na década de 1970. A migração no sentido cidade-campo acontece devido ao processo de urbanização e crescimento econômico de cidades de porte médio. Também são considerados questões referentes aos avanços tecnológicos, mudanças no padrão de produção e a qualidade de vida. Os processos urbanos próprios de grandes centros urbanos agora são desenvolvidos em centros de menor escala.

Um resultado negativo do crescimento acelerado e não planejado de Garanhuns/PE refere-se aos problemas socioambientais principalmente no perímetro urbano, como poluição das nascentes urbanas dos rios, lixo, esgoto não tratado, solos expostos com maior susceptibilidade a deslizamentos, desmoronamentos e formação de voçorocas. Efetivamente tratam-se de problemas acelerados ou provocados pela ação antrópica, que se intensifica em ambientes urbanos com rápida expansão. Esse é um grave problema a ser enfrentado pela gestão pública. Além da gravidade, o problema torna-se gradativamente mais complexo. A população continua crescendo, numa velocidade que não é acompanhada pela gestão pública. Para 2017, Garanhuns de uma população estimada em 138.642 habitantes, o 9º município pernambucano em população. E as áreas de expansão estão localizadas no perímetro urbana, que possuem fragilidades no uso do solo.

Por outro lado, o crescimento de Garanhuns também permitiu aumentar o fluxo de capital. Atualmente, a cidade exerce um papel regional de relevante importância para o desenvolvimento do Estado, destacando-se nas atividades agropecuárias, no setor educacional, no setor de comércio e serviços, tendo este último maior percentual de participação na economia.

A cidade está inserida na rede urbana de Recife-PE, figurando como um Centro urbano sub-regional A²⁹. A rede de Garanhuns é constituída, além do seu próprio núcleo urbano, por 22 cidades circunvizinhas, de menor nível hierárquico (classificados como Centro Local³⁰), e seu relacionamento com centros externos a sua

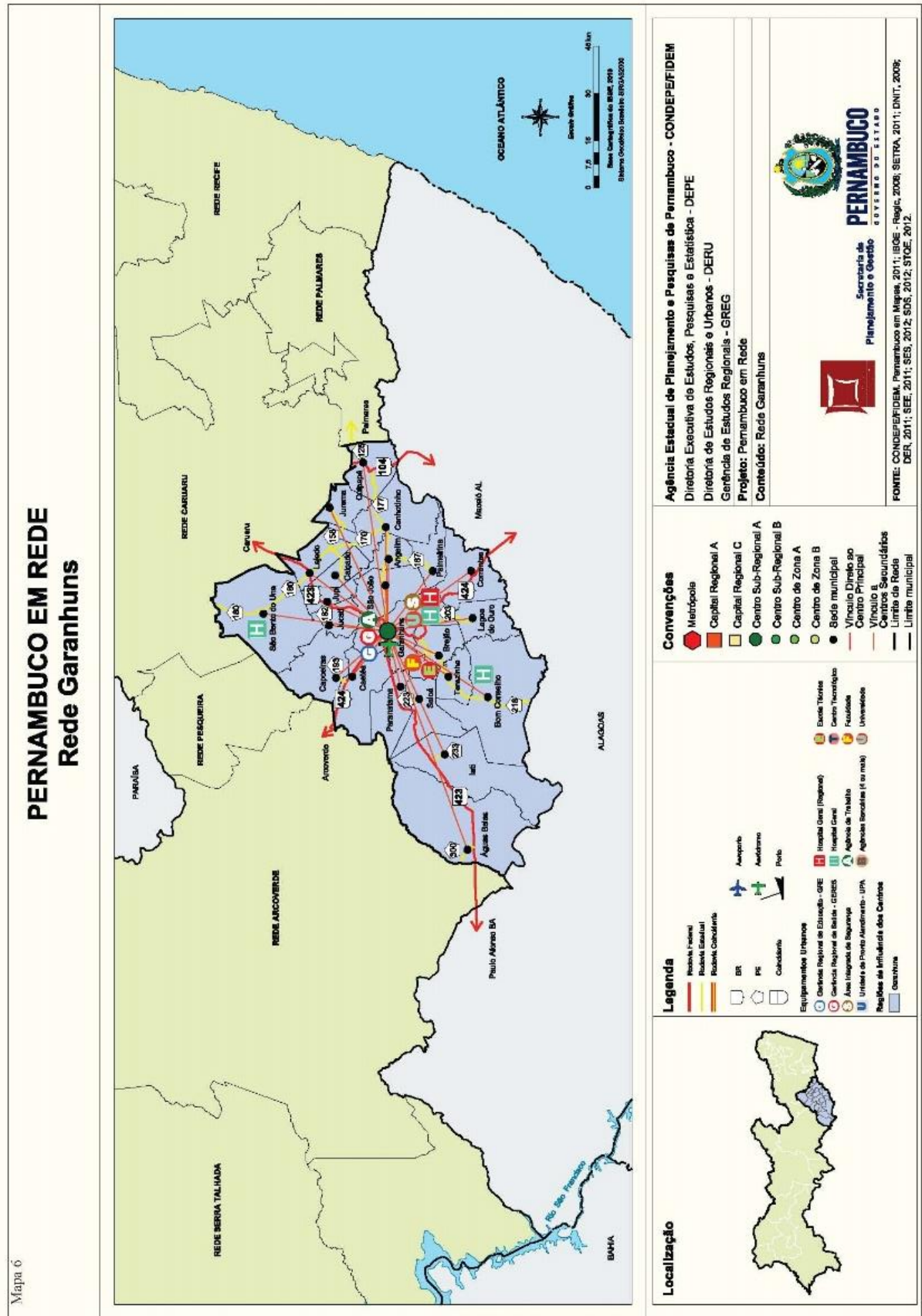
²⁹ Para o REGIC 2007, os Centros sub-regionais no Brasil respondem por “169 centros com atividades de gestão menos complexas [...], têm área de atuação mais reduzida, e seus relacionamentos com centros externos à própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Com presença mais adensada nas áreas de maior ocupação do Nordeste e do Centro-Sul, e mais esparsa nos espaços menos densamente povoados das Regiões Norte e Centro Oeste, estão também subdivididos em Centros sub-regional A e B”. (IBGE, 2008, p.11)

³⁰ Para o REGIC 2007, os Centros locais no Brasil respondem por “4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, têm população predominantemente inferior a 10 mil habitantes” (IBGE, 2008, p.13)

própria rede se dá apenas com Recife. Apesar da polarização da cidade ter uma extensão territorial restrita aos limites estaduais e microrregionais, ela tem grande importância para a região, que se localizam distante de outros centros urbanos de porte médio.

Segundo o REGIC 2007, a identificação da rede de influência da cidade de Garanhuns/PE considerando as ligações por transporte coletivo, os principais destinos de deslocamento para obtenção de produtos e serviços, e a oferta de equipamentos e serviços urbanos. Também avaliou a densidade de atividade de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta, e transporte aéreo.

Mapa 8 – Rede Garanhuns/PE



Fonte: FREITAS, 2012

Garanhuns funciona como uma rede primaz, pois não há outros polos de influência à sua proximidade. Além disso, através da observação da configuração espacial da rede, verifica-se que o núcleo ocupa uma posição central, de maneira que não há grandes distâncias a serem percorridas entre Garanhuns e os municípios que compõem a sua rede. Essas distâncias não são diferenciadas, entre si, em demasia. (FREITAS, 2012, p. 56)

Os dados municipais abaixo sinalizam a importância de Garanhuns enquanto rede primaz. A cidade quando comparada aos municípios de sua microrregião destaca-se em primeiro lugar nos diversos indicadores de população, trabalho e renda, educação, economia, saúde, território e meio ambiente. Em relação ao conjunto de 185 municípios do estado, a depender do indicador verificado o município é visto entre os primeiros. (ver quadro abaixo)

Quadro 8 – Dados socioeconômicos – Garanhuns, Microrregião de Garanhuns e Pernambuco.

DADOS MUNICIPAIS	ANO	GARANHUNS	COMPARAÇÃO COM	
			MICRORREGIÃO (19 municípios)	PERNAMBUCO (185 municípios)
POPULAÇÃO				
População total	2010	129.408 habitantes	1º	10º
Densidade demográfica	2010	282,21 hab/Km ²	1º	18º
TRABALHO E RENDA				
Salário médio mensal dos trabalhadores formais	2015	1,9 salários mínimos	4º	26º
Pessoal ocupado	2015	20.952 pessoas	1º	11º
População ocupada	2015	15,3 %	1º	23º
Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo	2010	43,8 %	19º	171º
EDUCAÇÃO				
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	2010	96,8 %	6º	88º
IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental	2015	4,5	10º	95º
IDEB – Anos finais do ensino fundamental	2015	3,9	5º	67º
ECONOMIA				
PIB per capita	2015	14.469,45 R\$	1º	18º
Percentual das receitas oriundas de fontes externas	2015	63,5 %	18º	181º
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	2010	0,664		20º
Total de receitas realizadas	2008	242.578 R\$ (x1000)	1º	10º

SAÚDE				
Mortalidade Infantil	2014	13,13 óbitos por mil nascidos vivos	12º	87º
Internações por diarreia	2016	0,8 internações por mil habitantes	5º	55º
TERRITÓRIO E AMBIENTE				
Esgotamento sanitário adequado		52,1 %	8º	65º
Arborização de vias públicas	2010	73,3 %	10º	81º
Urbanização de vias públicas	2010	15,7 %	4º	35º

Fonte: IBGE

Segundo a Central Brasileira de Estabelecimentos de Saúde (CEBES), a assistência médico-hospitalar de Garanhuns conta com a oferta de serviços básico e de média complexidade, no qual destaca-se a existência de uma maternidade (Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora do Perpétuo), quatro hospitais gerais (Hospital Monte Sinai, Casa de Saúde Perpetuo Socorro, Hospital Regional Dom Moura, Hospital da Providencia), um hospital infantil Hospital Infantil Palmira Sales), além de Unidades Móvel Pré-hospitalar de Urgência – SAMU, postos de saúde, clínicas e consultórios médicos.

Dentro das políticas de desenvolvimento do estado de Pernambuco, a cidade de Garanhuns nos últimos anos vem recebendo investimentos estaduais, em parceria com o governo federal, para potencializar seu desenvolvimento. Os efeitos são sentidos pela cidade em ações como por exemplo o incentivo ao turismo e a duplicação de uma importante Rodovia, a BR-232, que potencializou o fluxo de pessoas e produtos, diante da melhoria na qualidade e diminuição do tempo de deslocamento.

A análise da rede de Garanhuns aponta para um desequilibrado desenvolvimento regional, no qual a cidade polariza 22 municípios com fraco dinamismo.

O último aspecto analisado neste diagnóstico refere-se a oferta de serviços de educação superior. Como já citado, Garanhuns é o principal centro urbano da RD Agreste Meridional, destacando-se como polo econômico, principalmente no setor de serviços, e polo educacional. A cidade hoje conta com *Campus* de duas universidades públicas, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Universidade de Pernambuco (UPE), e quatro faculdades particulares mantidas pela Autarquia do

Ensino Superior de Garanhuns (AESGA)³¹. Elas oferecem para a cidade e toda região vizinha, cursos de graduação, de pós-graduação Lato Sensu e Stricto-Sensu.

Quadro 9 – Instituições de Ensino Superior em Garanhuns/PE

Instituição	Data de instalação	Cursos oferecidos
UFRPE - Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG)	2005	Agronomia, Ciência da Computação, Engenharia de Alimentos, Licenciatura em Letras, Licenciatura em Pedagogia, Medicina Veterinária e Zootecnia.
Universidade de Pernambuco (UPE)	1966	Licenciatura presencial em Letras (Port. E suas Literaturas), História, Geografia, Pedagogia, Ciências Biológicas, Matemática, Informática. Bacharelado em Psicologia e Medicina
Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA)	1985	Administração (Hab. Empreendedorismo), Tecnólogo em Administração hospitalar, Tecnólogo em Secretariado executivo bilíngue, Direito, Engenharia Civil

Fonte: Sítios das instituições.

Apresenta-se um pequeno número e variedades de cursos, as instituições de ensino apresentam cursos dentro de uma única Grande área do conhecimento, ou em duas. Os cursos apresentam notas entre X e Y.

No caso específico da UPE, o *Campus* Garanhuns (antiga Faculdade de Formação de Professores de Garanhuns) nasce em 1967 com o objetivo de interiorizar o ensino superior, promovendo a formação de professores para a educação básica. Tal ação repercute diretamente na qualificação dos professores e na melhoria dos índices de alfabetização e formação básica da população. Ao mesmo tempo, a interiorização da universidade induz mudanças na dinâmica econômica e populacional dos municípios em que se insere.

³¹ A Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns (AESGA) foi criada como Instituição Municipal pela Lei nº 2.174, de 23.08.1985, e agregou a já existente Faculdade de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA). Hoje, a autarquia se constitui mantenedora de quatro faculdades: Faculdades de Ciências da Administração de Garanhuns (FAGA), Faculdade de Direito de Garanhuns (FDG), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas de Garanhuns (FAHUG) e Faculdade de Ciências Exatas de Garanhuns (FACEG). Fonte: AESGA.

5.3 PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAMPUS GARANHUNS

O processo de expansão do *Campus* Garanhuns desenvolve-se dentro de um contexto nacional e estadual de mudanças no ensino superior. Ações, programas e projetos foram planejados e executados para a expansão do *Campus* no intuito de promover melhorias no âmbito interno (com obras de infraestrutura física, qualificação de pessoal, reorganização político-administrativa-pedagógica) e no âmbito externo (na interação com outras instituições visando a produção e difusão de conhecimento e tecnologia). A análise da expansão do *Campus* e do seu engajamento com o território foi balizado por documentos e dados institucionais, e pelas entrevistas realizadas com o atual quadro de gestão da UPE e do *Campus* Garanhuns.

Em uma visão geral e linear, verifica-se uma relação direta e positiva entre universidade e desenvolvimento. A instalação de um Campus/Universidade promove grandes transformações na produção, ordenamento e gestão dos territórios. Logo nos primeiros anos após a instalação é possível observar a mudança nos fluxos de pessoas, mercadorias e capital, que envolve desde o comércio informal, nos arredores do campus, até a atração de empresas e a prestação de serviços mais complexos ou especializados, passando pela especulação imobiliária.

O *Campus* Garanhuns foi instalado numa área isolada, distante do centro urbano da cidade, no ano de 1966, e seu funcionamento demandou a oferta específica de serviços como transporte, alimentação. Hoje, com a expansão da mancha urbana de Garanhuns, o *Campus* está totalmente inserido na cidade, com a presença de pequenos comércios, formais e informais, no entorno. A demanda por serviços teve pouca alteração, além de transporte e alimentação, soma-se papelaria, xerox, impressão, internet e moradia, principalmente para pessoas oriundas de outros municípios e estados, que migraram em busca de formação acadêmica. Esses efeitos são aqui considerados como indiretos ou aqueles que se desenvolvem sem terem sido previstos no planejamento institucional, mas que obrigatoriamente gravitam no entorno da universidade.

É indiscutível a capacidade de intervenção da universidade nas transformações e avanços nos diversos setores da sociedade e economia. Mas, em contextos de desequilíbrio, essa capacidade enfrenta limitações, e é preciso direcionar esforços, planejar com maior intensidade as ações a serem desempenhadas.

Em uma visão mais específica do *campus*, a análise da expansão e engajamento territorial foi feita a partir de quatro pontos: contexto político e econômico, definição do perfil institucional, expansão da oferta de cursos, difusão de conhecimento e tecnologia.

O **contexto político e econômico** em que se desenvolveu a expansão do *Campus* Garanhuns foi muito significativa. Muito mais que uma diretriz nacional, o processo de expansão do *Campus* foi impulsionado e efetivado a partir das relações políticas e interesses específicos dos gestores públicos. Pontualmente, verifica-se que houve: (i) um cenário nacional favorável à expansão, cujo projeto de governo tinha por base a expansão e interiorização da universidade pública como meio para combater as desigualdades regionais e promover a inclusão social, (ii) relações de proximidade política e pessoal entre o governo federal, o governo estadual e a direção do *Campus* Garanhuns.

O projeto estadual de expansão da universidade pública traz em sua base grande potencial de transformação dos municípios-sede dos *campi* em polos de produção e difusão de conhecimento, a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tal transformação tem impactos na estrutura econômica, social, educacional, política e na gestão urbana do município-sede, que, a depender das relações entre os atores locais/regionais e instituições, possibilitam o desenvolvimento e a diminuição de desigualdades regionais.

No caso de Pernambuco, o alcance dessas transformações foi planejado pelo Governo do Estado, a partir da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI), a qual inseriu a UPE em ações específicas. Em 2003, havia um direcionamento amplo para uma política de educação superior baseada na: a) expansão com qualidade através da interiorização; b) a diferenciação da oferta e c) a diversificação do fomento e do financiamento. Não houve um direcionamento e ações específicas a serem desenvolvidas no *Campus* Garanhuns, integrando o planejamento estadual. As ações foram tomando forma e conteúdo a partir do alinhamento dos discursos políticos e interesses específicos entre o governo federal, estadual e a direção do *Campus* Garanhuns. Em especial, cita-se o interesse do ex-Presidente Lula, que como “filho da terra” demonstrava empenho pessoal para direcionar ações públicas para o Estado de Pernambuco e para a região de Garanhuns/PE. A criação do *Campus* da Universidade Federal Rural de Pernambuco é fruto desse interesse.

A partir de 2006, há um forte alinhamento político e pessoal entre o governo federal, representado por Luiz Inácio Lula da Silva, o governo estadual, representado por Eduardo Campos, e a direção do *Campus* Garanhuns, representado pelo Professor Pedro Falcão (atual reitor da UPE). Esse foi um período de captação de recursos para investir na UPE como um todo e seus *campi* e unidades complementares.

O ex-governador Eduardo Campos acreditava que para o estado se desenvolver tinha que ter a produção do conhecimento. E para isso era preciso ter universidade. Ele tinha um projeto para instalar em cada uma das 12 RD's do estado pelo menos uma unidade da UPE. (Professor Pedro Falcão, Reitor da UPE)

A instalação de *campi* ou universidade em cada Região de Desenvolvimento (RD) do estado, inicialmente se apresentou como adequada. Mas, implícito nessa ação tinha-se a manutenção de redutos eleitorais, que foram confirmados ao longo do processo. E nesse ponto retoma-se a histórica relação entre a universidade e o poder hegemônico que a controla.

Mas, apesar desses efeitos escusos, é válida e importante o comprometimento dos gestores para expandir o *Campus* Garanhuns. As ações foram se desenhando de forma mais lenta. A última mudança datava de 1993 quando foi criado o curso de Pedagogia. A partir de 2005, registra-se as mudanças mais expressivas quanto a ampliação do escopo de atuação do *Campus* Garanhuns. O período refere-se ao mandato de direção dos professores Petrúcio de Moraes e Pedro Falcão, de 2005 a 2009, que tinham como prioridade a ampliação do escopo do *Campus* como prioridade, conforme relatado abaixo.

Eu participei da eleição de Diretor de Garanhuns por que tive a garantia do reitor, na época, Prof^o Emanuel, de ter a oportunidade de expandir Garanhuns [*Campus*] e criar novos cursos que não fosse licenciatura [...] precisávamos dar outras oportunidades para as pessoas de lá se qualificarem. [...] eu sinto que os alunos fazem licenciatura por que não tem outras opções. (Professor Pedro Falcão, Reitor da UPE)

O segundo ponto analisado foi a **definição do papel institucional a ser desempenhado**. Para contribuir com o desenvolvimento regional, a universidade deve ter ciência do seu papel no contexto local/regional, assim como ser capaz de ampliar suas ações (ensino, pesquisa e extensão), envolvendo áreas historicamente suprimidas, como a interação com o mercado de trabalho e produtivo.

Quando perguntado ao grupo de entrevistados sobre o papel do *Campus* no desenvolvimento local/regional, as respostas tratavam de dar conta da ampla e teórica

capacidade de indução e dinamização de uma instituição de educação superior. O *Campus* é visto como meio de crescimento social e econômico, principalmente diante das fragilidades socioeconômicas da região.

A mudança de vida, principalmente das pessoas vindas das classes menos favorecidas, ocorre através da educação. [...] se não fosse pela educação, nunca um menino que aos nove anos de idade vendia feijão na feira de Garanhuns com o pai chegaria hoje a ser reitor de uma universidade. (Professor Pedro Falcão, Reitor da UPE)

A universidade é um braço do desenvolvimento. Mas, não formamos profissionais competitivos. (Professor Aduino Almeida, Vice-diretor do *Campus* Garanhuns)

O entendimento sobre o papel da universidade e do *Campus* no desenvolvimento regional é fruto de reflexões particulares dos professores, gestores e quadro administrativo. Não há discussão interna sobre essa questão. Foi relatado que a gestão do *Campus* atua “apagando incêndio”, expressão popular para dizer que, a medida que os problemas ou demandas se materializam, são definidas ações específicas para respondê-las. Segundo a direção, alguns elementos interferem na gestão e planejamento do campus, como por exemplo: diminuição dos recursos financeiros do estado; estrutura multicampi, que vincula a Garanhuns *Campus* em municípios muito distantes; engajamento dos docentes, ponto ser trabalhado mas adiante; interferência política.

Também foi questionado sobre as contribuições do *Campus* para a cidade ou região. Nesse aspecto, a transformação pessoal dos alunos promovida pela instituição foi o resultado mais expressivo.

É impressionante ver a transformações dos alunos. Eles chegam no primeiro período com cara de assustados, com vergonha de participar da aula, e no fim do curso são totalmente diferentes. (Professor Aduino Almeida, Vice-diretor do *Campus* Garanhuns)

Nossos alunos, em sua maioria, são oriundos de famílias de baixa renda, com poucos recursos [financeiros]. Esses meninos entram aqui [UPE *Campus* Garanhuns], se formam, arrumam um emprego ou passam em um concurso para professor e vão receber duas, três vezes mais que seus pais. Para a realidade deles isso promove uma mudança muito grande. (Professor Aduino Almeida, Vice-diretor do *Campus* Garanhuns)

Teve uma aluna que perdeu a bolsa [de estudos] quando se formou, e ela ficou muito triste. Era uma bolsa de valor muito pequeno, de R\$ 300,00. [...] depois conversando com a gente, ela disse que a bolsa era mais do que o pai recebia no mês inteiro. (Professor Aduino Almeida, Vice-diretor do *Campus* Garanhuns)

Na leitura dos entrevistados, o *Campus* Garanhuns teve importância principalmente no processo de transformação social. Até o início dos anos 2000, a instituição tinha um perfil fortemente direcionado a formação de professores para a educação básica. Seu papel no desenvolvimento regional foi promover a qualificação docente, com o intuito de melhorar a formação básica da população. Tal leitura se baseia no cotidiano e nos relatos de experiências dos entrevistados. Não há estudos de egressos, nem outros estudos de impacto da instituição no desenvolvimento de Garanhuns e região. Mas, comumente professores e coordenadores dos cursos encontram ex-alunos que ensinam na região.

A história do *Campus* Garanhuns mostra que sua criação foi pensada para responder uma demanda do estado. As atividades da instituição foram pensadas para a resolução do problema. As prováveis respostas não foram medidas, ou foram perdidas no tempo. E a estrutura do *Campus* ficou inerte por longos anos, mais específico entre 1995 a 2005. Mas, recentemente o perfil da instituição se modifica e passa a atuar também como indutora do desenvolvimento, conforme as reflexões a seguir.

Terceiro ponto é a **Expansão da oferta**. E foi vista a partir de duas dimensões: de um lado analisa-se o aumento do número de vagas, de forma a alcançar toda a população. De outro lado, tem-se a desconcentração da oferta nos grandes centros urbano. A distribuição mais equilibrada dos cursos, por meio da interiorização da universidade.

Em 2006, tem-se a criação do curso de graduação de Bacharelado em Psicologia. O governo do estado tinha o direcionamento para expansão da UPE e por indicação da direção do *Campus* Garanhuns foi escolhido o curso. Segundo o professor Pedro Falcão, a escolha do curso de baseou em uma pesquisa de opinião com estudantes e pessoas que trabalhavam com educação na cidade. No primeiro momento, conta o reitor, foi realizado uma enquete com as pessoas que prestaram vestibular no campus. No dia da aplicação da prova de vestibular, foi entregue aos candidatos uma enquete perguntando qual o curso de maior interesse, dando como opção os cursos ofertados pelo *Campus* e outros cursos, e qual o melhor horário para cursar a faculdade.

Depois, foram feitas as mesmas perguntas para estudantes do curso preparatório para vestibular da UPE (PREVUPE) e para estudantes de colégio particular. Num terceiro momento foram realizadas conversas com a gerência de

educação do estado, localizada na cidade, e outras pessoas que trabalhavam com educação. Os cursos mais indicados pela pesquisa foram psicologia e computação. Entre as duas opções foi escolhido o curso de bacharelado em psicologia devido principalmente a composição do quadro de docentes. Mas, tarde foi criado o curso de Licenciatura em informática, devido ao quadro de docentes em Licenciatura.

Soma-se ao empenho da direção do campus, ações direcionadas pelo governo estadual, por meio da SECTI. Em documento publicado em 2011, a SECTI define os desafios prioritários e ações estratégicas de Pernambuco, e indica as ações a serem desenvolvidas no *Campus* Garanhuns: (a) criação dos cursos de Medicina e Enfermagem, (b) Implantação de ambulatórios de saúde, com atendimento nas áreas de Enfermagem, fisioterapia, medicina e psicologia, (c) Realização de Feiras anuais de ciências na Escola de Aplicação. Destas ações já foi concretizada a criação do curso de Medicina, que tem grande potencial de impacto positivo no desenvolvimento regional, uma vez que agrega expertises à cidade e atrai investimentos em diversos setores dentro da cadeia produtiva, o que repercute não só na dinâmica local/regional, mas nacional também. No entanto, essa ação deve ser vista com muita cautela.

O curso foi criado em 2011, sem planejamento, por uma determinação muito mais política e de interesse individual do que por leitura técnica. O entendimento geral é de que “Medicina é um curso que onde você abrir dá certo”. E, no entanto, segundo a professora Arine Lyra, assessora especial do reitor da UPE, os cursos da área de saúde necessitam de uma estrutura de saúde sintonizada. A formação de um profissional de saúde pressupõe a coexistência de vários cursos, equipamentos públicos e uma fina articulação entre as instituições que compõem o sistema público de saúde, nas escalas federal, estadual e municipal. Ou seja, planejar e concentrar investimentos em cursos de saúde em um mesmo centro, otimiza os recursos e resultados. Considerando as experiências de criação dos cursos de Medicina (em Garanhuns e Serra Talhada) e Odontologia (em Serra Talhada), a professora acrescenta que a criação de cursos de saúde em *campi* distintos e distantes entre si, teve efeitos negativos para a formação do profissional, pulverizou os recursos e para alcançar resultados positivos demandará muito esforço e articulação entre instituições e atores locais.

Sobre a criação e funcionamento do curso de medicina, a direção do *Campus* Garanhuns analisa que a criação ocorreu de forma intempestiva, demandando muito esforço para o seu funcionamento. Ao mesmo tempo, trouxe ações muito positivas

para o campus, com melhoria da infraestrutura de laboratórios existentes e a criação de novos, beneficiando também o curso de ciências biológicas que o compartilha. E contou com fatores locais positivos para a formação profissional dos estudantes, como a fixação de médicos na cidade, decorrente de programas federais, e a existência de quatro hospitais.

Mas, essa infraestrutura de saúde também representa barreiras ao funcionamento do curso, devido à dificuldade para firmar parcerias com os hospitais, seja por entraves no relacionamento institucional, ou seja, pela precariedade das unidades de saúde. Há também dificuldade nos estágios em serviços especializados, pois os hospitais locais não possuem e os alunos devem se deslocar para o Recife/PE. Mas, esse é um ponto mais amplo que envolve a organização e gestão do sistema de saúde pública.

Apesar das dificuldades, a expansão da oferta de cursos de graduação presencial pautou-se na diversificação da oferta de cursos. O entendimento inicial da direção do *Campus* Garanhuns era atender aos anseios acadêmicos dos estudantes e a demanda econômica e profissional da região.

A escolha dos cursos e dos municípios para instalação dos *campi* foram feitos de forma intempestiva. Foi uma indicação do governo de estado e acatado pela UPE. Isso foi um erro parceiro. Não houve estudo de viabilidade do curso, dialogo com os atores locais. Mas, isso foi um erro parceiro. Eu chamo assim por que apesar de ter sido uma indicação política, a UPE acatou e executou. (Professora Arine Lyra, assessora especial da reitoria)

Ainda sobre a variedade da oferta de cursos, tem-se na educação a distância um potencial multiplicador de cursos, devido as vantagens como: baixo custo de funcionamento, flexibilidade de horários e amplo alcance, nacional e internacional. A oferta de cursos graduação a distância data de 2005, com a indicação de seis polos a distância, sendo um deles Garanhuns, que oferta os cursos de com a oferta de Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Letras e Bacharelado em Administração Pública.

Igualmente importante a expansão da oferta de cursos, tem-se ações de ampliação da infraestrutura física, ampliação e qualificação do quadro de pessoal, e criação de novos cursos. Em entrevista, o professor Pedro Falcão relata que a ampliação da infraestrutura física foi realizada a partir de recursos financeiros advindos de emenda parlamentar. Um exemplo disso foi a ampliação das salas de aulas em 2005, como mostrado na fotografia abaixo.

Fotografia 9 – *Campus* Garanhuns – Ampliação de salas de aulas



Fonte: Autora, 2017.

Outros exemplos foram: a clínica de psicologia e um bloco de salas de aula com 16 unidades, ambos inaugurados em 2017, e um bloco de 14 laboratórios e um auditório que estão em fase de construção. Esses recursos foram conseguidos por emenda parlamentar do Deputado Federal Fernando Ferro, que encerrou seu terceiro mandato em 2011.

Os recursos foram conseguidos quando eu estava na direção, foi empenhado, contingenciado e quando eu assumi a reitoria fui pra Brasília para liberar o recurso. [...] veja como é lento esse processo [de expansão]. (Professor Pedro Falcão, Reitor da UPE)

Entre 2005 e 2016 houve um grande aumento na edificação do *Campus* Garanhuns. Segundo os relatórios de atividades da UPE, em 2005, o *Campus* possuía um total de 3.691,04 m² de área construída, em 2016 esse valor foi de 8.563,03 m² da área total 25 mil m². O *Campus* ainda possui muito espaço físico para ampliação.

Fotografia 10 – *Campus* Garanhuns: Laboratório de Biotecnologia e Inovação Terapêutica.



Laboratório recentemente reformado para o curso de medicina.

Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 11 - *Campus* Garanhuns: Sala de multimídia.



Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 12 - *Campus Garanhuns*: Auditório Prof^a Eva Maria Cordeiro de Araújo



Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 13 – *Campus Garanhuns*: Novo prédio de salas de aulas concluído.



Fonte: Autora, 2017.

Fotografia 14 - *Campus* Garanhuns: Novo prédio de salas de aulas, em construção.



Fonte: Autora, 2017.

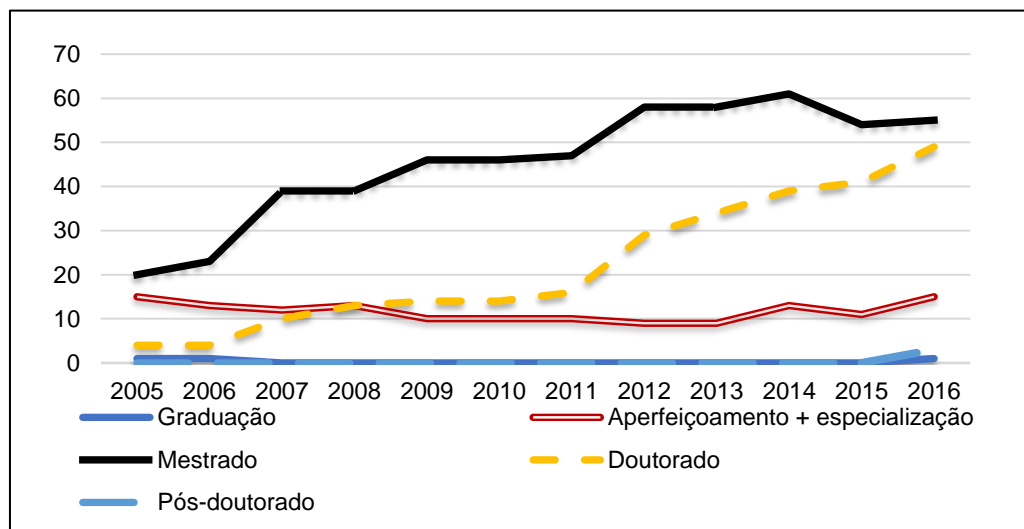
Mais um ponto observado refere-se ao perfil dos docentes. Importa ao processo a capacidade do corpo docente e dos pesquisadores para a produção e difusão de conhecimento e para a aproximação com as demandas locais e regionais. O *Campus* Garanhuns enfrentava um problema de deficiência no quadro de docentes,

O planejamento do calendário acadêmico começa com a preocupação de concentrar as aulas dos professores em dias consecutivos, por que eles moram em outros municípios. [...] uma grande parte dos professores não moram em Garanhuns, vem aqui para dar aula e voltam. (Professor Aduino Almeida, Vice-diretor do *Campus* Garanhuns)

É um absurdo a gente ter que se preocupar em criar mecanismos para obrigar os professores a ficar na universidade. [...] a maioria dos professores de Garanhuns só vão para o *Campus* dar aula, assim que acabam vão embora.

Essa reflexão baseia-se no entendimento de que a predisposição do corpo técnico e docente para produzir e difundir conhecimento são vantagens, facilitando composição de uma base multidisciplinar.

Gráfico 2 – Evolução do número de docentes do Campus Garanhuns, segundo o nível de qualificação



Fonte: Relatórios de atividades, de 2005 a 2016.

O gráfico acima, mostra um expressivo crescimento do número de doutores. Fato que sinaliza maior capacitação técnica e acadêmica para desenvolver suas atividades.

No que tange aos grupos de pesquisas, relação universidade-empresa para a difusão de inovação: uma breve análise da Universidade de Pernambuco a partir do diretório de Grupo de Pesquisa Lattes.

Sobre esse debate da inovação relacionado a trocas de experiência entre universidade-empresa é importante destacar que não é objetivo desta tese debater sobre esse assunto, mas sim mostrar sua importância para a difusão do conhecimento e da inovação, podendo gerar desenvolvimento para um dado território. Por esse motivo o debate teórico é superficial, pois o ponto focal deste tópico é a demonstração a partir dos grupos de pesquisa do CNPq-Lattes sendo analisado mais especificamente o Estado de Pernambuco e sua Universidade – a Universidade de Pernambuco (UPE), tendo como foco suas relações e atuações com as empresas e a partir dessas relações fazer verificações dos tipos de desenvolvimento tecnológico ocorridos na UPE e o foco dessa tese que é a na unidade de Garanhuns-PE.

A partir da análise sobre o processo de inovação, e principalmente da sua difusão, todas as atividades econômicas relacionadas com esse processo dependem de conhecimento (FELDMAN, 1994). O novo papel da informação e da difusão do conhecimento nas economias e no processo produtivo tem levado a um

reposicionamento do papel desempenhado pelas universidades, as quais não apenas são responsáveis pela formação de nível superior, treinamentos, entre outros e vem se tornando uma unidade crucial na difusão do conhecimento e na evolução de alguns setores industriais. (RAPINI 2007).

Essa relação vem contribuindo para o aumento do conhecimento científico ao processo tecnológico, remetendo um novo papel para as universidades na medida em estas que permanecem como fonte primordial de geração deste conhecimento para o desenvolvimento de inovação nas empresas de base tecnológica.

Neste sentido, essa aproximação entre esses dois entes proporciona benefícios para ambas as partes. É visto que para as universidades seriam: a) a atualização continuada de seu corpo docente, b) a experimentação com o mercado e c) colocação em prática dos conhecimentos gerados e a possibilidade de introduzir mais diretamente seus alunos no setor produtivo. E para as empresas elas teriam o ponto focal que é o desenvolvimento tecnológico, suporte em seus projetos de inovação e formação, treinamento e reciclagem de seu pessoal (RATTNER, 1984).

Outro fator importante colocado pelos pesquisadores Bittencourt *et al* (2012) é o fator da proximidade geográfica, pois a partir dela é possível gerar novas formas de interação e de desenvolvimento tecnológico, pois além de gerar conhecimento codificado gerar, a partir das experiências, o conhecimento tácito. é possível verificar na citação abaixo:

A importância da proximidade geográfica vem sendo amplamente investigada na literatura neo-schumpeteriana que aborda a interação universidade-empresa. de “transbordamento” (*spill-overs*) do componente tácito do conhecimento científico gerado nas universidades para as atividades de P&D industrial (JAFFE; TRAJTENBERG; HENDERSON, 1993; ACTS; AUDRETSCH; FELDMAN, 1992), a importância de colaborações informais e contatos “cara a cara” (face to face), ou seja, presenciais, em regiões de alta tecnologia (VARGA, 1997; MANSFIELD; LEE, 1996) e a contribuição da infraestrutura de pesquisa no desenvolvimento de capacidades inovativas da região (FELDMAN, 1994). (BITTENCOURT *et al*, 2012, p. 459)

Essa proximidade geográfica está relacionada também a concentração das estruturas tecnológicas existentes no território. Em resumo, quanto mais estruturas tecnológicas maiores serão as possibilidades de desenvolvimento tecnológico, pois haverá maiores oportunidades e escopo de relação e desenvolvimento de novas tecnologias entre as instituições.

Portanto, é importante, verificar que nos últimos anos, existe uma consolidação de um novo padrão de relacionamento entre o mundo acadêmico e a esfera industrial, estimulado pelo caráter estratégico de avanços em determinados campos do conhecimento técnico-científico e pela crescente sofisticação das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) necessárias à geração de inovações. E que é possível verificar essa situação, ou pelo menos parte dela, a partir da análise da Diretório dos Grupos de Pesquisa Lattes³².

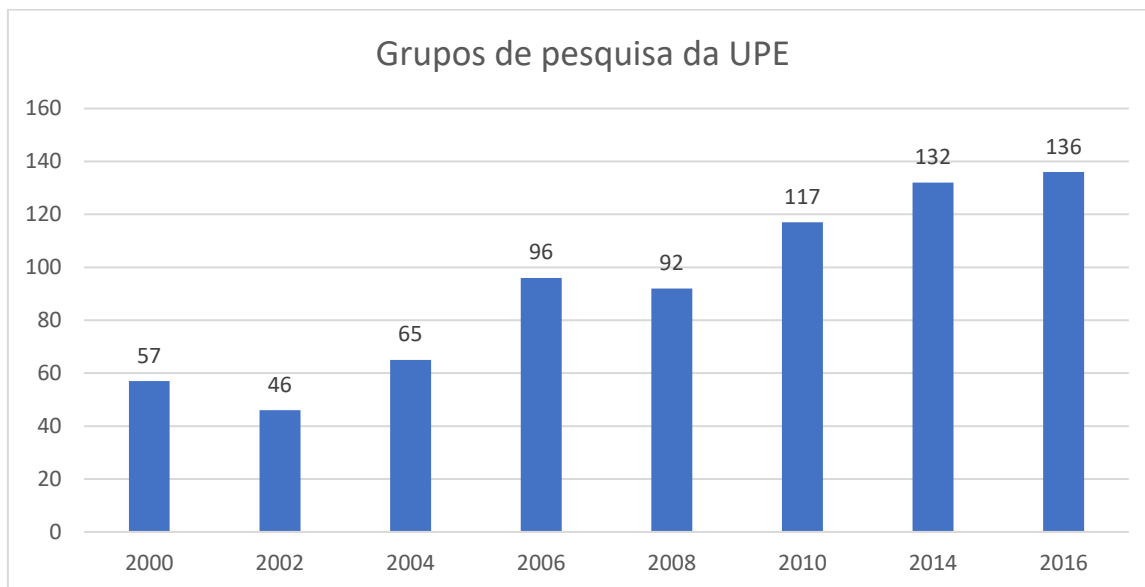
De acordo com Rapini (2007) O Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq reúne informações sobre os grupos de pesquisa em atividade no País abrangendo pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa em andamento, produção científica, tecnológica e artística geradas pelos grupos.

Carneiro e Lourenço (2003) enfatizam que esse tipo de plataforma, mesmo apresentando uma base de informação opcional de desenvolvimento nos últimos anos, vem crescendo o universo de usuários que colocam todas as informações, pois além de ser importante, é uma forma de divulgação e até mesmo de contemplação de recursos, por este motivo pode-se supor ter relativa representatividade da comunidade científica nacional.

Essa situação pode ser verificada a partir do Diretório do Grupo de Pesquisa Lattes de 2000 até 2016 com a evolução dos grupos de pesquisa na Universidade de Pernambuco (UPE), tendo uma taxa de crescimento geométrico de aproximadamente 5,60 para os 16anos analisados. Em números absolutos o resultado em 2000 era de 57 grupos de pesquisa e para o ano de 2016 o total de grupos foram de 136 um total de 79 grupo a mais no período analisado.

³² De acordo com o sítio do diretório seu principal objetivo é “O Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil constitui-se no inventário dos grupos de pesquisa científica e tecnológica em atividade no País. Assim a existência da atividade permanente de pesquisa numa instituição é condição prévia para participação dela no DGP, e não o contrário. Em outras palavras, o início de processo de criação ou implantação de atividades de pesquisa em uma instituição não se dá pelo Diretório. As informações contidas no Diretório dizem respeito aos recursos humanos constituintes dos grupos (pesquisadores, estudantes e técnicos), às linhas de pesquisa em andamento, às especialidades do conhecimento, aos setores de aplicação envolvidos, à produção científica, tecnológica e artística e às parcerias estabelecidas entre os grupos e as instituições, sobretudo com as empresas do setor produtivo. Com isso, é capaz de descrever os limites e o perfil geral da atividade científico-tecnológica no Brasil. Os grupos de pesquisa inventariados estão localizados, principalmente, em universidades, instituições isoladas de ensino superior com cursos de pós-graduação stricto sensu, institutos de pesquisa científica e institutos tecnológicos. O Diretório possui uma base corrente, cujas informações podem ser atualizadas continuamente pelos atores envolvidos, e realiza censos bi-anuais, que são fotografias dessa base corrente. Importa ainda ressaltar que o CNPq não exige a participação de instituições, pesquisadores e estudantes no DGP como requisito para a participação em seus editais e programas.

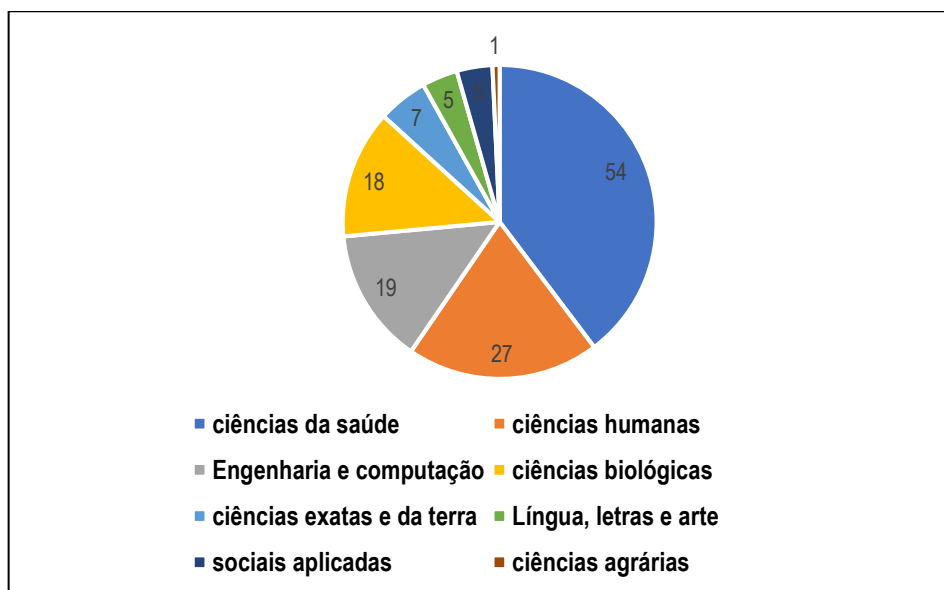
Figura 6 – Número de Grupos de Pesquisa Lattes da UPE, 2000 – 2016.



Fonte: diretório de Grupo de Pesquisa Lattes (2000 – 2016)

Fazendo uma estratificação para o ano de 2016 é possível verificar a distribuição dos grupos de pesquisa a partir das áreas do conhecimento da universidade de Pernambuco. As principais áreas do conhecimento são: ciências da saúde, ciências humanas, engenharia e computação, ciências biológicas, ciências exatas e da terra, língua, letras e artes, sociais aplicadas e ciências agrárias, totalizando 136 grupos de pesquisa no ano de 2016. As principais referências para o ano de 2016 são ciências da saúde com 54 grupos de pesquisa e depois com metade de grupos (27) tem um total de 27 grupos ciências humanas, logo depois vem as áreas de engenharia e computação com um total de 19 grupos, sendo seguido de 18 grupo a área do conhecimento ciências biológicas, fechando com menos quantidades as área de ciências exatas e da terra, línguas, letras & arte e finalmente as ciências agrárias com total de 11 grupos de pesquisa.

Figura 7 - Grupos de Pesquisa por grande área do conhecimento da Universidade de Pernambuco - 2016



Fonte: Diretório de Grupo de Pesquisa Lattes, 2016.

De acordo com o DGP o foco dessas relações é com as empresas do setor produtivo e que em muitos dos casos, para a UPE essa relação está totalmente associada com outras instituições públicas de ensino superior e/ou de pesquisa. Talvez seja o primeiro indicador de inconsistência, visto que os pesquisadores que preencham essa atividade podem não estar entendendo a verdadeira importância deste ponto de parcerias com instituições.

Outra inconsistência é quanto ao o número de grupos de pesquisa relacionados a UPE. O primeiro número representado para esse ano é de 192 grupos. Porém, foram identificados 169 no banco de dados, visto que os grupos excluídos não foram computados, somente os em preenchimento e os desatualizados. Se supõem que essa diferença seja pelo número de grupos excluídos que seriam 23 grupos, porém como não foram computados não há como fazer a afirmação.

Quadro 10 - Distribuição das Unidades da UPE

CÓDIGO	UNIDADE	NÚMERO
1	Recife	104
2	Camaragibe	12
3	Nazaré da Mata	12
4	Caruaru	1
5	Garanhuns	17
6	Arcoverde	3
7	Serra Talhada	1
8	Petrolina	19

Fonte: DGP, 2017.

Como é indicado no quadro acima a uma grande centralização dos grupos de pesquisa da UPE na cidade do Recife com 104 grupos se for analisar a Região Metropolitana do Recife (RMR) esse número aumenta ainda mais ficando com um total de 116 grupos de pesquisa, visto que Camaragibe faz parte da RMR, ou seja, cerca de quase 70% dos grupos de pesquisa estão na região metropolitana. Sem contar com a RMR existe um total de 53 grupos de pesquisa espalhados pelo Estado de Pernambuco nas unidades da UPE. Deles as mais representativos são Petrolina, com um total de 19 grupos, e Garanhuns, com um total de 17 grupos de pesquisa, mas ao verificar o tamanho do estado de Pernambuco que, seguindo o IBGE (2010), é de 98.312 Km² há, um hiato espacial na distribuição e quantidade desses grupos em relação ao resto do Estado de Pernambuco.

Outro dado importante é que dos 169 grupos de pesquisa apenas 54 possuem algum tipo de relacionamento institucional “Instituições parceiras relatadas pelo grupo”, sendo só de Recife um total de 41 grupos de pesquisa com relacionamento, contando com Camaragibe esse número sobe para 44 grupos de pesquisa para RMR, ou seja, é uma grande centralização dos grupos de pesquisa na região metropolitana, em percentual equivale a quase 82% do número total de grupos de pesquisa. A situação, em relação ao banco de dados, é que Arcoverde e Caruaru não possuem grupos com relacionamento; Garanhuns, Nazaré da Mata possuem cada um tem três grupos com relacionamento, e Petrolina possui um total de 4 grupos de pesquisa com relacionamento.

Ainda é importante destacar que esses grupos de pesquisa colocam como relacionamento instituições de pesquisa e instituições de ensino superior, em ambos os casos instituições públicas. Por esse motivo é possível que muitas dessas relações não estejam atendendo o setor produtivo, mas sim pesquisas básicas, não que isso seja irrelevante, porém para esse ponto de cadastramento o mais importante são as relações institucionais com os entes privados, ou seja, o que vem se convencionando chamar da relação universidade-empresa. Esse total de relacionamento com empresas públicas e privadas são de apenas 17, a partir do banco de dados e preenchimento dos pesquisadores, esse total em percentual é de aproximadamente 30%.

É importante ressaltar que há importantes relacionamentos que não foram computados, pois são com instituições do exterior que em muitos dos casos são institutos de pesquisa ou universidade (University of Southern Denmark - SDU,

Universidade do Porto - U.PORTO, Boston University - BU, Massachusetts Institute of Technology – MIT, entre outras.), mas que são importantes para a difusão do conhecimento e da inovação, porém não podem ser relacionados como um relacionamento com empresa, ponto focal deste tópico.

Analisando especificamente a unidade de Garanhuns é importante verificar as áreas específicas do conhecimento para verificar as principais atuações na localidade e região. A distribuição está da seguinte forma: para a área de educação são 6 grupos; para a área de linguística são 4 grupos; para a área de psicologia são 3 grupos; para a área de matemática são 2 grupos e para as áreas de geografia e bioquímica são de 2 grupos, uma para cada área do conhecimento.

Analisando todos os grupos a partir das “linhas de pesquisa” e “Repercussões dos trabalhos do grupo” é perceptivo que nenhum grupo está inserido no debate produtivo. Talvez o grupo da geografia que tem em suas linhas de pesquisa: “Geografia Agrária com ênfase em agroecologia e pequena produção rural”, porém como não há uma avaliação específica é possível que haja erros na avaliação visto que não houve entrevistas. Outro grupo de pesquisa que atende uma demanda aparente de um arranjo produtivo local é o grupo de pesquisa de bioquímica que tem como atuação “desenvolver métodos, ferramentas analíticas e produtos biotecnológicos e biofarmacêuticos em escala laboratorial que possam contribuir para a resolução de agravos à saúde e doenças.” Não faz parte do arranjo da região do Agreste Meridional, mas sim da região de Goiana que há uma unidade da Hemobrás³³, desenvolvendo ações na área de fármacos.

Os outros grupo de pesquisa, aparentemente, a partir de uma análise superficial dos dados dos grupos de pesquisa atendem demandas locais-regionais na área da educação (pedagogia, linguística e matemática) demandas de uma política de educação e uma demanda na área de psicologia que para um centro urbano com uma população, só para o município de Garanhuns, de acordo com o IBGE (2010) com um total de 112.462 já existe, aparentemente, uma demanda reprimida e que é de total necessidade para a região.

Por fim, há um único grupo de pesquisa que possui relacionamento indicado pelo banco de dados. O grupo é o de psicologia que tem relacionamentos com instituições estrangeiras, são elas: “Universidad Nacional de Tucumán - UNT e

³³ A Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia é uma empresa estatal brasileira vinculada ao Ministério da Saúde fundada em 2004 com sede em Brasília.

Université de Rennes II - RENNES 2". Como já mencionado esses relacionamentos são muito importantes para a difusão do conhecimento e inovação, mas para o ponto deste debate que é relação universidade-empresa não é o foco principal, visto que o relacionamento é com instituições de ensino da Argentina e a outra da França.

O último elemento analisado refere-se a **produção e difusão de tecnologia**. Essa é uma ação que trabalha a interação da universidade com o mercado, para produção de tecnologia intensiva em conhecimento. Essa relação é incentivada pelo Governo do estado, por meio da SECTI, e que recentemente firmou parceria com o ITEP para criação e implementação do núcleo de incubação³⁴ no *Campus Garanhuns*.

Segundo o acordo de parceria entre a UPE, SECTI e ITEP, o núcleo de incubação "será um ambiente a ser criado nas dependências da UPE, com o fito de estimular o desenvolvimento de empresas inovadoras de base tecnológicas a partir de projetos oriundos de alunos e professores desta instituição de ensino e demais interessados". Importante esclarecer que uma Incubadora de Empresas de Base Tecnológica "abriga empresas cujos produtos, processos ou serviços são gerados a partir de resultados de pesquisas aplicadas, nos quais a tecnologia representa alto valor agregado". (BRASIL, 2000, p.7)

Dentro da universidade, as empresas incubadas encontram importantes ativos para nascerem, amadurecerem e enfrentarem um mercado muito competitivo e desigual. Segundo o Sebrae, o Brasil possui uma alta taxa de mortalidade de micro e pequenas empresas, e os motivos para isso envolvem desde a falta de planejamento, a carga tributária, passando pela falta de experiência. Para ser empresário não basta ter um serviço ou produto para vender, é preciso desenvolver um negócio. Nessa perspectiva, as incubadoras apresentam-se como um diferencial competitivo, a medida em que além de estimular o empreendedorismo, auxilia diretamente em processos capacitação em diversos âmbitos, como elaboração de plano de negócio, precificação dos produtos e serviços, logística.

³⁴ Em 1998, o Governo Federal cria o Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos (PNI) "para articular, consolidar, ampliar, aprimorar e divulgar o apoio disponível para instituições que planejam instalar incubadoras e unidades administrativas destinadas ao seu gerenciamento". Hoje, o PNI conta com a participação das seguintes instituições: Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco do Nordeste, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (ANPROTEC) e o Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

Em matéria publicada no diário oficial do estado (2017), a secretária de Ciência, Tecnologia e Inovação de Pernambuco, Lúcia Melo afirma que “é a partir de uma incubadora que se projeta e se estimula novos talentos e novas oportunidades de empreendimentos e negócios aqui para a Região. A universidade vai crescer ainda mais com essa dinâmica”. A matéria ainda informa que a incubadora, com inauguração prevista para novembro de 2017, “terá toda uma infraestrutura para apoiar o desenvolvimento e aceleração das ações empreendedoras, dando suporte à inovação e a criatividade no setor tecnológico”.

Em todo o mundo são vários os mecanismos utilizados para induzir a criação de empresas inovadoras. Dentre eles o Manual para a Implantação de Incubadoras de Empresas, elaborado pelo Ministério de Ciência Tecnologia, destaca a incubação de empresas como crucial para o processo de inovação.

Dentre os mecanismos e arranjos institucionais/ empresariais que viabilizam a transformação do conhecimento em produtos, processos e serviços destaca-se a incubação de empresas, na qual é importante a participação ativa da comunidade que realiza pesquisas e atividades tecnológicas, nas universidades e em outras instituições de cunho tecnológico. Em um contexto onde o conhecimento, a eficiência e a rapidez no processo de inovação passam a ser reconhecidamente os elementos decisivos para a competitividade das economias, o processo de incubação é crucial para que a inovação se concretize em tempo hábil para suprir as demandas do mercado. (MCT, 2000, p. 4).

Na leitura do reitor da UPE, essa é uma importante iniciativa para induzir o desenvolvimento regional. A universidade que já atua no processo de produção e difusão de conhecimento, pode fortalecer e trabalhar diretamente com a produção de tecnologia. Dentro da lógica de competitividade e desenvolvimento com base no conhecimento e tecnologia, os programas de incubação de empresas são importantes ações para fortalecer o desempenho econômico. No entanto, a instalação de uma incubadora demanda espaço físico, especialmente construído para abrigar as pequenas empresas, e uma série de serviços e facilidades, como por exemplo:

Espaço físico individualizado, para a instalação de escritórios e laboratórios de cada empresa admitida;

Espaço físico para uso compartilhado, tais como sala de reunião, auditórios, área para demonstração dos produtos, processos e serviços das empresas incubadas, secretaria, serviços administrativos e instalações laboratoriais; (MCT, 2000, p. 5).

Apesar de ainda não ter sido concluída as instalações físicas da incubadora, foi observado na pesquisa de campo que o espaço físico planejado adequa-se aos pré-requisitos supracitados. A estrutura da incubadora contará com cinco salas para

incubação, duas salas para gestão/administração, uma sala para reunião e outra para convivência. A incubadora deverá dispor de recursos humanos e serviços especializados auxiliares ao funcionamento da incubadora, conforme indicação do MCT (2000, p.5)

Recursos humanos e serviços especializados que auxiliem as empresas incubadas em suas atividades, quais sejam, gestão empresarial, gestão da inovação tecnológica, comercialização de produtos e serviços no mercado doméstico e externo, contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, contratos com financiadores, engenharia de produção e Propriedade Intelectual, entre outros;

Esse talvez seja o gargalo ainda não resolvido pela direção do campus. Segundo o acordo de parceria anteriormente citado, o *Campus Garanhuns* se obriga a “implantar e coordenar o Núcleo de incubação da UPE de forma conjunta com a ITEP/OS”. No entanto, acredita-se que isso será um grande desafio, pois não se verifica dentre os docentes do campus, alguém com o perfil adequado para coordenar tal projeto, tão pouco o *Campus* possui expertise para abrigar tal iniciativa. Quando questionado a esse respeito, o reitor da UPE apontou a possibilidade de indução do desenvolvimento. Para ele, iniciativas como esta podem apresentar deficiências no início do funcionamento, mas sua capilaridade social e econômica, desenvolvidas ao longo do tempo, se sobrepõe às dificuldades iniciais.

Também foi questionado o motivo da escolha de implementar a incubadora no *Campus Garanhuns* e não o *Campus Benfica*, o qual abriga a Escola politécnica, instituição com mais de cem anos de história e um corpo docente envolvido com contínuos processos de pesquisa científica e acadêmica. Como resposta, o reitor da UPE identificou dois motivos: alinhamento a política de interiorização do desenvolvimento, assumida pelo atual governo do estado, e o segundo motivo, diz respeito ao vínculo pessoal com Garanhuns/PE. Novamente, tem-se um exemplo da interferência de interesses específicos nas decisões. No que tange à capacitação/formação/treinamento esse será realizado em parceria com o ITEP/OS, instituição com expertises sobre a incubação de empresas.

Capacitação/Formação/Treinamento de empresários-empreendedores nos principais aspectos gerenciais, tais como gestão empresarial, gestão da inovação tecnológica, comercialização de produtos e serviços no mercado doméstico e externo, contabilidade, marketing, assistência jurídica, captação de recursos, contratos com financiadores, gestão da inovação tecnológica, engenharia de produção e Propriedade Intelectual;

Acesso a laboratórios e bibliotecas de universidades e instituições que desenvolvam atividades tecnológicas. (MCT, 2000, p. 5).

5.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Diante das discussões apresentadas no capítulo, segue os principais resultados e correlações percebidas.

. No século XIX, inicia-se oficialmente o processo de formação econômica e territorial da cidade de Garanhuns E QUE tem como catalisador a construção do ramal férreo, na década de 1887.

. O trem facilitou o escoamento da produção agrícola e atraiu comerciantes e produtores. A cidade se desenvolve como importante entreposto comercial na região do agreste meridional.

. A linha férrea impulsionou a construção de prédios comerciais e residenciais, e aos poucos a cidade adquiriu estruturas urbanas.

. O desenvolvimento da cidade de Garanhuns/PE concentra maior parte do fluxo populacional, de mercadorias e capital da região, o que pode explicar a estagnação dos outros núcleos urbanos no entorno de Garanhuns/PE.

. Além das atividades de compra e venda de produtos, Garanhuns/PE teve participação significativa como produtora em vários ciclos econômico do Brasil, como pecuária, algodão, café, mandioca. Isso permitiu acumular capital, atraindo investidores para a região.

. A crescente urbanização é outro fator de atração de atividades específicas, como turismo, educação, saúde.

. No século XX, Garanhuns/PE, enquanto centro sub-regional A, figura como uma importante cidade da rede urbana pernambucana, polarizando 22 cidades do seu entorno.

. Apesar dos desmembramentos territoriais e criação de novas cidades, Garanhuns/PE continua exercendo forte poder de polarização nas áreas circunvizinhas ao seu centro urbano. As cidades que surgiram estão no último nível da hierarquia urbana e orbitam em torno de Garanhuns/PE. Fato que limita os processos de competitividade e cooperação. A cidade não compete com outro centro urbano, o que desestimula seu crescimento.

. As desigualdades regionais herdadas do século passado, se mantem e tem continuidade frente as novas configurações da economia globalizada.

. No que tange ao sistema de ensino superior, atualmente a cidade concentra importantes instituições de educação superior, como a: Universidade de Pernambuco, Universidade Federal Rural de Pernambuco e a Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns.

. Especificamente sobre a expansão do *Campus* Garanhuns/PE, pode-se concluir que:

Primeiro, o contexto político e econômico teve forte influência para a expansão do Campus. No primeiro momento teve relevância a articulação política entre professor Pedro Falcão, antigo vice-diretor, e o ex-deputado federal Fernando Ferro, para aprovação de emendas parlamentares para investir na infraestrutura física da escola. Num segundo momento, tem importância as relações políticas e de interesse específico entre o professor Pedro Falcão (antigo vice-diretor), o ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva e Eduardo Campos (ex-Governador de Pernambuco), o que permitiu investimentos em novos cursos, ampliação do quadro de pessoal, qualificação dos docentes e ampliação da infraestrutura física.

Segundo, a definição do papel institucional da UPE *Campus* Garanhuns, enquanto equipe, não foi realizado. Há dificuldades gerenciais e de cultura pessoal que barram o planejamento das ações do campus. O principal impacto é a deficiência (ou ausência) de engajamento territorial.

Terceiro, a expansão da oferta de cursos acontece pautada mais em determinações políticas do que análise técnica. As mudanças ocorreram de forma intempestiva, sem planejamento, estudo adequado de viabilidade ou diálogo com a base produtiva, imprimindo dificuldades no engajamento territorial. Houve ampliação e diversificação da oferta de cursos em outras áreas do conhecimento e na modalidade Ensino a Distância. Houve preocupação de sobreposição de oferta com outras instituições da cidade, mas novamente o diálogo ocorreu com base em interesses específicos e não o estabelecimento institucional de diálogo. A expansão também envolveu programas estaduais e federais para formação específica de professores da educação básica.

E quarto, a difusão de conhecimento não se apresentou no centro as ações de expansão do *Campus* Garanhuns. Houve ampliação e qualificação do quadro de docentes, aumentando o quantitativo de doutores e mestres no campus, mas há

grande dificuldade de fixação do docente na cidade de Garanhuns/PE. No entanto, registra-se pouca produção científica, interação entre pesquisadores, entre universidade - sociedade, ou ainda universidade – empresa. As atividades desenvolvidas por grande parte dos docentes limitam-se ao ensino da profissão. Existe pouquíssimos projetos de pesquisa individuais financiados por agências de fomento. Ocorre poucos eventos científicos. Existe poucos grupos de pesquisa, com baixa produção, e sem interação com outros grupos ou instituições, públicas ou privadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A universidade tem grande impacto na dinâmica em que se insere. Tem uma forte atuação na mudança social.

O desenvolvimento de uma região está diretamente ligado aos investimentos locais. O incentivo à educação, principalmente superior, leva ao local de implantação um crescimento acelerado. Esse processo rápido ocorre pela necessidade de o meio se adequar à nova realidade local, resultando no desenvolvimento por conta do aumento da demanda de docentes, técnicos e discentes no local.

Ao mesmo tempo, os egressos do ensino médio sem opções de educação superior em sua região tendem a migrar, muitas vezes em caráter definitivo, para locais onde a oferta é mais ampla e diversificada. A região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificar.

Nas últimas décadas, o Brasil conjuga grande avanço no quantitativo de oferta de vaga em instituições públicas de educação superior, no quantitativo de instituições de educação superior pública e na distribuição territorial das instituições.

Respostas aos objetivos específicos

De forma didática, analisa-se aqui os quatro objetivos específicos desenvolvidos ao longo do documento, como ponto de partida para a compreensão da tese a ser defendida. Efetivamente, a análise centra-se nos capítulos 2, 3, 4 e 5, nos quais são apresentados uma discussão teórica, reflexão prática e resultados parciais que permitiram testar as hipóteses e alcançar o objetivo geral.

O primeiro objetivo específico examinou a recente política de expansão da Universidade de Pernambuco e seu direcionamento ao diálogo com o território. Este objetivo foi desenvolvido e respondido no segundo capítulo da tese, no qual traz as estratégias estaduais de desenvolvimento regional associadas as políticas de expansão da educação superior, as quais priorizam a expansão da UPE para regiões de maior dinamismo e centralidade no interior do estado, como medida a descentralização e interiorização do desenvolvimento de Pernambuco.

O exame da expansão da UPE clarifica alguns entendimentos que permitem compreender as ações realizadas no *Campus* Garanhuns. Esses entendimentos são:

Ambiente político. O processo de expansão ocorreu dentro de um contexto político muito favorável, no qual se teve uma forte articulação entre o governo federal, representado pelo ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e o governo estadual, representado pelo ex-Governador Eduardo Campos. As relações estabelecidas, além de interesses políticos, envolviam interesses específicos do ex-Presidente Lula, que como “filho da terra” demonstrava empenho pessoal para direcionar ações públicas para o Estado de Pernambuco e para a região de Garanhuns/PE.

Política Estadual de Desenvolvimento Regional. A política desenvolvida no governo de Eduardo Campos teve como base a produção e difusão de Ciência, Tecnologia e Inovação, que por meio da SECTI insere a UPE no contexto. As ações do Governo do Estado priorizaram a infraestrutura de logística (rodovias, ferrovia, aeroporto, complexo industrial-portuário de Suape), de inovação e tecnologia, de qualificação para o trabalho (Agência do Trabalho e Centros Tecnológicos e de Educação Profissional), adensamento dos arranjos e cadeias produtivas.

A participação da UPE nesse contexto se dá em ações específicas para: Fortalecer a Base de Engenheiros, Fortalecer a Base de Doutores, Aumentar a presença da UPE em todo o Estado, Aumentar as atividades de CT&I em energia solar, questões geoclimáticas e ambientais e serviços públicos essenciais, Criar e consolidar habitats de inovação com atividades de P&D voltadas para os setores produtivos do Estado - Iniciativas de P&D nas Empresas, Disseminar mais a cultura científica, tecnológica e da inovação, Criar redes integradas de CT&I e CVT's voltadas para os setores produtivos, Implementar um quadro e um plano de cargos, carreiras e vencimento da CT&I, Implementar um Sistema de Apoio à Decisão para a SECTI.

Estratégias de expansão da UPE. Estas tiveram como ações prioritária a ampliação e qualificação do corpo técnico e docente da instituição, e a criação de cursos e *campi* em municípios de maior centralidade nas Regiões de Desenvolvimento do Estado. As estratégias seguem as orientações da política de desenvolvimento regional do estado, e em muitos casos contribuíram para a histórica falta de diálogo entre a universidade e os territórios em que se insere. Isso por que, em sua maioria, os cursos e os municípios-sede dos novos *campi* foram escolhidos sem ponderar as especificidades territoriais, no que tange a vocação, a infraestrutura disponível e o arcabouço institucional.

A leitura e diálogo com as especificidades territoriais são questões basilares para que a universidade não se limite as atividades de ensino, e para que possa

contribuir para a produção e difusão de ciência, tecnologia e inovação. Os dados analisados dizem que tal leitura ocorreu de forma transversal como uma forte subjetividade política.

O segundo objetivo específico da tese traz uma discussão sobre o amadurecimento institucional da universidade pública no Brasil. Isso por que as recentes políticas de expansão do ensino superior chamam a universidade para o centro do processo de desenvolvimento, e demandam dela uma robusta experiência na produção de conhecimento, direcionado para a consolidação ou indução do desenvolvimento. No entanto, o processo histórico de evolução das universidades demonstra uma série de condicionantes que limitam suas ações.

Essa discussão foi apresentada no terceiro capítulo deste documento, e seus resultados ajudam a entender a UPE enquanto instituição de ensino superior pública, estadual, de estrutura *multicampi*. Como principais entendimentos tem-se:

Criação tardia e assimétrica com o desenvolvimento do país. A criação de cursos de educação superior no Brasil tinha como objetivo formar uma elite dominante e manter em suas mãos o poder político e econômico do país, o que reproduzia um modelo social desigual e territorialmente localizado em regiões de maior concentração econômica. A trajetória do ensino superior evidencia também a falta de diálogo com a base social e econômica do país.

A universidade propriamente dita é criada no início do século XX, e já nasce tendo como herança fragilidades no seu progresso científico e tecnológico e uma limitada capacidade de contribuir para o desenvolvimento do país. Além disso, as primeiras universidades foram criadas dando continuidade a um processo elitista, a serviço de interesses minoritários e não refletindo sobre as necessidades do país. Esses fatores influenciam ainda hoje a criação na construção de novas universidades.

É bem verdade que o tempo de ação da universidade é distinto da realidade concreta, no entanto é a serviço desta realidade que a universidade deve planejar suas ações. A universidade deve conjugar ações planejadas e em articulação com os diferentes setores da sociedade.

A educação superior em Pernambuco se aproxima deste contexto nacional. As primeiras instituições pernambucanas de ensino superior foram criadas com o intuito para formar uma elite local em plena expansão econômica. No início do século XX registra-se um conjunto de faculdades voltadas para a demanda do mercado de trabalho, em áreas muito específicas.

No final da década de 1960, indução do governo estadual, registra-se um importante movimento de interiorização do ensino superior no estado, cujo objetivo era a formação de professores para a educação básica, em regiões de crescente expansão econômica e urbana. Trata-se das Faculdade de Formação de Professores de Nazaré da Mata/PE, Garanhuns/PE e Petrolina/PE, hoje constituídas *campi* da UPE.

Apesar da relevante distribuição territorial da educação superior em Pernambuco, ela acontece trazendo consigo uma continuidade da dissociação com o contexto em que se inserem. As cidades de Nazaré da Mata/PE, Garanhuns/PE e Petrolina/PE, dentro da economia da grande lavoura, respondiam por processos de acumulação de capital e dinâmica urbana distintas, no entanto as faculdades que lá se instalaram tiveram suas atividades limitadas a formação de professores de Letras, Ciências (Habilitação em Biologia e Matemática), História e Geografia. No caso específico, da cidade de Garanhuns/PE a Faculdade permaneceu com o perfil de formação de professores de 1967 até 2007, quando cria o curso de Psicologia.

Fragmentação do Sistema de Ensino Superior. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, promoveram grandes transformações na estrutura e organização do ensino superior no Brasil. O pacto federado estabeleceu responsabilidades específicas para cada ente federado, a serem desenvolvidas em sistema de colaboração. Trata-se de um processo de descentralização política administrativa do Estado, que promoveu a formatação de sistemas de ensino nas esferas federal, estadual e municipal. Isso por que, segundo as legislações citadas, compete a União oferecer vagas em instituições de ensino superior gratuita em todo território brasileiro. Mas, os estados e municípios tem a liberdade de ofertarem a educação superior, constituindo sistemas próprios.

As instituições de ensino superior devem respeitar a legislação citada anteriormente, no entanto, as orientações e fiscalização compete a órgão diferentes. As instituições mantidas pela União ou pela iniciativa privada estão dentro do escopo do Ministério da Educação. Já as instituições mantidas pelo poder público estadual e municipal estão vinculadas as secretarias estaduais de educação ou as secretarias estaduais de ciência e tecnologia.

As políticas e planos educacionais da União, Estados e municípios na legislação devem estar integrados. Na prática, essa descentralização colaborativa esbarra na falta de infraestrutura, clareza dos gestores, influência de atores políticos,

entre outras coisas. Visualiza-se uma fragmentação do sistema de ensino que em muitos casos ocasiona o enfraquecimento e a falta de unidade para o desenvolvimento da educação superior no país.

Contribuição para o desenvolvimento regional. A universidade contribui com o desenvolvimento regional enquanto instituição produtora e difusora de conhecimento científico, tecnológico e inovativo. Mas, para isso ela necessita de algumas condições específicas como: um conjunto instituições que dialoguem e cooperem entre si, um sistema de monitoramento e avaliação, dialogo com a sociedade, dialogo com a base produtiva, entre outras.

Mas, a universidade também contribui de forma indireta. A implantação ou funcionamento de uma universidade interfere em diversas cadeias produtivas (formais e informais) e promovem mudanças sociais, ultrapassando os limites políticos administrativos em que se insere.

O terceiro objetivo específico discutiu a dimensão territorial e sua influência no diálogo com a universidade. O território é resgatado recentemente e se insere como plano de fundo das políticas públicas desenvolvidas entre os anos de 2003 a 2014. A discussão realizada e apresentada no quarto capítulo da tese, traz alguns elementos da construção teórica do termo, que serviram de parâmetros para a leitura da dimensão territorial na agenda política brasileira e sua utilização enquanto dimensão operativa das políticas de expansão da educação superior, que se territorializam a medida em que são implementadas. A dimensão territorial influencia diretamente o funcionamento da universidade, uma vez que responde pelas redes de relações físicas e institucionais, pelos múltiplos atores territoriais e suas escalas de poder e ação.

O quarto capítulo dedica-se ao debate sobre o tema, o qual traz como resultados três elementos teóricos que serviram de base para a leitura do *Campus Garanhuns*, são eles:

Influência do poder hegemônico. O poder do governo nacional é muito forte e condiciona a atuação da universidade de acordo com seus interesses, sem vinculação com as demandas ou necessidades locais/regionais em que se inserem.

Múltiplas escalas de ação e decisão. Este é um fator relevante para afirmar que os processos socioculturais de cada região são centrais no processo de produção e difusão de conhecimento e inovação. É a leitura e dos agentes locais/regionais que se desenvolve a difusão.

Difusão do conhecimento. Como maior vantagem e contribuição ao desenvolvimento regional, tem-se que a difusão permite que o conhecimento (científico, tecnológico e inovativo) se propague em todo território. Para isso a universidade tem que conjugar esforços não só para a produção do conhecimento, mas também para a interlocução entre a comunidade científica e a sociedade em geral. Esse talvez seja o grande desafio da universidade, e coloca no cerne da questão a complexidade dos processos sociais e territoriais.

A difusão do conhecimento não pode se restringir a formação acadêmica ou a pesquisa científica individual dos docentes, ela deve agir nas fragilidades e especificidades, a partir de um diálogo contínuo com o território. Indiretamente, a universidade difunde conhecimento através da ação de seus egressos, mas esse é um viés pouco explorado e avaliado pela universidade pública no Brasil.

No quinto capítulo deste documento, se realiza a avaliação do último objetivo específico, que aborda diretamente o estudo de caso da tese. Trata-se da avaliação do processo de expansão do *Campus* Garanhuns e seu engajamento territorial. O período estudado compreende os anos de 2005 e 2017, contemplando a vigência da política nacional de expansão da educação superior, entre 2003 e 2014.

Refletindo um movimento nacional, a educação superior em Pernambuco sofreu alterações no que tange a ampliação do número de vagas, de cursos, graduação e pós-graduação, e de instituições, não apenas no sistema federal, mas também nos sistemas estadual e municipais. No caso específico do *Campus* Garanhuns, as mudanças são percebidas a partir do ano de 2006, com uma mudança de perfil institucional, antes voltado apenas para a formação de professores para o ensino básico, agora acrescentando cursos de bacharelado e mestrado.

A criação do *Campus* teve origem na visão particular da UPE para a interiorização da educação superior em Pernambuco, que envolveu outros *campi* nas mesorregiões da Mata e Sertão pernambucano. Na perspectiva de descentralização da educação superior e indução do desenvolvimento regional, a criação do *Campus* Garanhuns representa uma ação muito positiva. Mas, na perspectiva de planejamento, gestão e desenvolvimento institucional, o *Campus* representa uma fragilidade, por variados motivos. Após sua instalação, o *Campus* Garanhuns levou 40 anos, compreendidos de 1966 a 2006, para ampliar as áreas de conhecimento em que atua e para integra-se a produção e difusão de conhecimento tecnológico e inovativo.

A expansão do *Campus* Garanhuns acontece a partir da influência da Política nacional de expansão da educação superior e das relações sócio institucionais entre os gestores públicos. A força política e as relações pessoais entre o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, representado o Governo Federal, o ex-Governador Eduardo Campos, e o Reitor Professor Pedro Falcão, representando a UPE, permitiu que o *Campus* Garanhuns recebesse muitos investimentos, mesmo sem uma adequada leitura regional de viabilidade técnica e econômica para implantação de por exemplo o curso de Licenciatura em computação, Medicina e a incubadora de empresas (ainda em fase de implantação). Estes indícios sinalizam dificuldades adicionais para produção de efeitos positivos e multiplicadores no território.

Mas, já se visualizam efeitos positivos do processo de expansão do Campus, como as ações complementares que envolvem: a ampliação do quadro de pessoal, técnico e docente; o incentivo e programas de formação de mestres e doutores; e a ampliação e recuperação da infraestrutura física. Tratam-se de antigas reivindicações do Campus, que em virtude da política atual conseguiu lograr êxito.

No que pese as relações com o território, chega-se a compreensão que ela acontece de forma parcial e em muitas ocasiões superficiais. No cenário encontrado foram percebidos diversos fatores, de cunho cultural, institucional, econômico e político, configurando-se como barreiras ao relacionamento com o território, como por exemplo: falta de debates, entre o corpo docente e o quadro de gestores, sobre o contexto regional/nacional e o papel da universidade; baixa quantidade de pesquisa científicas, com financiamento público; falta de planejamento nas atividades investigativas; baixa interação com outras instituições locais; resistência a mudança; falta de acompanhamento dos egressos.

Considerando o debate sobre universidade e desenvolvimento regional, pautado no conhecimento científico, tecnológico e inovativo, o *Campus* Garanhuns/PE contribui de forma limitada e circunscrita ao seu entorno. A cidade tem forte poder de centralidade econômica e populacional dentro da RD Agreste Meridional, mas essa dinâmica não dialoga com o *Campus* da UPE, o que confirma a hipótese inicial da tese. A expansão do *Campus* alcança as metas estabelecidas pela política nacional e estadual, mas não há engajamento consciente e planejado com o território em que se insere. As repercussões na mudança social decorrentes de uma instituição de educação superior, vista genericamente em qualquer exemplo no Brasil, são as mais ações mais próximas de engajamento territorial.

As barreiras impostas à instituição são herdadas do seu processo de formação e se tiverem continuidade serão responsáveis pelo fracasso dos investimentos realizados nessa década. Que apesar de terem sido alcançadas a partir de interesses pessoais, são centrais para promover mudanças institucionais em prol da aproximação e atuação direcional ao território e a região em que se insere.

Implícito aos resultados apresentados e em certo momento decisivo no processo de tomada de decisão, figura as relações de poder entre os atores. Na escala operativa das políticas públicas, o poder de ação e decisão dos atores representam uma dificuldade adicional a efetiva gestão e desenvolvimento dos territórios.

Em outras palavras, exemplificando para o caso do gestor da incubadora de empresas da UPE Garanhuns, é possível fazer as seguintes conjecturas: a) se o gestor não tiver competência técnica a ação pública não chegará ao seu nível ótimo; b) se o gestor não tiver uma visão sistêmica sobre o processo de incubação em relação ao território e as instituições parceiras, a tendência é que ação pública não chegue no seu nível ótimo; c) se o gestor em conjunto com o corpo diretivo da UPE não tiver uma perspectiva da totalidade do território dificilmente essa ação chegará o nível ótimo enquanto política pública.

Esses condicionantes exemplificados na implementação da incubadora, é um breve exemplo das possibilidades negativas para o desenvolvimento da gestão pública de uma instituição de ensino superior. Em suma, quando a decisão de implementação de uma política pública estiver mais atrelada a fatores políticos partidários ou interesses individuais ou ações oportunistas, a tendência é que a ação pública não funcione a contento. Como exemplo, novamente, a incubadora do *Campus Garanhuns*, não teve um estudo de viabilidade territorial e econômica, indicando que a ação pública teve interesses individuais, pois este tipo de investimento necessita de condicionantes territoriais e institucionais para o seu desenvolvimento ótimo.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. A Globalização e as perspectivas para o século XXI. **Revista de cultura**: estudos universitários. Recife, nº1, v.19, jul/dez, 2001.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação Territorial e Econômica do Brasil**. Recife-PE: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2005.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. O desenvolvimento recente e a Universidade no Brasil. In: MATOS, Aécio Gomes (org.). **Para que serve a universidade pública?** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.
- ARENDT, Hannah. **Da Violência**. Tradução de Maria Claudia Drummond Trindade. Data Publicação Original: 1969/1970. Data da Digitalização: 2004. Disponível em: <http://delubio.com.br/biblioteca/wp-content/uploads/2014/02/harendtdv.pdf>
- BITTENCOURT, Pablo Felipe; RAPINI, Márcia Siqueira; PARANHOS, Julia. Reflexos locacionais na interação universidade-empresa, nos setores químico e farmacêutico brasileiros. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 453-482, nov. 2012.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción del capital sinérgico. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul: Edunisc, v. 4, n. 1, 1999.
- BORJA, J; CASTELLS, M. **Local y global**: la gestión de las ciudades en la era de la información. 4.ed. Madrid: Santilhana, 1999.
- BRADFORD, M. G.; KENT, W.A. **Geografia Humana**: teorias e duas aplicações. Lisboa: Gradiva, 1987
- BRANDÃO, Carlos Antônio. **A Dimensão Espacial do Subdesenvolvimento**: uma agenda para os estudos regionais e urbanos. (Tese de livre docência), Unicamp. 2003.
- BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT. **Manual para implantação de incubadoras de empresas**. 2000. Disponível em: <http://www.incubaero.com.br/download/manual_incubadoras.pdf>. Acesso em 23 nov. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. LEI Nº 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/relatorioexecutivo.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país**: 2003-2014. Brasília, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192>. Acesso em 13 jan. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do aparelho do estado e a Constituição brasileira**. Texto para Discussão ENAP no.1. Brasília, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=86>>. Acessado em: 13 jan. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Globalização e Estado-Nação. Texto para Discussão ENAP nº160, Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2007/492-Globalizacao-Estado-Na%C3%A7ao-TD160.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reforma institucional, competitividade e autonomia financeira. **Revista Adusp**, dez, 2000. Disponível em: <<http://www.adusp.org.br/files/revistas/21/r21a08.pdf>>. Acessado em: 13 jan. 2016.

CANABRAVA, Alice P. A grande lavoura In: HOLANDA, Sérgio Buarque (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

CARNEIRO, S. J.; LOURENÇO, R. Pós-graduação e pesquisa na universidade. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. (Org.). **Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

CAVALCANTI, Alfredo Leite. **História de Garanhuns**. Recife: Centro de Estudos de História Municipal. 1983.

CAVALCANTI, Marcelo Antunes. **Os sistemas logísticos de transporte e a estruturação do território pernambucano**: gênese e produção. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

CONDEPE/FIDEM - AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DE PERNAMBUCO. **Estudos dos impactos dos investimentos na economia pernambucana**: Unidades da BR FOODS, HEMOBRÁS, Estaleiro Atlântico Sul, Petroquímica Suape e Refinaria Abreu e Lima: uma visão a partir da Matriz Insumo-Produto de Pernambuco – 2005. Coordenação de Wilson Grimaldi e Júlio César Silva. Recife. 2011.

CUNHA, Alexandre Mendes; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. PAULA, João Antônio de Paula. História econômica e regionalização: contribuição a um desafio teórico-metodológico. **Estud. Econ.** vol.38 nº.3, São Paulo, 2008.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; et al. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. Global-Local: Interdependências e Desigualdade ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil. **Estudos temáticos**. Nota técnica 9. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/notatec/ntec09.pdf>. Acessado em: 29 abr. 2017.

DRUCKER, Peter. Desafios gerenciais para o século XXI. São Paulo: Pioneira, 1999.

ENDLICH, Angela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105037>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FAGUNDES, Jeferson Mandracio. O Papel do Estado na Globalização. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/jeferson.html>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil:** das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar, Curitiba: UFPR, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade & poder.** Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FELDMAN, M. **The geography of innovation.** Netherlands: Kluwer Academic Publishers, 1994.

FIALHO, Nadja Hage. **Universidade Multicampi.** Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

FINGER, Anna Eliza. **Um Século de Estradas de Ferro** – Arquiteturas das ferrovias no Brasil entre 1852 e 1957. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília – Unb, Brasília/DF, 2013.

FREITAS, Ruskin Marinho; MIRANDA, Geórgia Cavalcanti Alves (Coord.). **Pernambuco em rede:** caracterização das regiões de influência das cidades pernambucanas. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM. Recife, 2012.

FREITAS, Ruskin Marinho; SANTOS, Kamila Soares de Arruda. **Pernambuco em mapas.** Agência Estadual de Planejamento e Pesquisa de Pernambuco - CONDEPE/FIDEM, Recife-PE, 2011.

FUINI, Lucas Labigalini. Globalização e seus aspectos geográficos: uma revisão bibliográfica. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, Sobral - CE, V. 15, n. 1, p. 49 - 67, 2013.

GALVÃO, Olímpio José de Arroxelas. A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 46, p. 131-154-154, 2015.

GAMA, Rui. **Dinâmicas industriais, inovação e território:** abordagem Geográfica a partir do Cantro Litoral de Portugal. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Portugal, 2004.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo, editora Hucitec, 1980

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 2 ed. São Paul: Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, **Base de dados - cidades**. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2010**. Brasília, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Garanhuns – Pernambuco**. Coleção de monografias, 3ª edição, nº 475, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **REGIC - Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acessado em 28 mai. 2012.

JACOBS, Jane. **A natureza das economias**. Tradução: Paulo Anthero Soares Barbosa. São Paulo; Beca Produções Culturais, 2001.

KAYSER, B.; GUGLIELMO, R. A Região como objeto de intervenção. In: GEORGE, P. et al. *A Geografia ativa*. São Paulo: Difel, 1980. p. 322-354.

MELO, Roberto Salomão de Amaral. **Programa governo nos municípios: entre o modelo de gestão pública tradicional e o inovador - um estudo de caso**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Pública p/ o Desenvolvimento do Nordeste, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

MENEZES, Luís Carlos de. **Universidade sitiada: a ameaça de liquidação da universidade brasileira**. São Paulo - SP: Editora Fundação Perseu Abramo. 2001

MINTO, Lalo Watanabe. **As Reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. *Campinas*, SP: Autores Associados, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: Pequena Historia Crítica*. São Paulo: HUCITEC, 2000.

MOUTINHO, L. M. G.; RAPOSO, I. P. A.; CAMPOS. L. H. R. Análise de Política para APLs em Pernambuco. In: APOLINÁRIO, V.; SILVA, M. L. et al. (Org.). **Políticas para Arranjos Produtivos Locais: análise em estados do Nordeste e Amazônia Legal**. Natal, RN: EDUFRN, 2010.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; CADOSO, Ana Carolina Grangeia. **A influência das políticas neoliberais na educação superior: casos UFF e UERJ**. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://www.saece.org.ar/docs/congreso4/trab07.pdf>>. Acessado em 08 set. 2013.

PORTER, Michael. *On Competition*. Boston: Harvard Business School Press, 1998.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/home/>>. Acessado em 08 nov. 2016.

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e ação, contribuições para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.45, n.1, p.123-135. 1983.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAPINI, Márcia Siqueira. **Interação universidade-empresa no Brasil**: evidências do Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq. *Estudos Econômicos*, São Paulo, nº37(1), 2007.

RATTNER, Henrique. Inovação Tecnológica e Pequenas Empresas: uma questão de sobrevivência. **Revista de Administração de Empresas**. Rio de Janeiro, v.24, n.3, jul/set, 1984.

RÜCKERT, Aldomar A.; RAMBO, Anelise G. Metodologia das escalas geográficas de poder e gestão aplicada à análise de desenvolvimento em quatro territórios rurais no Brasil. In: **Confins** [Online], n.8, 2010. Disponível em: <<http://confins.revues.org/6370>>. Acessado em 21 mar. 2015

SAMPAIO, Helena Maria Sant'ana. **O ensino Superior no Brasil**: o setor privado, Hucitec, São Paulo, 2000.

SAMPAIO, Helena; BALBACHESKY, Elisabeth; PENALOZA, Verônica. **Universidades estaduais no Brasil**: características institucionais. São Paulo: NUPES/USP, 1998. Disponível em: <www.nupps.usp.br/downloads/docs/dt9804.pdf>. Acessado em 20 nov. 2014.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2004.

SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo. EDUSP, 2003.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, Rio de Janeiro, Record, 2000.

SETTE, Hilton. Origem e evolução urbana de Garanhuns. **Boletim carioca de Geografia**, ano IX, nº 1 e 2, Rio de Janeiro, 1956.

SILVA, Valdenildo Pedro da; EGLER, Cláudio A. G. **A inovação em tempos de globalização**: uma aproximação. Scripta Nova. Revista electrónica de geografia y

ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2004, vol. VIII, nº. 170 (33).

SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Dados [online]**, vol.44, n.3, 2001.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; et al. (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 6ª edição, 2005.

UBIRAJARA, Carlos Roberto Cruz. **Garanhuns-PE, ações educativas e dinâmica socioespacial**: uma análise geo-histórica das relações estabelecidas entre Religião, Estado e Educação. Tese Doutorado. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, 2015.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE. **Estatuto da Fundação Universidade de Pernambuco** – UPE. Disponível em: <<http://www.upe.br/down/imprensa/estatuto.pdf>>. Acessado em: 25 out. 2015.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE. **Projeto Pedagógico Institucional**. 2006. Disponível em: <<http://www.upe.br/down/cpa/ppi.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE. **Relatórios de Atividades**. Recife: EDUPE, 2008. Disponível em: <http://www.upe.br/down/imprensa/relatorio_2008.pdf>. Acesso em: 25 out. 2015.

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO - UPE. **Relatórios de Atividades**. Recife: EDUPE, 2006. Disponível em: <<http://www.upe.br/down/proplan/relatorio2006proplanupe.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

VAINER, C. B. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? In: **Cadernos IPPUR**. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, ano XV, nº 2, ago.-dez. 2001. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ippur/issue/download/281/91>>. Acessado em 11 jan. de 2017.

VERBINE, Robert E. Prefácio. In: FIALHO, Nadja Hage. **Universidade Multicampi**. Brasília: Autores Associados: Plano Editora, 2005.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM A UPE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo
CURSO DE DOUTORADO

Título da pesquisa:

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O *CAMPUS* GARANHUNS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO.

Keilha Correia da Silveira

Doutoranda em Geografia (PPGeo/ UFPE)

Francisco Kennedy da Silva Santos

Orientador

Profº Dr. do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A UPE

Data: ____/____/____

Identificação

Nome: _____

Função: _____

Formação acadêmica: _____

Área de atuação profissional: _____

Consentimento

() Estou ciente das informações da pesquisa e concordo em participar respondendo ao questionário.

() Autorizo a divulgação do meu nome.

I. Universidade e Desenvolvimento

1. Como o senhor(a) enxerga a importância da universidade para o desenvolvimento local?

2. No caso da UPE, o(a) senhor(a) consegue visualizar essa relação?

3. Quais as estratégias da UPE para se engajar no desenvolvimento das regiões sedes dos *campi*? Caso não aconteça quais as causas?

4. Como o(a) senhor(a) avalia a vinculação da UPE à SECTI? O diálogo facilita o engajamento da UPE no desenvolvimento do Estado?

5. Quais os projetos estão sendo desenvolvidos com a UPE e quais as instituições envolvidas?

II. Política Nacional de Expansão da Educação Superior

6. Quais as repercussões dessa política nacional no plano de desenvolvimento da UPE?

7. Os novos *campi* foram criados pensando neste objetivo?

8. Como o(a) senhor(a) avalia a interiorização da UPE? A escolha do município sede dos *campi*?

9. Quais os projetos estão sendo desenvolvidos com a UPE e quais as instituições envolvidas?

10. Quais os processos de difusão de conhecimento desenvolvidos?

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI ESTRUTURADA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PP GEO
CURSO DE DOUTORADO

Título da pesquisa:

EXPANSÃO E INTERIORIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO SOBRE O *CAMPUS* GARANHUNS DA UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO.

Keilha Correia da Silveira

Doutoranda em Geografia (PPGEO/ UFPE)

Francisco Kennedy da Silva Santos

Orientador

Profº Dr. do Departamento de Ciências Geográficas – UFPE

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A UPE *CAMPUS* GARANHUNS

Data: ____/____/____

Identificação

Nome:

Função:

Formação acadêmica:

Área de atuação profissional:

Consentimento

() Estou ciente das informações da pesquisa e concordo em participar respondendo ao questionário.

() Autorizo a divulgação do meu nome.

EIXO I. Universidade e Desenvolvimento

1. Como você enxerga a importância da universidade para o desenvolvimento local?
2. Você acha que a UPE contribui para o desenvolvimento de Garanhuns?
3. Quais as estratégias da UPE *Campus* Garanhuns para se engajar no desenvolvimento local?

EIXO II. Política Nacional de Expansão da Educação Superior

4. Você tem conhecimento sobre as ações das políticas de expansão da educação superior

e os resultados esperados delas?

5. Quais as repercussões dessas políticas no plano de desenvolvimento da UPE *Campus* Garanhuns? (Criação de novos cursos ou *campi* vinculados a Garanhuns, aumento de número de vagas etc. Indique a cronologia)
6. Os novos cursos/*campi* foram criados pensando no desenvolvimento local?
7. Existe (ou existiu) dificuldade na implementação dos novos cursos/*campi*?

EIXO III. Relações institucionais para o desenvolvimento local

Referem-se as atividades de cooperação, estabelecidas no período de 2000 a 2017, entre a UPE *Campus* Garanhuns e outras instituições, direcionadas ao desenvolvimento da região de Garanhuns.

Obs.: Não devem ser considerados projetos individuais dos pesquisadores (Ex.: APQ Facepe, CNPq)

8. Indique os projetos institucionais desenvolvidos ou em desenvolvimento para a região de Garanhuns e com a participação da UPE *Campus* Garanhuns.

PROJETO INSTITUCIONAIS	PERÍODO VIGÊNCIA	OBJETIVO	INSTITUIÇÕES PARCEIRAS

Você conhece o PDI 2014-2018 da UPE? Você acha que o PDI promove diálogo entre as instituições parceiras?

Como você vê a vinculação da UPE à SECTI para o desenvolvimento local (seria melhor com a Secretaria de educação?)?

EIXO IV - UPE *Campus* Garanhuns

Qual sua percepção sobre a articulação com os atores locais na região de Garanhuns-PE?

As instalações físicas são adequadas para os cursos oferecidos?

Quais as qualificações demandas pelas bases produtivas local-regionais à UPE Garanhuns?

O perfil dos docentes e discente estão adequados as demandas e necessidades locais? Eles respondem ao desenvolvimento de ações e sinergias ao desenvolvimento local? Justifique

Quais os desafios da UPE *Campus* Garanhuns? Entraves e potencialidades?